

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA SÃO PAULO

ISAAC VITÓRIO CORREIA FERRAZ

**LUTAS, GLÓRIAS E DESENCANTOS:  
a peregrinação do retirante nordestino para São Paulo nas décadas de 1950 e  
1960**

SÃO PAULO

2012

ISAAC VITÓRIO CORREIA FERRAZ

**LUTAS, GLÓRIAS E DESENCANTOS:  
a peregrinação do retirante nordestino para São Paulo nas décadas de 1950 e  
1960**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa Dra Lúcia Maria Machado Bógus

SÃO PAULO

2012

F

Ferraz, Isaac Vitório Correia

Lutas, glórias e desencantos: a peregrinação do retirante nordestino para São Paulo nas décadas de 1950 e 1960. / Isaac Vitório Correia Ferraz. - São Paulo: PUC, 2012.  
135p. Il.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Orientador: Profa Dra Lúcia Maria Machado Bógus

Referências: p.125-132

1. Seca. 2. Nordeste. 3. Migração. 4. São Paulo. I. Bógus, Lúcia Maria Machado. II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. III. Título.

CDU

ISAAC VITÓRIO CORREIA FERRAZ

**LUTAS, GLÓRIAS E DESENCANTOS:  
a peregrinação do retirante nordestino para São Paulo nas décadas de 1950 e  
1960**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

São Paulo, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2012

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa Dra Lúcia Maria Machado Bógus - Orientadora  
PUC/SP

---

Prof(a). Dr(a).  
Instituição

---

Prof(a). Dr(a).  
Instituição

## RESUMO

O processo migratório foi e continua sendo uma realidade no Brasil, país marcado por grandes desigualdades. As regiões mais desenvolvidas sempre foram foco de atração para os habitantes das regiões menos desenvolvidas, o que aconteceu de forma marcante entre as regiões Sudeste e Nordeste. Em busca de melhores condições de vida, afugentados pela seca, num contexto político que se beneficiou dela, milhares de migrantes nordestinos se deslocaram de sua terra natal para São Paulo. Buscando revelar a trajetória dos migrantes oriundos da região de Vitória da Conquista, no sudoeste da Bahia, o presente trabalho tem como foco os fluxos migratórios para São Paulo nos anos de 1950 e 1960, décadas marcantes no processo de retirada, e momento em que o Brasil passou por grandes mudanças econômicas, políticas e sociais. O método eleito para a pesquisa foi o qualitativo, com a realização de entrevistas e obtenção de relatos orais de migrantes com idades superiores a 60 anos. Há uma dimensão cultural de valor notório em todas as esferas das trajetórias por eles percorridas. Os relatos demonstram sentimentos de saudade, emoção intensa, amor pela terra natal e pelos seus entes queridos, além do sofrimento que sempre se fez presente na vida dos entrevistados. Os migrantes protagonizaram momentos de exclusão e discriminação. A necessidade de sobrevivência impulsionou a ida para São Paulo, mas o choque cultural marcou a vida dessas pessoas.

**Palavras-chave:** Seca. Nordeste. Migração. São Paulo.

## **ABSTRACT**

the migration process was and remains a reality in Brazil, a country marked by great inequalities. The more developed regions have always been a focus of attraction for the inhabitants of less developed regions, what happened markedly between the Southeast and Northeast. In search of better living conditions, driven away by drought, in a political context that benefited from it, thousands of migrants from the region of Vitória da Conquista, Bahia in the southwest, this paper focuses on the migration to São Paulo in the 1950's and the 1960's, marked the withdrawal process, and when Brazil has undergone major economic changes, political and social. The method chosen for the research was qualitative, with interviews and obtaining oral histories of migrants aged over 60 years. There is a cultural value evident in all spheres of the paths they traveled. The reports show feelings of longing, passion, love for homeland and their loved ones, and the suffering that was always present in the lives of respondents. Migrants staged moments of exclusion and discrimination. The need for survival drove the trip to São Paulo, but the culture shock has marked their lives.

**Keyword:** Dry. Northeast. Migration. São Paulo.

A meus pais, Fernando Morando e Maria  
Helena, dedico

## AGRADECIMENTOS

Não sei ainda, mas me parece que uma das tarefas mais difíceis de uma dissertação de mestrado é a parte dos agradecimentos. Isso aqui vai ficar para toda uma vida, um documento de caráter científico: algo grave agora vai ser escrito.

Darei um ponto de partida em ordem cronológica: curto a ordem dos acontecimentos. Também não citarei mais aqui os membros da dedicatória. Cada grupo de pessoas, em cada parágrafo, será citado em ordem alfabética: não vale ciúmes.

Início pelos meus professores da UESB, instituição em que me graduei, que contribuíram não somente para a minha formação acadêmica, mas também pessoal: para cada um de vocês segue o meu muito obrigado!

Indo rumo à construção da minha ideia de mestrado, eu tenho José Rubens (Binho) como um ponto de partida, se dispondo a me ajudar na construção do meu projeto de pesquisa de forma incisiva. Paralelo a ele, eu tive e tenho o apoio linguístico e técnico de três grandes profissionais sempre ao meu lado: Celeste Amorim, Cláudia Madalena Feistauer e Ronaldo Ricardo. Obrigado meus caros!

No tocante que me conduziu à PUC, ele que também é professor da UESB, Itamar Aguiar (Ita) foi um fio condutor até aqui e até minha orientadora. Isso se deu em parceria com Nilson Moraes, UNIRIO, e ambos, sem se conhecerem até os dias atuais, coincidiram na mesma ideia: agradecimento eterno.

Para as amigas que nasceram em meio a este percurso, construídas com uma dimensão que tiveram uma inserção pessoal em mim onde, sem eles, não teria sido como foi: nasceram em meio a este percurso. Adalberto Beluomini, Adriano Athayde, André Sabino, Cynthia Cardoso, Dan Levy, Elisabeth Parente, Fábio Mariano, Fábio Molina, Fátima Patu, Helena Corvini, João Paulo Lêdo, José Ferreira, Lucimara Flávio, Marcelo Lopes, Márcia Palma, Marly Menezes, Pablo Rosa, Roseli Machado, Vilma Bokany e Vivian Blaso. Um afago na alma de cada um de vocês.

Agradeço aos professores que tive e com quem eu tanto aprendi na PUC e também na USP: Carla Garcia, Carmen Junqueira, Edgard Carvvalho, Edison Nunes, Glauco Arbix, Heinz Dieter, José Magnani, Lúcia Rangel, Luis Wanderley, Márcio Fonseca, Maria Margarida Limena, Paulo Rezende (*in memoriam*), Serge Paugam e Silvana Tótora.

Marisa Borin e Maura Vêras foram duas professoras com interferência direta de dimensão tanto intelectual quanto pessoal sobre a minha pessoa. Um agradecimento diferenciado.

Dulce Baptista esteve na minha banca de qualificação: uma professora que abriu os horizontes da minha dissertação.

À Professora Doutora Lúcia Maria Machado Bógus, minha orientadora, primeira acadêmica que eu conheci em São Paulo: muito obrigado.

Kátia, secretária do Programa, ser humano e profissional de competência louvável: muito obrigado.

Agradeço à CNPQ pela bolsa concedida a mim por um período de dois anos.

Partindo agora para uma atmosfera outra, inicio por Daniel (Kiko), meu irmão, ser humano que sempre foi em mim um estímulo que tive a partir de suas palavras e da admiração que ele tem pela minha pessoa.

Meu sobrinho Arthur é um ponto de amor que eu tenho em minha existência. Algo que transcende e que me anima por demais. Agradeço a DEUS pela sua existência sempre.

Meus queridos primos Atualpa Iuri, Cecília Eulina, e Marcelo Braga: amigos de fé e irmãos camaradas, desde sempre e para todo o sempre. De cada um de vocês eu sempre recebi amizade sincera e companheirismo. Glórias!

É o meu jeito de escrever, destrinchando tudo e todos.

Sempre pedi a DEUS inspiração para chegar até aqui erguido, com lucidez plena: e assim foi.

Ninguém pode calar dentro em mim  
Essa chama que não vai passar  
É mais forte que eu  
E não quero dela me afastar  
Eu não posso explicar como foi  
E nem como ela veio  
E só digo o que penso  
Só faço o que gosto  
E aquilo que creio  
Se alguém não quiser entender  
E falar, pois que fale  
Eu não vou me importar com a maldade de quem nada sabe  
E se alguém interessa saber  
Sou bem feliz assim  
Muito mais do que quem já falou ou vai falar de mim

(Resposta, Maysa)

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Números de migrantes em trânsito pela Hospedaria de Imigrantes nos quinquênios 1952/56. ....	21
Tabela 2 - Registro das secas ocorridas no Nordeste do séc. XVI até o séc. XX. ....	44
Tabela 3 - Números relativos de migrantes entrados no Departamento de Imigração e Colonização, na década 1952/61, distribuídos segundo a condição de alfabetização e analfabetos.....	89
Tabela 4 - Números absolutos dos migrantes entrados no Departamento de Imigração e Colonização, na década 1952/61, distribuídos segundo a condição de alfabetização e analfabetos.....	89
Tabela 5 - Número de migrantes oriundos da BA, MG, PE, AL, CE, SE e PB, verificados na amostra extraída de fevereiro a abril de 1962, distribuídos segundo o número e natureza de documentos trazidos.....	97
Tabela 6 - Número de migrantes oriundos do Estado da Bahia, no período 1940/1950, distribuídos segundo as zonas fisiográficas de procedência.....	98
Tabela 7 - Número de migrantes entrados no Departamento de Imigração e Colonização, na década 1952/1961, distribuídos segundo o sexo.....	109

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 - Polígono das secas.....	52
Mapa 2 - A Caatinga ou o sertão nordestino no perímetro do semiárido brasileiro...60	
Gráfico 1 - Migrantes entrados no DIC na década 1952/61, distribuídos segundo a condição de alfabetizados e analfabetos.....	90

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CODENO	Conselho de Desenvolvimento do Nordeste
CVSF	Comissão do Vale do São Francisco
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
ELETROBRÁS	Centrais Elétricas Brasileiras
FMI	Fundo Monetário Internacional
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
IOCS	Inspetoria de Obras Contra as Secas
PETROBRÁS	Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima
SPCEA	Superintendência do Plano de Fomento Econômico da Região do Amazonas
Sudene	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>CAPÍTULO I - O BRASIL E O NORDESTE</b> .....	25
1.1 BRASIL: UM PRÓLOGO À DÉCADA DE 1950 .....	26
1.2 PANORAMA DA POLÍTICA NO BRASIL NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960 .....	35
1.3 POLÍTICA E SECA NO NORDESTE BRASILEIRO .....	43
1.4 QUESTÕES DE IMAGEM .....	56
<b>CAPÍTULO II - A MIGRAÇÃO</b> .....	67
2.1 ÁREA DE EXPULSÃO .....	68
2.2 A RETIRADA .....	77
<b>CAPÍTULO III - A REGIÃO</b> .....	93
3.1 PERFIL DA REGIÃO DE ORIGEM DOS MIGRANTES .....	94
3.2 RELIGIOSIDADE .....	105
3.3 A VIAGEM .....	108
3.4 SÃO PAULO .....	114
3.5 O TODO .....	118
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	123
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	125
<b>ANEXO</b> .....	133

## INTRODUÇÃO

A trajetória de um processo migratório é enriquecida pela amplitude que este fenômeno representa na vida das pessoas que vivenciaram, direta ou indiretamente, tal realidade. Sendo assim, tocado por esse ponto de vista, chamou-me a atenção a discussão a respeito da realidade do nordestino, em particular, da região do semiárido do sertão baiano – regiões próximas à cidade de Vitória da Conquista - que migraram para São Paulo dando-se, assim, um processo migratório que foi denominado de retirada.

O interesse pelo tema se iniciou ainda na época em que cursava a graduação – Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), no período de 1999-2002. Ao cursar uma disciplina que falava sobre a Região Nordeste, chamou-me a atenção o tema sobre a retirada. Foi então que busquei inteirar-me mais a respeito dessa temática. Fui, então, pesquisar pessoas que haviam migrado para São Paulo, cada uma em seu contexto específico. A partir deste momento já “percebe-se a migração [...] como um processo de mobilidade geográfica de grupos de migrantes que pode ser de duração diferenciada e englobar vários pontos de origem e destino” (SERFHAU, 1974, p. 5). Ao mesmo tempo em que havia um discurso parecido quando eram apontadas as causas de suas respectivas saídas e as realidades enfrentadas na grande metrópole, grande parte em busca da sobrevivência, cada qual trazia a sua especificidade peculiar a si, ao seu processo. Observei, assim, que havia realidades próximas e que foram me despertando um interesse progressivo por aquelas situações e também a gratidão do contato com aquelas pessoas do sertão era grande, pois trata-se de um universo que tem uma riqueza singular. Foi dito o termo próximo quando se tratou de realidades que não foram homogêneas, mas sim em diversas circunstâncias, com suas temporalidades e realidades singulares, mas que traziam um sofrimento como algo comum a todos. Percebi, então, que reconstruir aquelas histórias dando um sentido e dimensão social ao ocorrido, restituindo cenas de forma que fosse observado o valor de cada uma de suas vidas, seria recompor a memória histórica ali presente em cada um deles. As narrativas foram então um instrumento de trabalho para trazer à tona evidências apresentadas em seus discursos.

A arte da narração não está confinada nos livros, seu veio épico é oral. O narrador tira o que narra da própria experiência e a transforma em experiência dos que o escutam. No romance moderno, o herói sofre as vicissitudes do isolamento e, se não consegue expressá-las de forma exemplar para nós, é porque ele mesmo está sem conselho e não pode dá-los aos outros. O romance atesta a desorientação do vivente (BOSI, 2004, p. 85).

O narrador com a sua fala e como quem escuta, no caso desta dissertação, o cientista social, sabe dar àquilo que ouve o seu sentido científico. Sendo assim, elabora-se sobre aquela fala um documento polido que foi se construindo no decorrer do trabalho.

Não há evocação sem uma Inteligência do presente, um homem não sabe o que ele é se não for capaz de sair das determinações atuais. Aturada reflexão pode preceder e acompanhar a evocação. Uma lembrança é diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, seria uma imagem fugidia. O sentimento também precisa acompanhá-la para que ela não seja uma repetição do estado antigo, mas uma reparação (BOSI, 2004, p. 81).

Surgiu, assim, a busca por falas sempre contundentes, depoentes lúcidos, mesmo tendo o pesquisador conhecimento de campo, habilidade para conduzir o processo e dar ao material produzido uma abordagem científica. A necessidade de fontes orais não foi por si só direcionada pelo fato de serem migrantes das suas respectivas épocas, mas a questão da lucidez das pessoas foi outra questão que veio à tona, partindo de um “currículo do entrevistado e também uma cronologia da trajetória, marcos significativos da pessoa e/ou assunto em questão” (FREITAS, 2002, p. 89). Busquei, então, pessoas que haviam passado pelo processo migratório e retornaram ao sertão, e também aquelas pessoas que estavam ali a passeio para rever a família, enfim, que haviam se fixado definitivamente na cidade de São Paulo. É o trabalho com uma

memória que preserva, atualiza e reinterpreta, nos meandros das organizações e percepções dos sujeitos do mundo rural, todo um patrimônio de modos de vida e de luta, com seus interesses e valores, com seus costumes e comportamentos, com suas tradições, festas, representações e formas de expressão – enfim, com sua cultura (SANTANA, 1998, p. 12).

Há, assim, como evidencia a citação, uma teia de complexidade notória, abrangendo um contexto de vida em um circuito cultural que está ali inserido, algo que vai além das questões de ordem socioeconômica e que também está fora do

alcance dos nossos olhos. A partir de então, cabia a mim apreender, registrar a presença e a escuta deste outro. Sendo assim, “com a mediação da memória<sup>1</sup>, as vivências passadas instruem ações e representações sociais no presente vivido de maneira inequívoca” (SANTANA, 1998, p. 17). Cumpre, agora, construir a relação entre memória e história, em um processo que “na construção do passado, a linguagem auditiva, que se baseia essencialmente no uso da voz, exercerá um papel fundamental. Pois é como discurso que a memória evidencia todo um sistema de símbolos” (FREITAS, 2002, p. 47). Em meio a este diálogo entre memória e história, Nora (1993), historiador da terceira geração da Escola dos Annales, traz a memória como algo que tende a uma vulnerabilidade, ficando a história em uma posição problemática, exigindo do profissional aprofundamentos maiores e conhecimento teórico do campo da pesquisa para que não haja uma elaboração ou uma construção incorreta do objeto da pesquisa.

Segue assim, um exercício que exige de capacidade para versar pelo campo da História em si, com formação acadêmica que contemple, e também, nas Ciências Sociais, situação que me sinto capaz para um desafio.

As temporalidades vão além do que está ali apresentado. O homem passa então a ocupar um espaço de agente construtor de processos, um ser dono de uma fonte de história viva em que “a reconstrução da vida do sujeito pesquisado a partir de suas próprias narrativas, um procedimento a muito usado nas ciências sociais e hoje bastante aplicado em estudos sociolinguísticos” (CUNHA, 2007, p. 134). Sendo assim, a fala vem como um meio de elucidar a escrita e o ouvir onde, “numa sociedade caracterizada pela oralidade, é o poeta quem concede aos vivos e aos mortos o privilégio de permanecer, por meio de sua palavra, na memória” (DUARTE, 1991, p. 20). Ao mesmo tempo, para que haja tal produção e que de fato venha a se tornar um documento de caráter científico, “os lugares da memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres” (NORA, 1993, p. 13).

A priori, para coletar os dados da pesquisa, havia um interesse pela busca de

---

<sup>1</sup> “Do ponto de vista da psicologia cognitiva, a memória é a faculdade de conservar e lembrar estados de consciência passados e tudo quanto se ache associado aos mesmos. Na psicologia analítica, as memórias são reminiscências, lembranças que ocorrem ao espírito como resultado de experiências já vividas. No domínio da literatura, memórias são um relato que um escritor faz de acontecimentos fundamentados em sua vida particular ou mesmo de eventos históricos dos quais participou ou foi testemunha” (CUNHA, 2007, p. 18).

peças que haviam realizado a experiência de migração para o Estado de São Paulo. Posteriormente, optei por fazer um recorte e focar pessoas que realizaram a migração para a cidade de São Paulo, ou que estiveram ou passaram por ela por um tempo. Nesse momento, não há ainda espaço para um recorte de tempo. Ser preciso com a época a ser estudada é ainda impossível, ficando então uma busca pelo retirante como um todo, com todas as épocas que me apareciam, em suas mais diversas datas, sem uma delimitação precisa. O trabalho com fontes orais é cuidadoso, visto que há uma busca por valores de sua terra, seus estilos de vida, sua cultura. Portanto, as narrativas têm de ser, como já dito, contundentes para que, enfim, estabeleça-se uma construção oral em que seja discutido o cotidiano na sua terra de origem e naquele novo universo em que viriam a viver em decorrência da retirada. A cultura com sua abrangência, a história, a memória e a experiência social, ou seja, o trabalho exigia boa dose de precisão e de sensibilidade, além, é claro, de um conhecimento teórico prévio acerca da temática, para que se desse a sua realização de forma contundente.

É o momento de desempenhar a alta função da lembrança. Não porque as sensações se enfraquecem, mas porque o interesse se desloca, as reflexões seguem outra linha e se dobram sobre a quintessência do vivido. Cresce a nitidez e o número das imagens de outrora, e esta faculdade de relembrar exige um espírito desperto, a capacidade de não confundir a vida atual com a que passou, de reconhecer as lembranças e opô-las às imagens de agora (BOSI, 2004, p. 81).

No decorrer deste texto de dissertação vai-se evidenciando que a Região Nordeste passou por um processo de massacre social e foi condicionada à inferiorização, assegurando uma região a um quadro subalterno perante as demais regiões do Brasil, ou melhor, em detrimento de um engrandecimento progressivo do Centro-Sul do país. Tema abordado de forma incisiva por Freyre (1989).

Nordeste de hoje, o que vem sendo sua presença intelectual e artística no conjunto brasileiro, em anos recentes, como uma espécie de compensação ao declínio socioeconômico a que vem sendo condenado por uma política firmada por economistas ditatoriais, donos absolutos de Brasília, de bastar ao avigoramento socioeconômico brasileiro um fortalecimento, cada dia maior, do Centro-Sul. O Nordeste, para eles, viria a ser beneficiado pelos sobejos desse fortalecimento. Política há pouco denunciada com veemência nordestina por jornalista de renome nacional, Carlos Garcia, em oportuno opúsculo sobre o assunto (FREYRE, 1989, p. 13, grifo nosso).

Há uma complexidade das relações socioculturais presentes no universo do sertanejo. Dessa forma, o pesquisador, “com base em testemunhos orais,

trabalhando a memória que emerge na voz, nos gestos, nas expressões fisionômicas – na performance” (SANTANA, 1998, p. 11), busca do seu depoente elementos que transfigurem peculiaridades do seu contexto. A partir dessa análise citada, já tenho, como depoentes de minha pesquisa de campo, os senhores João, Manoel, Marcelino, Rozendo e Saturno, e a Senhora Vitória, todos eles com idade igual ou superior a 66 anos de idade. Não há facilidade em se encontrar mulheres para o período em estudo, ou seja, foi um processo que se deu num contexto, em sua maioria, masculino.

A questão feminina em quantidade inferior se deve ao fato de que muitos dos homens vinham solteiros, pois a ideia divulgada era que vinham para São Paulo ‘para se tornarem homens’ de verdade, para daí voltar e casar<sup>2</sup>, pois muitos deixaram lá as suas respectivas noivas à sua espera. A migração tinha aí um “sentido simbólico-ritual, para além de sua dimensão prática. Ela é parte de um processo ritual que reintegrará a pessoa na sociedade como o status transformado na de *rapaz* para o *homem*” (WOORTMANN, 2009, p. 219). Em outros casos eram os chefes de família que vinham e as respectivas esposas ficavam tomando conta da casa e dos filhos, os quais, em sua grande maioria, eram muitos e ainda pequenos. Não há relatos de mulheres jovens e solteiras que tivessem vindo para São Paulo, mas sim, as poucas que vieram, já eram casadas, acompanhando seus respectivos esposos, ou as filhas ainda crianças ou moças que vinham com seus pais.

Fui a campo pela primeira vez em 2002 quando quis procurar um direcionamento a ser dado com relação ao meu trabalho monográfico para a conclusão de minha graduação em História. Os discursos sobre a seca permeavam todos os diálogos. É um fato que perpassa por todos os moradores como algo ali presente para todas as gerações. Procurei analisar quais as secas que se destacaram, que marcaram época. Percebi então que a temática “seca” viria a permear toda a pesquisa, situações em que o sertanejo foi então me apresentando períodos de seus antepassados até aqueles que eram de seus conhecimentos.

---

<sup>2</sup> “Antes que seja erguida a nova casa, porém, o jovem deve migrar temporariamente. Entre os sítiantes *fracos*, essa migração tem um sentido eminentemente prático, pois destina-se a acumular recursos que possibilitarão iniciar a vida de casado, isto é, constituir-se com *pai*; tais recursos irão se somar a aqueles acumulados ao longo da vida sob a forma de gado, e a aqueles obtidos pelo trabalho, pois, juntamente com o *chão de roça*, o pai também “dá o tempo” ao filho, isto é, libera-se parcialmente das tarefas relativas à família como um todo. Isso implica claramente que o tempo da família pertence ao pai como aquele que encarna a autoridade e a própria totalidade da família” (WOORTMANN, 2009, p. 218).

Buscando desde séculos passados em fontes escritas, são documentadas grandes secas desde o século XVI.

Segundo Medeiros Filho e Souza (1983) a partir do século XVI até o ano de 1982, foram catalogadas a seguinte quantidade de secas e seus respectivos períodos de duração:

- 26 secas com duração de 1 ano;
- 7 secas com duração de 2 anos;
- 5 secas com duração de 3 anos;
- 2 secas com duração de 4 anos;
- 1 seca com duração de 6 anos.

Vale enfatizar que a década de 1950 se destaca pelo fato de ter sido marcada por quatro das grandes secas somando quatro anos, o que não ocorreu com tamanha incidência em outras décadas. Tal fator foi decisivo para que eu delimitasse essa década como período para estudo das migrações, pois, além disso, foi evidenciado em estudo de campo como o período em que mais se relatou processos de retirada do sertanejo, sendo a década de 1960 uma sequência direta de um processo migratório que vinha em desenvolvimento com intensidade notória desde a anterior.

Ao mesmo tempo, a década de 50 do século XX tem uma complexidade maior no que diz respeito ao fluxo migratório do eixo Nordeste–São Paulo, ou seja, além de haver certo grau de desinformação bem notório a respeito da origem de fato dos migrantes que chegavam a São Paulo, seria como se o processo tivesse se dado basicamente por nordestinos, o que não foi.

A década de 1950 pode ser definida como “madrasta do Nordeste”, expressão trazida também por autores Medeiros Filho e Souza (1983). Nos três anos que vão de 1951 – 1953, a demora do poder público em mandar recursos foi tamanha que houve casos de revolta dos atingidos pela seca, chegando a invadir várias cidades. É a partir dessa seca que se dá início ao transporte de nordestinos nos caminhões “pau-de-arara”, onde milhares de flagelados foram transportados como gado para os campos de Goiás e Mato Grosso, sendo ali vendidos aos fazendeiros (MEDEIROS FILHO; SOUZA 1983, p. 53). O ano de 1958 foi de proporções que atingiram um raio de 500 mil km<sup>2</sup> e a emigração forçada nos caminhões “pau-de-arara” tornou-se algo inevitável. A citação a seguir traz uma estimativa matemática interessante e faz uma relação com a questão do esquecimento que o sertanejo traz em si, mesmo diante

de tamanhos dilemas que enfrentam tempo após tempo.

De uma grande seca para outra, indica a ocorrência de um ciclo de 26 anos aproximadamente. Essa periodicidade é que leva os sertanejos a afirmarem que cada homem tem de enfrentar uma grande seca em sua vida. Esse longo período sem grandes problemas gera no sertanejo o esquecimento de como enfrentar uma grande seca. Ele não tem o hábito de poupar, senão para poucos meses, de uma safra para outra. Não tem costume de preparar silos ou ferrar capim para seu rebanho. Quando se instala uma grande seca, está inteiramente despreparado para enfrentar os seus efeitos (GARCIA, 1985, p. 64).

Observa-se, então, o fato de que a incidência de longos períodos de estiagem não é algo constante e também não acontece precisamente todos os anos, pelo contrário, chegando a ficar um grande espaço de tempo sem períodos de seca.

Dando sequência a um “caminhar” pelo campo e fazendo uma prévia da pesquisa, percebia então que a década de 1950 se destacava como um período de fortes crises provocadas por grandes secas. Ao mesmo tempo, fui percebendo que havia um número de depoimentos relatando de si próprios, de familiares ou amigos, de uma gama de pessoas procurando a saída dali como um recurso para a sobrevivência, e a imagem de São Paulo já estava se formando como um destino promissor. Pastore (1979) traz a temática migração como algo que vem como um meio de se equilibrar as diferenças regionais, para tanto, há fatores de expulsão e de atração.

A Bahia apresenta destaque a partir de 1952, até mesmo pelo fato da pesquisa que se segue em gráfico abaixo datar o seu início a partir dessa data, como o Estado do Nordeste com maior número de migrantes. Isso é revelado em pesquisa feita pelo Departamento de Imigração e Colonização e pela Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, que trazem dados a partir do número de migrantes em trânsito pela Hospedaria dos Imigrantes<sup>3</sup> nos quinquênios de 1952 – 1956 e 1957 – 1961, o que revelou que 29,17% do total de migrantes em trânsito

---

<sup>3</sup>“Recepção, triagem e encaminhamento. Era este tripé que determinava a permanência dos imigrantes e trabalhadores nacionais na Hospedaria e seu posterior encaminhamento para as fazendas do interior do estado.

Os serviços de alimentação e alojamento eram intercalados com os de controle médico-sanitário, registro e direcionamento ao trabalho. [...]

Entre a chegada, a inspeção médica e a realização dos contratos de trabalho, o tempo ideal de permanência era de dois dias. [...]

A permanência de imigrantes e trabalhadores nacionais era condicionada também pela oferta de trabalho, pela existência de problemas médico-sanitários ou pela disponibilidade de transporte. De acordo com os registros da Hospedaria, o tempo médio de permanência era de uma semana” (PAIVA; MOURA, 2008, p. 29-30).

pela hospedaria de imigrantes eram vindos da Bahia.

**Tabela 1 - Números de migrantes em trânsito pela Hospedaria de Imigrantes nos quinquênios 1952/56.**

Estados de procedência	1952 / 1956		1957 / 1961		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Bahia	218969	34,80	113636	22,24	332605	29,17
Minas Gerais	126359	20,08	128494	25,15	254853	22,10
Pernambuco	98067	15,58	96805	18,94	194872	17,09
Alagoas	90862	14,48	62457	12,22	153319	13,44
Ceará	37724	5,99	43783	8,57	81507	7,44
Sergipe	30480	4,84	21768	4,26	52248	4,58
Paraíba	10306	1,63	16701	3,29	27007	2,36
Outros	16413	2,60	27241	5,33	43654	3,82
<b>Total</b>	<b>629180</b>	<b>100</b>	<b>510885</b>	<b>100</b>	<b>1140065</b>	<b>100</b>

Fonte: Seção de Estatística do Departamento de Imigração e Colonização, Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

Uma pesquisa realizada com um universo de 629.180 migrantes no primeiro quinquênio mostra que o número de imigrantes procedentes da Bahia é de 218.969 pessoas, sendo que a soma dos demais estados do Nordeste é de 283.852, ou seja, a Bahia tem quase 50% do total (o segundo lugar da pesquisa é ocupado pelo Estado de Minas Gerais). No segundo quinquênio, a Bahia fica em segundo lugar e Minas Gerais em primeiro (este é o único Estado fora da Região Nordeste que entra na pesquisa). Há também, neste período, com exceção de Alagoas e Sergipe, um aumento notório no número de pessoas dos demais estados da Região Nordeste. A soma final da pesquisa mostra uma Bahia com 29,17% do total, Minas Gerais em segundo, com 22,35%, e os demais estados do Nordeste com uma soma de 48,43%, ou seja, ao todo, 1.140.065 pessoas.

Há a necessidade de ser defendida aqui a ideia de nação como princípio organizador da vida social, buscando, em seus processos históricos específicos, respostas que elucidem questionamentos necessários para um novo olhar sobre o que está estabelecido como verdade. Foram construídas questões pertinentes a uma sociedade nordestina que tem uma abrangência nas mais diversas esferas, indo além das questões de mercado, o que não está sendo aqui desmerecido, apenas apontando para algo que vai além. Durkheim (1971) colocava a dimensão econômica como algo que não seria possível para determinar a forma da sociedade.

O projeto cultural pouco aparece: o maior determinante está sempre direcionado ao mercado. Tudo acontece em função do mercado: é o mercado quem dá o comando. Tudo o que comanda o mercado não aparece, muito embora tenha essa importância, mas ele opera a partir da produção de objetos, de mercadorias,

que só são aquelas e não outras por conta de uma associação simbólica: simbólica do seu valor, da sua importância. A sociedade não é construída, constituída apenas de mercado, ou seja, mas sim algo que continua de alguma maneira, rede de relações com alguma estabilidade. Há uma amplitude maior no quesito sociedade: direcioná-la apenas para o mercado seria diminuir a sua dimensão, a sua amplitude.

Há algumas coisas comuns num certo tipo de organização social, dentre outros, mas cada universo, cada grupo, com uma apropriação simbólica do mundo diferente. Questões como a massificação, por exemplo, que é a possibilidade de indivíduos tornarem-se parecidos no âmbito cultural, são presentes por conta do fenômeno da globalização. Há no Brasil uma homogeneização do nordestino como um todo, sendo arraigado de características que são a eles concedidos e que trazem “rótulos” que vêm de um processo histórico, ou seja, na tentativa de uma explicação, se observa que a elaboração de sua imagem data de tempos remotos. Desde o século XIX as diferenças entre as regiões do Brasil passaram a ser objeto de atenção por parte de políticos e estudiosos. A imagem construída em relação aos nordestinos foi firmada desde a grande seca de 1877 e a Rebelião de Canudos na década de 1890, período este em que a região passa a ser vista como de povos “rudes”, marcados pela dureza do meio (FONTES, 2002)<sup>4</sup>.

Já é então observado um sinal de diferenciação, discriminação em relação aos nordestinos, e que não vai ser estabelecida uma relação de igualdade com os povos das demais regiões do país devido ao termo – nordestino – algo que já é construído, instituído de ideias de caráter preconceituoso, depreciativo, sendo caracterizados dessa maneira pelas demais regiões do Brasil. Fez também com que muitos deles se sentissem como sendo de fato essa construção. Essa diferença inventada é que faz com que eles, em muitos casos, se subestimem, o que, em citação mais adiante, será mostrada a origem de termos pejorativos sobre os nordestinos. É algo que parece banal, mas não é, pois trata-se aqui de uma construção social.

O mencionar no parágrafo anterior da relação pelo qual o povo da Região Nordeste foi condicionado não só a passar, mas sim a viver, é algo que vem de uma construção macro, ou seja, perpassa por uma política que foi um determinante na elaboração de todo esse quadro: há uma hegemonia paulistana que homogeneizava

---

<sup>4</sup> Essa questão será aprofundada no decorrer do texto.

o nordeste e, conseqüentemente, o nordestino. Há a construção de uma instabilidade ampla sobre este povo, dando-se um sucessivo acúmulo de desvantagens.

O processo de desigualdade que há no Brasil, aqui em especial sobre a Região Nordeste, constrói um processo de segregação dentro da própria nação, elaborando sobre o seu povo uma realidade de instabilidade com o todo de maneira extensa. O decorrer da análise que se construiu aqui mostra e questiona que há grupos com vantagens excessivas e outros em desvantagens notórias, não havendo um meio-termo que equilibre esses polos, ficando uma categoria condicionada a ser subjugada, inferiorizada. Dito isso para elucidar conceitualmente tais questões aí citadas, fica mais clara a compreensão do processo construído sobre a seca.

Diante desse quadro, que revela a fragilidade de uma região e a necessidade de migração de seus cidadãos com a conseqüente exclusão dos mesmos, esta pesquisa teve como objetivo central analisar o percurso histórico de migrantes da região de Vitória da Conquista.

Para tanto, houve a necessidade de uma construção teórica que evidenciasse o processo histórico pelo qual, tanto o Brasil como um todo quanto a Região Nordeste em sua especificidade passaram na primeira metade do século XX para que se chegasse a respostas necessárias para compreensões maiores. Foi traçado um panorama das secas que atingiram o Nordeste desde o século XVI e que implicaram no processo de migração e delimitação das políticas públicas implementadas para minimizar o problema. Tal situação encontra-se apresentada no capítulo 1.

O Nordeste é discutido em seu universo cultural e nos conceitos que lhe foram concedidos assim como para o seu povo também. A questão da migração advém de uma fundamentação teórica a seu respeito, espaço em que se tratou da migração dos nordestinos para São Paulo e já se vê relatos dos depoentes da pesquisa. Tudo isso é contemplado no capítulo 2.

Para atingir o objetivo delimitado para a pesquisa, foi eleito o método qualitativo com seis depoentes, sendo seus nomes já citados anteriormente. A escolha se deu pelo fato de serem pessoas que não somente estiveram no período em estudo, mas também pela forma como se expressaram e interesse em contribuir. As entrevistas foram realizadas nas respectivas residências dos sujeitos pesquisados. Os senhores Marcelino e Rozendo residem em São Paulo; o Senhor

Manoel em um povoado próximo a Vitória da Conquista, no Simão; o Senhor João é hoje falecido; a Senhora Vitória e o Senhor Saturno, casados, são os únicos que ainda permanecem em sua terra de origem, na caatinga, no Amargoso. Mais entrevistas foram feitas, porém, estas melhor elucidaram o contexto. O terceiro capítulo analisou então os relatos da trajetória desses nordestinos desde as suas origens até a retirada para São Paulo: o contexto cultural, suas dificuldades, sonhos, a saudade da terra natal, dores, a dureza do trabalho, enfim, suas histórias ao redor do processo.

## CAPÍTULO I - O BRASIL E O NORDESTE

Os olhos tristes da fita  
Rodando no gravador  
Uma moça cosendo roupa  
Com a linha do Equador  
E a voz da Santa dizendo  
O que é que eu tô fazendo  
Cá em cima desse andar

A tinta pinta o asfalto  
Enfeita a alma motorista  
É a cor na cor da cidade  
Batom no lábio nortista  
O olhar vê tons tão sudestes  
E o beijo que vós me nordestes  
Arranha céu da boca paulista  
[...]  
(Beradêro, Chico César)

Este capítulo se subdivide em 4 partes. A primeira com a denominação de "Brasil: um prólogo à década de 1950" advém da necessidade de ter sido feito um traçado do processo histórico pelo qual o Brasil passou na primeira metade do século XX, como discussões de décadas que mais se destacaram, como a de 1930, por exemplo. Daí tornou-se mais fácil a compreensão ao adentrar nas décadas de 1950 e 1960, ponto que foi discutido no segundo tópico, denominado de "Panorama da política no Brasil nas décadas de 1950 e 1960". Foi uma discussão que trouxe abertura ao capital estrangeiro, a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), da Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima (PETROBRÁS), dentre várias outras questões discutidas. "Política e seca no Nordeste brasileiro" foi o título dado ao terceiro tópico que apresentou um quadro com a trajetória das secas no Nordeste desde o século XVI, a criação do Polígono das Secas, de um modelo político clientelista e demais situações pertinentes à Região. O quarto e último tópico intitulado "Questões de imagem", elaborou a construção da imagem estereotipada que se deu sobre o Nordeste e o nordestino, e a importância que a propaganda teve para que se desse a divulgação, bem como outras questões que foram apontadas.

## 1.1 BRASIL: UM PRÓLOGO À DÉCADA DE 1950

Mesmo a pesquisa tendo um recorte preciso, a historicidade faz buscar respostas sempre antecedentes, com recortes que vão além do período em estudo. A explanação será de maneira sintética, ao mesmo tempo em que há a necessidade de mostrar a base de como a República é pensada e, procurando ser o mais objetivo possível, é apenas uma forma de situar para que haja uma compreensão maior do que vem *a posteriori*, algo que será mais aprofundado.

Prado Jr (1956, p. 213) fala que a “larga expansão das forças produtivas e o progresso material a que assistimos nos últimos decênios do Império ainda se ativarão mais com o advento da República”. Ele faz uma análise promissora justificando que, “em nenhum momento do passado, o país tivera, diante de si, neste sentido perspectivas mais amplas”.

São sinais de um país, ou melhor, de uma República que veio se formando com um caráter promissor, numa relação direta com o rompimento dos quadros conservadores e vindo uma fase de prosperidade material, com forças produtivas em nítida expansão, com um “foco” na prosperidade material, no enriquecimento.

[...] a República, rompendo com os quadros conservadores dentro dos quais se mantivera o Império apesar de todas suas concessões, desencadeava um novo espírito e tom social bem mais de acordo com a fase de prosperidade material em que o país se engajara. Transpunha-se de um salto o hiato que separava certos aspectos de uma superestrutura ideológica anacrônica e o nível das forças produtivas em franca expansão. [...] Nenhum dos freios que a moral e a convenção do Império antepunham ao espírito especulativo subsistirá; a ambição do lucro e do enriquecimento se consagrará como um alto valor social (PRADO JR, 1956, p. 215).

As mazelas agrárias perduram. Ao mesmo tempo o Brasil se consolidou como um território de grandes propriedades rurais, característica que não foi rompida com o fim do Império. Trata-se de uma terra de grandes latifúndios em que a pequena propriedade tem um caráter de abastecimento do mercado interno, “enquanto a grande propriedade continuou e continua indefinidamente a dedicar-se às grandes e extensivas culturas tropicais de que não pode senão excepcionalmente se livrar” (PRADO JR, 1956, p. 259).

A Primeira Guerra Mundial foi um motor que impulsionou a indústria brasileira, onde as questões relacionadas a importações, a câmbio, têm forte interferência. A partir daí a indústria ocupa posição de destaque na economia brasileira deliberando

equilíbrios nas contas externas do país. O Brasil passa, então, a diminuir a dependência de artigos estrangeiros.

A grande guerra de 1914-18 dará grande impulso à indústria brasileira. Não somente à importação dos países beligerantes, que eram nossos habituais fornecedores de manufaturas, declina e mesmo se interrompe em muitos casos, mas a forte queda do câmbio reduz também consideravelmente a concorrência estrangeira.

[...] Chegada a este ponto de desenvolvimento, a indústria passará já a ocupar um lugar de grande relevo na economia do país. Uma boa parcela dos artigos manufaturados do seu consumo era de produção interna, dispensando assim importações correspondentes de artigos estrangeiros. Este será um importante fator de equilíbrio das nossas contas externas e da normalidade financeira do país (PRADO JR, 1956, p. 267).

Antes de discutir especificamente a década de 1930 em si, evidencia-se uma fase que vai de 1925 e 1930 como “sombria para as indústrias brasileiras; muitas fracassam e perecem, e todas ou quase todas se manterão muito próximas do nível de subsistência” (PRADO JR, 1956, p. 271).

Não houve a construção de uma nação com olhares internos, direcionados ao seu povo em si, numa busca pela resolução de seus dilemas que perecem, mas sim numa constante formação de uma classe trabalhadora subalterna, subjugados a baixos salários sem maiores perspectivas de crescimento, ou seja, com um teto muito bem estabelecido e sem incentivo, ou melhor, ausência de investimento em educação, alternativa que vem como uma maneira de limitar cada vez mais a grande massa desfavorecida. O que é fortalecido são os monopólios e os grupos financeiros internacionais.

O Brasil, como os demais povos de sua categoria, não conta senão como massa inerte de manobra, não é senão parcela insignificante num todo imenso em que se dilui e desaparece. A sua vida econômica não é função de fatores internos, de interesses e necessidades da população que nele habita; mas de contingências da luta de monopólios e grupos financeiros internacionais concorrentes. O que conta nele são os braços que podem ser mobilizados para o trabalho, as possibilidades naturais que seu solo encerra, o consumidor potencial que nele existe e que, eventualmente, uma campanha publicitária bem dirigida pode captar (PRADO JR, 1956, p. 283).

A propaganda sempre veio como um alicerce para que se produzissem imagens que viessem ao encontro direto dos interesses do governo e de uma elite latifundiária e industrial.

Pautado na exposição anterior de produção de um país que ratificou uma classe a uma condição inferior, mostra-se agora os ganhos com o período aqui em

estudo, mas sem jamais perder de vista que houve uma gama da população penalizada pela construção e que também foi o braço, ou melhor, a força de trabalho motora. Sendo assim, o país foi dotado de “estradas de ferro, portos modernos, serviços urbanos, grandes empresas industriais” (PRADO JR, 1956, p. 286). Um balanço desse período, dos resquícios de uma colônia que se foi, mas que, ao mesmo tempo, insiste em trazer fortes características para a nação, mostra que

nesse complexo processo evolutivo de transição de colônia para nação [...] destacam-se, sobretudo, na atual etapa, dois aspectos essenciais que, de certo modo, se situam no centro do processo, e que, intimamente interligados, podem ser considerados à parte para os fins da nossa análise. Dizem respeito a duas ordens de circunstâncias fundamentais do sistema colonial brasileiro cujos remanescentes ainda se fazem vivamente sentir e em cuja transformação progressiva se configuram as principais contradições entre o passado, que o progresso evolutivo tende ou deve tender a superar, e o futuro a que essa superação conduz. São essas circunstâncias, de um lado, o caráter originário da economia brasileira, estruturada na base da produção para atendimento de necessidades estranhas ao país e voltado, assim, essencialmente para o fornecimento de mercados externos; de outro lado, o tipo de relações de produção e trabalho vigentes na agropecuária brasileira, bem como as condições materiais e morais da população trabalhadora daí derivadas, e que conservam ainda acentuadamente alguns dos traços nelas impressos pela tradição escravista herdada do passado colonial (PRADO JR, 1987, p. 86).

A partir da década de 1930 houve um esgotamento do setor agroexportador e o Brasil despontou com uma nova fisionomia nacional. Prado Jr (1987) fala de um Brasil moderno, de caráter Populista, período que vai de 1930 a 1964. Um período em que apresenta melhores condições para se romper com os resquícios coloniais de uma estrutura econômica agroexportadora para o mercado externo, indo em direção a um estágio econômico voltado para o mercado interno forte e integrado, com um progresso a caminho. Sendo assim,

Tais formas representam os primeiros passos de uma economia propriamente nacional, voltada para dentro do país e as necessidades próprias da população que o habita [...]. O progresso desta nova economia em germinação é condicionado pela constituição e ampliação de um mercado interno, isto é, o desenvolvimento do fator consumo, praticamente imponderável no conjunto do sistema anterior, em que prevalece o elemento produção (PRADO JR, 1956, p. 292, grifo do autor).

Houve, na década de 1930, a formação da política do “Café-com-Leite” e do “Grupo de Charque”, sendo ambos pertencentes à burguesia. Esses dois grupos se

chocam, o que eclodiu na Revolução de 1930<sup>5</sup>, levando Getúlio Vargas ao poder. Lima (1986) traz uma fala que melhor elucida tal momento citado anteriormente:

No início da década de 30, modificações político-econômicas profundas se processaram no Brasil. Em São Paulo, os barões do café, juntamente com os criadores pecuaristas do Leste de Minas Gerais, formaram um grande grupo político-financeiro denominado 'Café-com-Leite', entrando em choque com os criadores de gado do Sul, liderados pelos políticos gaúchos que formavam o chamado 'Grupo do Charque'. O choque entre esses dois grupos da burguesia nacional eclodiu na revolução de 1930 que levou Getúlio Vargas ao poder (LIMA, 1986, p. 87).

O rádio como um meio de comunicação de expressividade notória e que foi sucessivamente conquistando seu espaço perante a nação.

De sul a norte, de leste a oeste o povo brasileiro se agitava e vivia na expectativa constante de novas notícias daquele conflito que abalava o mundo. Os aparelhos de rádio ficavam permanentemente ligados e quando se ouvia a música – prefixo do REPÓRTER ESSO, – tudo silenciava para deixar ouvir a voz forte, clara e cadenciada do repórter com as últimas notícias da guerra (LIMA, 1986, p. 126).

Oliveira (2008, p. 162) fala sobre o salto que o Brasil deu na economia, mostrando como se deu a formação de um país industrial, em que “o andamento das leis de reprodução do capital tomava rumos diversos na ‘região’ do café”. Há então um rompimento do “mecanismo de reposição da economia agroexportadora, em parte pela própria inviabilidade de sua sustentação em razão da porção do excedente do produto social que era apropriado pelo capital financeiro inglês e norte-americano” (OLIVEIRA, 2008, p. 162). Isso se dava na forma de juros da dívida externa, situação esta que impossibilitava a acumulação “e em parte pela quebra da economia internacional capitalista na crise dos anos 1930, emerge a industrialização” (OLIVEIRA, 2008, p. 162).

A crise da economia cafeeira e a proliferação da pequena propriedade deram uma inesperada e nova vida à autonomia suposta na ideologia da mobilidade pelo trabalho. A proliferação de pequenas indústrias, pela iniciativa dos que tinham habilidades artesanais, coadjuvantes do desenvolvimento industrial dos anos 1930 e 1940, trouxe um novo suporte

---

<sup>5</sup> “A Revolução de 1930, apesar dos recuos e contradições, abre uma nova fase na vida brasileira. Aos poucos a ordem tradicional até então vigente vai sendo superada e colocada num segundo plano, sem contudo desaparecer do cenário. Não se opera a ruptura total com o passado, mas apenas um ‘arranjo’. As novas forças que assumem o poder e os novos interesses que representam, sem suficiente sustentação própria, têm necessidade de barganhar, tanto com os interesses do latifúndio agrário quanto com o capital estrangeiro, agora sob a influência dos Estados Unidos da América, apesar da postura urbano-industrial e nacionalista que o governo de Getúlio Vargas procura assumir e se esforça para manter” (BRUM, 1985, p. 51).

para essa concepção. Esses são dois momentos importantes para entendermos a forte aspiração pelo trabalho autônomo ainda hoje entre amplos contingentes de operariado brasileiro, pois essa ideia é de revitalização mais recente (MARTINS, 2010, p. 203, grifo nosso).

Como explicitado na citação, tem-se a década de 1930 como um período inicial, ou seja, como uma precisão para estudo, visto que, para a melhor compreensão da década de 1950, fez-se um recorte preciso aqui, pois ficou esclarecido como um período em que se emergiu a industrialização. A respeito do pensamento desenvolvimentista brasileiro, vê-se uma corrente desenvolvimentista do setor privado que tem Roberto Simonsen como o seu ideário maior; o desenvolvimentismo não-nacionalista, mas focado no setor público, com Roberto Campos; chegando ao desenvolvimentismo nacionalista, no setor público, onde tem-se aí com Celso Furtado. Faz-se necessário então uma passagem, mesmo que sintético, por essas três correntes do pensamento desenvolvimentista.

Roberto Simonsen<sup>6</sup> fazia uma defesa genérica da industrialização integral e a defesa específica dos interesses do empresariado industrial. Ele tinha proximidades: os desenvolvimentistas do setor privado pensavam como seus colegas do setor público as questões relativas à industrialização integral. De um lado estavam Simonsen e seus seguidores da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e, de outro, os servidores públicos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), a Assessoria Econômica de Vargas, do Banco do Brasil. As diferenças eram evidenciadas quanto ao posicionamento frente às questões da intervenção estatal, do capital estrangeiro, da inflação e da distribuição de renda. Como um ponto de crítica, fazia uma ofensiva ao Plano Marshall que, para ele, fora manipulado de maneira nociva aos interesses da América Latina (BIELSCHOWSKY, 1996).

Ele via na industrialização uma forma de superar a pobreza brasileira, conforme afirma a sua fala:

O índice de progresso da civilização é o constante aumento de toda sorte de produtos e serviços. Essa multiplicidade de produtos tem que ser criada pela indústria [...]

A industrialização de um país como o Brasil é indispensável para que ele possa atingir um estágio de alta civilização.

---

<sup>6</sup> Maior líder industrial brasileiro, grande ideólogo do desenvolvimentismo. Empresário, engenheiro e economista – inseriu-se na vida política nacional através dos postos de comando que assumiu nas entidades representativas do empresariado industrial. Foi deputado classista na Assembleia Constituinte de 1934 e eleito senador pelo PSD em 1945, participou também da Constituinte de 1946. Um dos criadores da Escola Livre de Sociologia e Política, em São Paulo, em 1933 (BIELSCHOWSKY, 1996).

[...] O desenvolvimentismo industrial de um país depende, sobretudo, da instalação de indústria de base, constituídas, principalmente, pela metalurgia de primeira fusão e pela grande indústria química (SIMONSEN *apud* BIELSCHOWSKY, 1996, p. 83).

Com relação ao apoio governamental, Roberto Simonsen defendia que o sucesso do projeto de industrialização dependia de um decidido apoio do governo pelo fato de os mecanismos de mercado serem insuficientes e, muitas vezes, nocivos aos objetos pretendidos. Sua proposta de industrialização era acompanhada de argumentos no sentido de que o processo se harmonizava com os interesses agrícolas e com o alinhamento econômico aos EUA. Quanto à questão do financiamento, é um ponto que não foi muito elaborado por ele.

Sem ser cem por cento contrário aos investimentos estatais, Roberto Campos<sup>7</sup> combatia a proliferação desses investimentos com o argumento de que o Estado não deveria ocupar o espaço onde a iniciativa privada pode atuar com maior eficiência. Via uma necessidade de controle da inflação e não hesitava em apoiar medidas de estabilização monetária. Foi o economista da nova ordem do Brasil, que passava da velha estrutura agrário-exportadora à nova estrutura de economia industrial internacionalizada, ao mesmo tempo em que se manteve em silêncio com relação à reforma agrária. Foi quem teve o projeto desenvolvimentista mais próximo da política de investimentos efetivamente realizada: era favorável a uma industrialização intensiva (BIELSCHOWSKY, 1996).

Roberto Campos era também favorável à questão das desigualdades regionais, ou seja, fazia objeção a um planejamento integral:

Num país vasto e complexo como o nosso, com numerosas subdivisões políticas autônomas e uma gama diversíssima de graus de evolução econômica, a tarefa do planejamento integral é simplesmente de meter medo. O resultado de qualquer esforço demasiado ambicioso de planejamento seria provavelmente gastarmos tanto tempo na confecção de um plano que o mesmo, ao ser terminado, estaria obsoleto. Ou então teríamos de instalar um governo socialista altamente centralizado e com violenta fúria dirigista; mas isto seria pagar um preço demasiadamente alto em termos de liberdade humana pela dúbia vantagem de um esquema econômico compreensivo (CAMPOS *apud* BIELSCHOWSKY, 1996, p. 112).

---

<sup>7</sup> Diplomata de carreira, graduado em Economia pela Universidade de Columbia. Citado como o aluno de Economia mais brilhante que passou por aquela universidade em muitos anos. Sua importância no debate brasileiro dos anos 50 e a representatividade de suas ideias relativamente aos economistas de sua tendência obrigaram-nos a dar uma atenção especial à sua obra (BIELSCHOWSKY, 1996).

Entramos agora no desenvolvimento nacionalista, que teve Celso Furtado<sup>8</sup> como seu o ideário maior. Assim como os demais desenvolvimentistas, defendia a constituição de um capitalismo industrial moderno no país, ao mesmo tempo em que trazia à tona o seu distintivo que era o de ampliar a intervenção do Estado na economia através de políticas de apoio à industrialização num abrangente sistema de planejamento e incluindo investimentos estatais em setores básicos, considerando que a acumulação de capital nos setores estratégicos não podia aguardar a iniciativa e o arbítrio do capital estrangeiro (BIELSHOWSKY, 1996). Tudo isso sem perder o foco de sua atenção que era o de garantir o processo de industrialização, ao mesmo tempo em que mesmo os investimentos privados deveriam obedecer à ordenação de um planejamento econômico.

Prado Jr (1987, p. 168) trouxe a questão estatal como necessária, defendendo a “intervenção do poder público na condução dos fatos econômicos e na orientação deles para objetivos prefixados”, e aprofundava em sua discussão de forma que a ação pública é orientada no sentido de promover “uma distribuição mais equitativa de recursos financeiros e dos proventos e benefícios derivados das atividades econômicas. Isso, sobretudo, pela defesa dos interesses do trabalhador e valorização do trabalho [...]”, trazendo a ênfase maior de suas atenções sempre direcionadas, em especial, ao trabalhador rural.

Os economistas nacionalistas, em sua grande maioria, tinham uma ampla preocupação de cunho social, ou seja, questões como desemprego, pobreza e atraso cultural da população brasileira, e com o arcaísmo das instituições vigentes no país. Celso Furtado trazia, então, esta característica de uma inclinação política por medidas econômicas de cunho social e via a questão salarial de maneira diferenciada, com o salário real proporcional aos aumentos da produtividade. As desigualdades regionais foram vistas, por ele, como sendo um campo de preocupações sociais, com uma atenção especial que recebeu proporções reformistas relativamente abrangentes. Nessa perspectiva se insere a questão Nordeste, ponto em que se dá a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), discussão que se aprofundará mais adiante.

---

<sup>8</sup> Graduou-se em Direito na Universidade do Brasil, em 1944, após o que ingressou no quadro técnico do Dasp. Doutorado em Economia em Paris, onde estudou entre 1946 e 1948. Depois foi para a Cepal, em 1949, na elaboração de teses cepalinas sob a chefia de Prebish. Obra clássica: *Formação econômica do Brasil* (BIELSHOWSKY, 1996).

Na área de relações de produção (entre capital e trabalho), à exceção da dedicação, por parte de Tomás P. Accioly Borges, à problemática da reforma agrária, o que se observa, pelo menos até fins dos anos 50, é uma relativa omissão, que evitou, inclusive, as discussões sobre reajustes salariais. Nesse ponto, os nacionalistas mantiveram somente uma discreta e vaga posição de defesa do princípio de elevação do salário real proporcional aos aumentos da produtividade. Apenas um campo de preocupações sociais recebeu proposições reformistas relativamente abrangentes, ou seja, o das desigualdades regionais. Como se sabe, a questão foi analisada pela Assessoria Econômica de Vargas em 1953, na época em que Rômulo de Almeida criava o Banco do Nordeste, e foi revista e reforçada, por iniciativa de Celso Furtado, nos anos de criação da Sudene (BIELSCHOWSKY, 1996, p. 131, grifo nosso).

Fazendo uma interface do que vem até então apresentado e dando sequência até a década de 1960, mais especificamente até o Golpe de 64, mostrando que há, ou seja, ora há avanços, ora há retrocessos, faz-se necessário uma síntese da trajetória do proletariado:

- a. Entre 1945 e 1950, o proletariado emerge com feição própria, através até de um partido operário, o Partido Comunista, situando-se uma correlação de forças políticas *autonomamente* no contexto regional, e ligando-se *nacionalmente* ao proletariado do resto do país, principalmente no Centro-Sul;
- b. No período que vai de 1950 a 1958, o proletariado submerge numa coligação de forças comandada pela oligarquia agrária algodoeira-pecuária, em oposição à burguesia industrial nordestina, *apesar de que* em nível nacional a coligação populista fosse hegemônica; [...]
- c. No período que vai de 1958 a 1961, o proletariado muda de *partner* política; juntar-se-á à burguesia industrial nordestina, esta sob o comendo de Cid Sampaio em Pernambuco, mas numa coligação em que a subordinação do proletariado era mais formal que real: aí, realmente, é já uma forma de *potência igual* à da burguesia industrial;
- d. No período de 1961 a 1964, o proletariado *comanda* pela primeira vez a coligação de forças; seu *partner*, por estranho que pareça, será a oligarquia agrária algodoeira-pecuária, esta claramente subordinada (OLIVEIRA, 2008, p. 238).

Em 1948 a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) foi criada e, um ano após a sua criação, Celso Furtado ingressou nela com forte resistência ao liberalismo e em contraposição ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Foi ele quem se dispôs de fazer a apresentação ao Brasil da técnica cepalina de programação, algo que constituía um modelo de planejamento abrangente e que agradava os economistas de sua corrente. A citação que se segue traz uma sistematização do processo pelo qual o Brasil vivia naquele momento, em especial a questão do pós-guerra, alternativas para a saída do subdesenvolvimento, assim como a importância de Celso Furtado para que se vigorasse aquele propósito que

vinha a se implementar.

Ensaia-se uma abordagem da dinâmica do sistema centro-periferia, sob a ótica dos interesses da periferia. Em que pese o caráter precário das novas proposições, estava dado o primeiro passo em direção a uma teoria do subdesenvolvimento, buscando uma saída para o subdesenvolvimento. Coube a Celso Furtado amadurecer essa teoria e encontrar sua feição mais acabada. Tratava-se de uma teoria pragmática, diretamente voltada ao momento histórico por que passava o Brasil no pós-guerra. Se o objetivo era implementar o desenvolvimento por meio da industrialização, cabia, no plano teórico, explicar as raízes da industrialização brasileira e descobrir os meios de impulsioná-la (MANTEGA *apud* BORGES, 2007, p. 76, grifo nosso).

Furtado (1992) trouxe uma explicação da teoria do subdesenvolvimento de forma que ele evidencia que a superação do subdesenvolvimento está na elaboração de uma técnica de planejamento econômico, e não em aumentos de produtividades associadas a novas técnicas.

A teoria do subdesenvolvimento cuida do caso especial de situações em que aumentos de produtividade e assimilação de novas técnicas não conduzem à homogeneização social, ainda que causem a elevação do nível de vida médio da população. Essa teoria tem, como ponto de partida, a visão de Prebisch do capitalismo como um sistema que apresenta uma ruptura estrutural, sistema que ele chamou de “centro-periferia” (FURTADO, 1992, p. 39-40).

Em entrevista concedida a Maria da Conceição Tavares, Manuel Correia de Andrade e Raimundo Rodrigues Pereira, Celso Furtado responde sobre a Cepal da seguinte forma: “entrei na Cepal entre 1948 e 1949, e fiquei lá por dez anos. Foi a minha escola de trabalho como economista. Eu já era doutor em economia, pela Universidade da Sorbone, quando fui para a Cepal” (FURTADO, 1998, p. 58). Daí segue com uma breve discussão mostrando a sua trajetória por ela.

Fui para Santiago do Chile, já como economista, o que era uma grande vantagem. Fiquei dez anos lá. Aprendi muito, pois estudei a América Latina, dirigi missões de estudo no México, no Chile, na Argentina, na Venezuela. Conheci a América Latina como ninguém conhecia no Brasil, o que me deu outra vantagem enorme aqui, sobretudo porque eu podia fazer comparações, tinha as referências. Em 1958, ao sair da Cepal, fui para a Inglaterra, onde escrevi Formação Econômica do Brasil, que é o meu livro mais importante. Muito cedo cristalicei uma percepção, organizei meu pensamento sobre o Brasil. Minha grande paixão era pensar o Brasil. Quando cheguei aqui, tive a possibilidade de me dedicar ao Nordeste, graças a um convite de Juscelino Kubitschek (FURTADO, 1998, p. 59-60).

Cinco foram os elementos básicos do enfoque cepalino, sistematizados a partir da teoria de Prebisch e da Cepal, sendo tópicos em que estão sempre

presentes questões como conceituação, identificação e teorização. A questão do subdesenvolvimento entrou como um primeiro ponto de partida, algo a ser concedida uma atenção especial. Daí veio a questão do processo de industrialização, ponto que não pode ser desmerecido, até mesmo pelo fato de que o Brasil estava vivendo um momento de industrialização crescente, sendo discutida em dois pontos separados: a industrialização espontânea e a industrialização periférica. O quarto elemento trouxe a inflação como ponto de discussão. O quinto e último elemento veio com industrialização, protecionismo e planejamento. Segue então abaixo tais elementos:

- a) Conceituação do subdesenvolvimento periférico;
- b) Identificação da industrialização espontânea, compreensão de seu significado e da sua dinâmica básica;
- c) Visão da industrialização periférica como processo histórico sem precedentes e problemático;
- d) Teorização sobre inflação;
- e) Teorização em favor da industrialização, protecionismo e planejamento (BIELSCHOWSKY, 1996, p. 137).

## 1.2 PANORAMA DA POLÍTICA NO BRASIL NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960

Este Brasil Moderno e ao mesmo tempo Populista veio se consolidar a partir de uma burguesia urbano-industrial emergente como classe hegemônica, e não perante a sociedade brasileira como um todo, uma classe que Prado Jr (1987) trata como algo de caráter homogêneo e coeso pelo fato de não sofrer contradições internas que comprometam os seus anseios, e que teve, no setor agrário, as raízes para o impulso industrial. O autor fala da relação dos setores agrário e industrial, e traz

como sinal disso, lembremos que os primeiros passos da indústria brasileira, no século passado, quando se inicia, e no decorrer dos primeiros decênios do atual, quando ganha impulso, se devem, sobretudo, a iniciativas e recursos provenientes do setor agrário. [...] E não pode haver dúvidas que, de um modo geral, o primeiro grande surto da indústria populista, que se verifica desde os últimos anos do século passado, se deve à economia cafeeira, tanto no que se refere à procedência de capitais proporcionados pelo grande sucesso financeiro da cultura e comércio do café, como no relativo à formação de mercados consumidores de manufaturas. Os setores agrário e industrial da economia brasileira e, pois, os dirigentes e beneficiários deles, a burguesia respectivamente de um e de outro, se entrelaçam assim intimamente e conjugam seus interesses (PRADO JR, 1987, p. 115-116).

O momento em análise, período marcante na industrialização do Brasil e também tido como dourados, a ideia de progresso ganhou ênfase e São Paulo foi divulgada como a conquista de tudo o que sempre almejavam: trabalho e melhoria da qualidade de vida. Uma ideia que já era divulgada pelas rádios<sup>9</sup>, as quais relatavam o desenvolvimento industrial, a oferta empregatícia em alta, o número de pessoas que por estavam chegando a São Paulo, dentre outras e, também, ao observarem o número de pessoas que já haviam ido<sup>10</sup>, É uma realidade elaborada por Marx (1970): dos monopólios dos meios de produção onde o fundamento da sociedade é o trabalho, sendo este o que fundamenta a propriedade dos meios de produção. Dessa maneira, o monopólio tem, então, o retrato da economia de mercado, sendo essa economia de mercado que o leva ao monopólio.

A velocidade com que se deu esse processo foi muito rápida e intensa, pois era afirmado por industriais que, sem o êxodo, a modernidade seria impossível. Os resultados eram previstos da seguinte forma: para os que partissem, os salários seriam mais elevados e, para os que ficassem, em virtude da escassez de mão-de-obra e aumento da produtividade, os salários rurais seriam então “empurrados para cima”. Desajustes e desequilíbrios já eram previstos, porém, temporários e de forma natural (TRAVESSIA, 1988). A questão do êxodo foi reafirmada a partir do momento em que “o rápido crescimento da economia brasileira entre os anos 30 e 70, em boa medida, em transferências inter-regionais de recursos e em concentração social de renda facilitada pela mobilidade geográfica da população” (FURTADO, 1992, p. 31).

A partir desse período<sup>11</sup> houve uma abertura ao capital estrangeiro adotada pela política econômica brasileira. Daí se trava uma relação entre fatores internos e externos concorrendo para que as inversões do capital estrangeiro acontecessem não somente em empreendimentos novos, mas também nos nacionais já existentes.

---

<sup>9</sup> Getúlio Vargas, com o intuito de propagar a imagem de um presidente que fosse direcionado a resolver os problemas da grande massa pobre existente no Brasil, usava da propaganda como um recurso para tanto. Leva para quase todo o interior do Brasil uma grande quantidade estações de rádio com o objetivo de fazer com que a população tivesse acesso “às maravilhas” de sua pessoa e do seu governo (MOLINA, 1995).

<sup>10</sup> Fontes orais informam que não eram muitas as pessoas que já haviam ido, mas também não negam que já era uma quantidade expressiva de pessoas da região que já haviam se retirado.

<sup>11</sup> “A partir da década de 50, afirma-se a segunda fase do processo de industrialização – produção de bens de consumo duráveis – como o setor mais dinâmico da economia brasileira. As profundas transformações operadas pela Segunda Guerra Mundial, a intensificação do intercâmbio e das comunicações, a crescente heterogeneização da sociedade e a sofisticação de seu segmento mais alto fazem aumentar a demanda interna de bens duráveis, o que torna atrativa a instalação de indústrias para produzi-los. A implantação da indústria automobilística, na segunda metade da década de 50, representa o passo mais importante desta fase, seguida da indústria de eletrodomésticos e eletroeletrônica” (BRUM, 1985, p. 54).

Prado Jr (1978) faz então uma discussão acerca da temática:

Será, aliás, essa associação, o caminho adotado por muitos industriais brasileiros e entre os maiores e principais, para eludirem a posição desfavorável em que os colocara a Instrução n. 113. Acabarão mesmo tirando vantajoso partido da situação, porque perdessem com a associação sua anterior e completa independência e autonomia, terão resolvidos seus principais problemas financeiros e técnicos com grandes recursos de seus novos sócios, o que lhes permitirá verem suas empresas crescerem e prosperarem muito além daquilo a que poderiam, isolados, aspirar. Quanto aos empreendimentos estrangeiros, a associação com nacionais lhes facilita a tarefa e abre caminho mais cômodo e politicamente seguro para sua penetração na economia brasileira. E isso sem maior risco, pois os amplos recursos com que contam, tornam sua posição inexpugnável. Os sócios menores do negócio serão sempre e cada vez mais acentuadamente, os nacionais (PRADO JR, 1978, p. 315).

Questões como o Plano Láfer; a viabilidade do Plano Nacional de Reequipamento Econômico; o sistema de trocas, que foi alterado; a importação de tecnologias mais avançadas; Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Superintendência do Plano de Fomento Econômico da Região do Amazonas (SPCEA) e PETROBRÁS; eletrificação acentuada; Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC): facilitar exportações; e, por fim, o Programa de Metas. Pensar a indústria no Brasil na década de 1950 e a questão estatal segue essa linha com suas principais mudanças (AUED, 1990):

**1951. Plano Nacional de Reequipamento Econômico – Plano Láfer.** Com a revolução de 30, que depôs Washington Luís, observou-se no Brasil uma ruptura política econômica e cultural com o Estado Oligárquico. Durante os anos subsequentes, mais ou menos de 1930 a 1945, as atividades estatais refletiram a agonia desse Estado e, em contrapartida, o planejamento começou a fazer parte do pensamento dos governantes. Nesse contexto foi gerado o Plano Láfer, uma plano quinquenal de inversões em indústrias básicas, transportes, energia, frigoríficos e modernização da agricultura.

**1952. Criação do fundo de reequipamento econômico** que foi administrado pelo Banco de Desenvolvimento Econômico (BNDE), para viabilizar o Plano Nacional de Reequipamento Econômico.

**1953. Alteração do sistema de trocas,** com a finalidade de aumentar a exportação de produtos brasileiros e assinalar prioridades na importação de artigos essenciais.

**1953. Concessão de facilidades à importação.** Também nesse ano o Departamento de Comércio Exterior concedeu facilidades para a importação de máquinas, ferramentas e equipamentos necessários para a ampliação de investimentos novos e complementares. Em outras palavras, essa medidas tinham por finalidade facilitar a importação de tecnologias mais avançadas de modo a assegurar a continuidade do processo da industrialização.

**1952-53. Banco do Nordeste do Brasil (BNB); Superintendência do Plano de Fomento Econômico da Região do Amazonas (SPCEA); Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima (PETROBRÁS),** instituição que representa um marco significativo por inaugurar a forma do monopólio estatal.

**1954. Plano Nacional de Eletrificação; Criação das Empresas Centrais Elétricas Brasileiras.**

**1955.** Entra em vigor a Instrução 113, da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), que tinha por finalidade principal atrair capital e tecnologia estrangeira. Essa medida foi um dos diversos compromissos assumidos para assegurar as inversões estrangeiras, assim como facilitar as exportações.

**1956.** Programa de Metas. Com a ascensão de Juscelino Kubitschek de Oliveira para Presidente da República em 1955, a economia brasileira viveu uma das fases mais significativas. A implantação do Programa de Metas constituiu certamente o modelo mais apurado de intervenção estatal, objetivando a implantação de uma estrutura industrial integrada. Baseado em condições pretéritas, o plano implementou inversões oficiais e privadas, nacionais e estrangeiras, procurando transformar a estrutura econômica do país mediante a criação de uma indústria de base, em consonância com o capitalismo mundial (AUED, 1990, p. 25-27, grifo nosso).

O Brasil da década de 1950 é visto como um dos momentos em que os ideais econômicos foram incisivamente direcionados pela discussão existente entre o liberalismo econômico e os desenvolvimentistas. Esse período é visto como “um dos momentos mais férteis da história brasileira, não apenas em termos das transformações socioeconômicas e dos movimentos sociais e políticos” (MANTEGA *apud* BORGES, 2007, p. 74-75), mas seguia além, como “em função da grande discussão teórico-ideológica que acompanhava ou mesmo orientava essa grande movimentação” (MANTEGA *apud* BORGES, 2007, p. 74-75).

A citação faz uma sinopse da questão do desenvolvimento, situação já apresentada aqui anteriormente. O ano de 1953, data em que aconteceu a alteração do sistema de trocas, influência necessária para o desenvolvimento industrial, Ianni aborda o seguinte:

Esquemáticamente, as informações que esta reforma cambial teve para o processo de industrialização poderiam resumir-se como segue:

- a) consolidação da reserva de mercado para a produção substitutiva de importações mediante o encarecimento relativo das importações incluídas nas categorias com tipos de troca mais elevados;
- b) concessão de subsídios (implícitos nas categorias com tipo de troca mais baixo) para a entrada de bens de capital e insumos necessários para o desenvolvimento industrial;
- c) possibilidade de que o Estado, mediante as operações de compra de divisas, volta-se a participar financeiramente nos ingressos derivados do intercâmbio (IANNI *apud* AUED, 1990, p. 31).

Seguindo a discussão, chega-se à Petrobrás, o que exige maiores análises. Roberto Campos não foi contra a sua existência, pelo contrário, procurava elogiar a sua criação, mas defendia a quebra do monopólio estatal e a associação com capitais estrangeiros em diferentes empreendimentos. A respeito da Petrobrás, ponto incisivo para que se desse o desenvolvimento que se estabelecia no Brasil

naquele momento, Ianni também faz a seguinte observação:

É verdade que houve um prolongado e amplo debate técnico sobre o problema do petróleo no Brasil. Já no decênio de 1920 essa questão preocupava a alguns setores da sociedade brasileira e, no decênio seguinte, governantes, militares, economistas, engenheiros e empresários analisaram o problema. De certa forma, a criação em 1938 do Conselho Nacional de Petróleo representou a vitória de uma das tendências na discussão e na solução do problema. [...] A criação do Petrobrás foi uma realização importante dentro de novas condições para o desenvolvimento econômico que se estabelecia no país. [...] A criação da Petrobrás representou a convergência de vários componentes essenciais do sistema político e econômico brasileiro da época: defesa nacional, nacionalismo econômico, emancipação do país, ideologia desenvolvimentista, crescimento da função econômica do Estado, etc. (IANNI *apud* AUED, 1990, p. 32).

Com a questão que envolve o privado e o estatal, o Estado não teve uma reação efetiva perante os interesses privados, pelo contrário, houve um favorecer perante seus interesses, ficando a sua interferência de modo a “desejar”.

Em suma, embora a iniciativa estatal já se tenha alcançado o lugar destacado na vida econômica brasileira, ela ainda está longe de assumir integralmente a responsabilidade da grande tarefa que lhe compete em nossa atual fase de evolução econômica e que vem a ser a de operar como fator, e elemento decisivo na correção dos vícios e deformações de que padece o processo brasileiro de industrialização (PRADO JR, 1978, p. 322).

A Questão Nacional teve, na Questão Agrária, o seu problema fundamental. Os problemas do campo no Brasil, no que diz respeito às suas relações de trabalho, acarretaram em sérios danos à construção da nação, analisado por Prado Jr (1987) como uma ausência de dados por parte de políticos que se colocavam como representantes da nação popular, destacando a dificuldade que se teve em superar o colonialismo e que teve, no campo, a sua força motriz para que tal superação não fosse de fato consumada. A sua análise a cerca do agrário pode ser assim citada:

No caso do capitalismo, são tais posições respectivas e relações aquelas que fazem, de uns, proprietários e detentores de capital; de outros, trabalhadores que dispõem e cedem por venda aos primeiros, a sua força de trabalho. Onde ocorrem essa categoria e esse tipo de relação de produção e trabalho – e esse é o caso de maior parte da agropecuária brasileira – temos capitalismo, seja embora um capitalismo rudimentar, incipiente e de baixo nível tecnológico e de desenvolvimento, como de fato se dá, generalizadamente e com poucas exceções, na agropecuária brasileira (PRADO JR, 1987, p. 107).

Uma minoria detém o capital – o outro – vender a força de trabalho: é a maneira como se dá a agropecuária brasileira. Dessa forma, o campo veio como

uma barreira para romper com os resquícios coloniais.

É assim, a superação do estatuto colonial que representa a linha mestra da revolução brasileira encontra, no campo, os principais e essenciais obstáculos a seu processamento. A precisa caracterização das relações de trabalho e produção no campo brasileiro abrem, pois, as mais amplas perspectivas da revolução, uma vez que encontramos nessa caracterização a natureza dos conflitos e a dinâmica daquelas contradições fundamentais incluídas no processo histórico-social em desenvolvimento no país (PRADO JR, 1987, p. 137).

Freyre (1968) aborda discussões relacionadas ao determinismo que o meio tem sobre as personalidades tanto individuais quanto coletivas, e também discutindo o desenvolvimento nas regiões tropicais, trazendo à tona a relação entre o agrário e o urbano. A questão raça e cultura aparece, aponta antagonismos entre cultura do campo e cultura da cidade<sup>12</sup>, e “amplia a controvérsia, mostrando que uma característica importante da formação cultural brasileira é o embate entre a cultura agrária e cultura urbana” (BASTOS, 1986, p. 221).

Adiante haverá uma breve discussão da questão agrária apontada por Prado Jr (1987), visto que não houve uma discussão para um projeto de Reforma Agrária de fato, mas sim uma discussão em que os trabalhadores rurais estavam, em sua maioria, mais direcionados à reivindicação por melhores condições de trabalho e emprego (VICTORIANO, 1992), o que elevaria as condições da classe trabalhadora e superaria, assim, as formas escravistas de trabalho.

Não é preciso insistir muito no fato que sobre essa base de miséria física e moral predomina no campo brasileiro, e se reflete tão intensamente, como não podia deixar de ser, nos centros urbanos, não é possível construir uma nação moderna e de elevados padrões econômicos e sociais (PRADO JR, 1987, p. 137).

Questões dessa ordem é o mesmo que dizer que o Brasil “fincou” os pés no atraso. Discussões mostram, até então, um Brasil com olhar urbano-industrial sem espaço para questões pertinentes ao meio rural e com modelos políticos de caráter

---

<sup>12</sup> “Atualmente a relação cidade-campo se transforma, aspecto importante de uma mutação geral. Nos países industriais, a velha exploração do campo circundante pela cidade, centro de acumulação do capital, cede lugar a formas mais sutis de dominação e de exploração, tornando-se a cidade um centro de decisão aparentemente de associação. Seja que for, a cidade em expansão ataca o campo, corrói-o, dissolve-o. [...] A vida urbana penetra na vida camponesa despojando-a de elementos tradicionais: artesanatos, pequenos centros que desaparecem em proveito dos centros urbanos (comerciais e industriais, redes de distribuição, centros de decisão etc.). As aldeias se ruralizam perdendo a especificidade camponesa. Adaptam seu ritmo ao ritmo da cidade, mas resistindo ou recuando às vezes ferozmente sobre si mesmas” (LEFEBVRE, 1991, p. 68-69).

populista. Ao mesmo tempo, paralelo a tudo isso, havia uma crise existente no setor agrário que é algo que não pode ser justificado com um foco na desorganização da população rural, mas sim, justificado por Martins (1973), como algo decorrente de fatores fundamentais da sociedade.

Trata-se de uma crise inerente ao padrão de realização do capitalismo no Brasil. Portanto, a referência que aqui faço à 'crise do Brasil agrário' visa apenas a enfatizar o nóculo dessa crise fundamental da sociedade brasileira. As suas várias dimensões não podem ser adequadamente acondicionadas em esquemas dualistas como rural-urbano, tradicional-moderno, etc., pois perpassa tanto a constituição e preservação de padrões de sociabilidade como os de bairro rural, quanto à acumulação capitalista, à gênese da industrialização e às novas modalidades de dependência externa (MARTINS, 1973, p. 14).

No momento em que a questão política teve de se posicionar como um ponto de partida para tamanhas resoluções, Prado Jr aborda cinco pontos relevantes a cerca da questão agrária:

- 1 – Repartição da Terra, mas não se trata de desempenhar toda e qualquer grande exploração. A subdivisão de terra deixa, assim, de ser encarada como um “processo natural” para se constituir em um processo eminentemente político;
- 2 – A desapropriação não deve restringir-se ao “latifúndio improdutivo” e deve-se alterar o dispositivo constitucional quanto à indenização com pagamento à vista;
- 3 – Amparo à pequena propriedade;
- 4 – A Legislação social trabalhista rural, que regula e protege o trabalhador assalariado, desestimulando os processos arcaicos de produção sob a grande exploração;
- 5 – Criação de órgãos – descentralização no encaminhamento da questão agrária (regionais), apenas ligados a um órgão central, bem como uma justiça do trabalhador rural, separada do trabalho urbano (PRADO JR *apud* VICTORIANO, 1992, p. 157, grifo nosso).

O Brasil entrou então na década de 1960 com um perfil industrial compatível de uma economia moderna. Isso se deu ao Programa de Metas que era composto de quatro setores da economia: energia, transportes, alimentação e indústria básica, num total de 30 metas, havendo assim uma substituição das importações. Havia uma necessidade acelerada para um adequar da nação brasileira à acumulação mundial. Em períodos anteriores, evidenciou-se aqui um de Estado de caráter populista, mas que agora dá lugar à hegemonia de uma burguesia industrial diante das oligarquias rurais, ao mesmo tempo em que pode-se afirmar que o Estado burguês já estava consolidado no Brasil há muito tempo, o que em 1964 revelou-se como força hegemônica dominante. A partir daí veio um período de reprodução

ampliada do capital, onde “o relacionamento burguesia nacional / internacional pautava-se pela associação, complementação e convivência pacífica” (AUED, 1990, p. 28). O interessante de tais questões serem aqui trazidas se deve ao fato de ilustrar a importância de elementos econômicos na compreensão da realidade brasileira.

Em outras palavras, o governo deveria criar empresas em setores estratégicos e de segurança nacional ou onde houvesse desinteresse ou falta de condições de iniciativa privada, vale dizer, na indústria de base – siderurgia, hidrelétrica, petroquímica, etc. –, na infra-estrutura de serviços e onde fossem necessários grandes volumes de recursos com longos prazos e retornos.

Porém, ao logo da década de 1950, o Estado violou frequentemente esses parâmetros definidos pela burguesia industrial, executando projetos aprovados pelo Parlamento. Assim, quando o Congresso propôs a criação da Petrobrás, contrariou os representantes do empresariado e o próprio presidente Getúlio Vargas, ambos favoráveis a entregar a exploração do petróleo brasileiro nas mãos da iniciativa privada e mesmo de grupos estrangeiros. Além disso, a burguesia industrial protestava contra o projeto de instituição do monopólio estatal do álcool, proposto em 1959 no Parlamento, e contra a criação das Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRÁS), no final de 1960, conforme se verifica pelos inúmeros protestos e manifestações de representantes da siderurgia (MANTEGA *apud* AUED, 1990, p. 32-33).

Furtado (1962, p. 9) analisava a questão do Brasil como algo que estava “repetindo, até certo ponto, a experiência do Japão em decênios anteriores: a conquista da autodeterminação no plano econômico, mesmo que ainda numa fase caracterizada por um nível de renda per capita típico de país subdesenvolvido”. Nesse período ele defendia a necessidade de reformas constitucionais que garantissem a realização de uma organização agrária que modificasse o sistema fiscal e a estrutura bancária pela máquina estatal. Propugnava, ainda, um estatuto legal que disciplinasse a ação do capital estrangeiro, subordinando-os aos objetivos do desenvolvimento econômico e social em consonância com os anseios populares. Segundo Borges (2007, p. 74), “as tarefas mais imediatas, naquele momento, seriam organizar a opinião pública brasileira para que ela se manifestasse organicamente e propusesse as metas do desenvolvimento social”.

O capitalismo burocrático foi apontado por Prado Jr (1987) como um agravante de responsabilidade para a organização e vitória das forças reacionárias no golpe de 1964. A incidência de corrupção no poder público levou a um descontentamento de grande camada da população.

Atadas como se encontravam ao Capital burocrático, sem definição pragmática muito precisa, as forças progressistas sucumbiram ao golpe, praticamente sem resistência, porque não contaram, no momento decisivo, com o apoio e o concurso ativos de suas bases naturais: o povo trabalhador (PRADO JR, 1987, p.162).

Dessa maneira, o golpe veio como um momento frustrante no Brasil Populista onde “a falta de visão das forças progressistas e de esquerda da sua missão e das especificidades da realidade na qual atuavam, dificultou sobremaneira o processo de construção da nação” (VICTORIANO, 1992, p. 162). Celso Furtado tinha uma visão contrária à intervenção militar de 1964, pois ele defendia o “Brasil como uma sociedade aberta. Os militares empreenderam a reestruturação da sociedade, mas de um modo que iria perpetuar, e na verdade acentuar, as diferenças de classe” (CHILCOTE, 1990, p. 236). As massas continuaram sem espaço algum e os interesses diretos da nação para com ela mesma foram sempre sucumbidos, e o Brasil dando passos que o retrocedem, fazendo com que os fantasmas de uma antiga colônia sempre voltem a assustar.

[...] a herança colonial brasileira ainda faz sentir, no essencial, todos ou pelo menos os seus principais efeitos. Constituimos ainda, numa perspectiva ampla e geral em que desaparecem as situações excepcionais relativamente escassas, um aglomerado humano heterogêneo e inorgânico, sem estruturação econômica adequada, e em que as atividades produtivas de grande significação e expressão não se acham devidamente entrosadas com as necessidades próprias da massa da população (PRADO JR, 1987, p. 158).

### 1.3 POLÍTICA E SECA NO NORDESTE BRASILEIRO

O Nordeste brasileiro apresenta grande heterogeneidade nos aspectos geoeconômicos. Historicamente, o meio físico teve forte influência na ocupação demográfica e econômica daquela região. A irregularidade pluviométrica, a diversidade edáfica e a estrutura fundiária inadequada aos meios físicos diferenciados encontraram-se sempre entre os fatores que mais decisivamente influenciaram os tipos e a localização das atividades econômicas ali praticadas (ANDRADE *apud* DUARTE, 2002).

Compreender a seca como um fator de subdesenvolvimento da região Nordeste e de toda uma política que determinou os rumos desse contexto, implica fazer um breve resgate histórico das secas que foram relatadas. A 1ª seca registrada

séc. XVI, em que:

O primeiro registro histórico das secas é do cronista Fernão Cardim que, numa viagem por terras da Bahia e Pernambuco, em 1587, encontrou 'uma grande seca e esterilidade na província (Pernambuco) e que desceram do Sertão, apertados pela fome, socorrendo-se aos brancos, quatro ou cinco mil índios' (GARCIA, 1985, p. 65).

A citação refere-se à seca de 1587, ou seja, já está documentada a primeira grande seca, tendo o século XVI como um ponto de partida.

Serão agora mostradas as principais secas que se seguem pelos séculos XVII, XVIII (século em que foi catalogado o maior período de seca ao longo da história: seis anos) e XIX, sendo que a documentação vai se tornando mais abundante com o passar dos tempos, o que torna mais rica a precisão dos dados e também a numeração. Na tabela 2 são documentadas grandes secas desde o século XVI.

**Tabela 2 - Registro das secas ocorridas no Nordeste do séc. XVI até o séc. XX.**

Quadro das secas ocorridas no nordeste		
Anos secos	Duração das secas (em anos)	Total de secas
1. Século XVI		
1559	01	04
1564	01	
1587	01	
1592	01	
2. Século XVII		
16033	01	06
1609	01	
1614	01	
1645	01	
1652	01	
1692	01	
3. Século XVIII		
1710-1711	02	07
1722	01	
1723-1728	06	
1744-1746	03	
1766	01	
1777-1778	02	
1790-1793	04	

**Tabela 2 (cont.) - Registro das secas ocorridas no Nordeste do séc. XVI até o séc. XX.**

<b>Quadro das secas ocorridas no nordeste</b>		
<b>Anos secos</b>	<b>Duração das secas (em anos)</b>	<b>Total de secas</b>
4. Século XIX		
1803-1804	02	
1808-1810	03	
1814	01	
1817	01	
1824-1825	02	
1833	01	12
1844-1846	03	
1860	01	
1869	01	
1877-1879	03	
1888-1889	02	
1898	01	
5. Século XX		
1900	01	
1903-1904	02	
1915	01	
1919	01	
1931-1932	02	
1942	01	12
1951-1953	03	
1958	01	
1966	01	
1970	01	
1976	01	
1979-1982	04	
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>41</b>

Em Prado Jr (1992) mostra o século XVIII como um atenuante para que se dê ao Nordeste um quadro de debilidade que vai, a partir daí, nunca mais se recompor, ou seja, uma imagem que passa a ser instaurada.

A recorrência das secas que se sucedem no século XVIII, em períodos mais ou menos espaçados, mas com regularidade dramática, vai destruindo as fontes de vida destas infelizes regiões. Assesta-lhes o golpe final a estiagem que durou três anos, de 1791 a 1793 [...]. O sertão não se refaria mais deste golpe. Vegetará, daí por diante, num estado crônico de debilidade congênita que se prolongará até os nossos dias (PRADO JR, 1992, p. 196).

Mas fez-se aqui recorte cronológico que data do século XX. Há registros de que neste século foram registradas secas em 1900, 1903-04, 1915, 1919, 1931-32, 1942, 1951-53, 1958, 1966, 1970, 1976, sem falar do ciclo iniciado em 1979-82.

Medeiros Filho e Souza (1983) fazem uma discussão em que são apontadas

características pertinentes a cada uma destas secas citadas aqui anteriormente. A de 1900 não foi vista como algo de agressividade das maiores em decorrência do fato de que, no ano anterior, a abundância de água foi grande. A seca de 1903, que na verdade se estende até 1904, a obra traz um relato de um cronista das secas: “tudo e todos sofrem: o proletário, aquele que nada possui a não ser dos braços para o trabalho, não encontra com que se manter, está reduzido a comer uma ou duas bolachas por dia, raras vezes acompanhadas por um oitavo de uma rapadura”.

1915 foi visto como um ano devastador, com uma população emigrando em larga escala, sendo também fonte de inspiração para o romance *O Quinze*, de Raquel de Queiroz, obra que retratou, “mais do que a miséria orgânica dos sertanejos esfomeados, é retratada em traços seguros a miséria local a que ficam eles reduzidos durante esse período de privações extremas” (CASTRO, 2010, p. 211). 1919 teve uma seca similar à de 1915, período no qual um grande número de retirantes chegava às cidades famintos e esmolando pelas ruas à procura desesperada por comida. 1932: da Bahia ao Piauí rebanhos foram dizimados e as populações rurais afugentadas, emigrando em massa para o litoral e também para outras regiões, momento em que teve as trinta obras de açudagem, nos quais foram empregados cerca de 220 mil operários (MEDEIROS FILHO; SOUZA, 1983, p. 34-35).

Dentre esses períodos citados, houve aqueles que foram documentados com mais ênfase, destacando-se com algo de perfil mais agressivo do que os demais, como a grande seca de 1932 que:

Começou realmente em 1926, quando as chuvas foram irregulares, uma irregularidade que se acentuou a cada ano seguinte. Em 1932 caíram chuvas finas em janeiro, mas cessaram totalmente em março. Até o início do atual ciclo, foi a seca de 1932 a maior até então registrada em termos territoriais. Atingiu uma população de cerca de três milhões de pessoas, habitantes de uma área de 650 mil quilômetros quadrados (GARCIA, 1985, p. 64).

Dialogando com as pessoas do campo, da região do semiárido, as mais idosas relataram que na seca de 1932 havia uma grande quantidade de pessoas que passavam pedindo pelas casas, recebendo daqueles mais abastecidos a mistura de rapadura com farinha, e seguiam caminhando sem ter para onde ir.

A Sra. Francisca Correia Santos, hoje com 90 anos de idade e que, mesmo não sendo fonte direta da pesquisa de campo pelo fato dela nunca ter sido uma

retirante rumo a São Paulo, mas que migrou da região da Caatinga para o Cedro, situado na região de Mata de Cipó, em decorrência dessa seca, e trouxe contribuições para a pesquisa. A mesma relata que em 1932 presenciou, em sua casa, ainda na Caatinga, situada no Amargoso, seus pais recebendo uma mãe com um bebê em seu colo. Esta mãe dava escaldado de leite com farinha para a criança e os demais filhos ficavam com as mãos estendidas esperando que o bebê, ou até mesmo a mãe, deixasse pingar gotas daquele leite para que suas mãos aparassem e eles pudessem sentir o sabor do alimento.

Houve também uma incidência de casos de suicídios provocados pelo desespero, como o de um chefe de família que, ao ver mulher e filhos em situação de extrema necessidade, suicidou-se com arma branca cravada em seu pescoço. Há também relatos de que foram encontradas pessoas mortas pelos caminhos com casco de animal morto na boca, cena presenciada por Vitório de Oliveira Santos (*in memorian*) e que me foi relatada pela sua filha<sup>13</sup>, a Sra. Francisca citada aqui. Trazer a memória de pessoas idosas tem a sua riqueza peculiar.

Um verdadeiro teste para a hipótese psicossocial da memória encontra-se no estudo das lembranças das pessoas idosas. Nelas é possível verificar uma história social bem desenvolvida: elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas; elas já viveram quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecíveis; enfim, sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, que, de algum modo, ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente do que uma pessoa de idade (BOSI, 2004, p. 60).

O Nordeste não é um fato inerte na natureza. Não está dado desde sempre. Os recortes geográficos, as regiões são fatos humanos, são pedaços de história, magma de enfrentamentos que se cristalizam, são ilusórios ancoradouros da lava da luta social que um dia veio à tona e escorreu sobre este território. O Nordeste é uma especialidade fundada historicamente, originada por uma tradição de pensamento, uma imagística e textos que lhe deram realidade e presença (ALBUQUERQUE JR, 2008).

---

<sup>13</sup> “A cultura e a tradição, principalmente entre os nordestinos da área rural, são repassadas de uma geração para outra, oralmente. As histórias são guardadas, contadas e recontadas de pai para filho. São experiências vivas que são transmitidas e constituem-se em um saber que é apropriado e incorporado à identidade do nordestino.

A cultura do nordestino é também muito voltada para a família” (BAPTISTA, 1998, p. 181).

Enfatizar a influência devastadora que as secas provocam na vida do nordestino se justifica pelo caráter eminentemente rural dessa população que depende da terra para prover seu sustento, podendo ser considerada, portanto, uma sociedade rural.

A sociedade rural é composta de uma totalidade de indivíduos ativamente envolvidos em uma atividade agrícola, como a coleta e o cultivo de plantas e animais, e a totalidade de suas crianças – “uma população rural passiva” – cuja idade não permite que estejam ativamente envolvidas em nenhuma ocupação, mas que nascidas e vivendo em uma sociedade rural são marcadas por muitas de suas características.

O principal critério para a definição da população ou da sociologia rural é *ocupacional*: a coleta e cultivo de plantas e animais. Através dele a sociedade rural diferencia-se de outras populações, particularmente da urbana, envolvida em atividade ocupacionais diferentes. [...] Dessa diferença entre comunidades rurais e urbanas, segue-se uma série de outras, a maioria das quais ligadas de formas casual a esta diferença em ocupação (SOROKIN; ZIMMERMAN; GALPIN, 1986, p. 200).

Em contrapartida, a indústria brasileira teve seu crescimento em regiões específicas, não atingindo todo o território nacional e com um crescimento notório no período em análise. Desde o início da década de 1940 dados mostram que o crescimento da indústria é três vezes maior do que o setor agropecuário, chegando a crescer, nesse período, 113% em relação a 1930 (IBGE, 1990). O que pode entrar aqui em discussão é a questão do crescimento de um setor em detrimento do outro, ou seja, o campo, o meio rural apresenta sinais de abandono, de desinteresse político. A vida destas pessoas, dos moradores do semiárido nordestino, dependia, em todos os aspectos, da terra, não havendo outra alternativa: era uma economia, uma realidade, contexto de vida somente agrário. Já que os incentivos estavam direcionados para o meio industrial, conseqüentemente a questão urbana<sup>14</sup> é também foco de atenção, de atrativos, o que já evidencia sinais de uma busca, ou melhor, uma necessidade de ir para a cidade. Tal questão é colocada aqui em caráter introdutório, pois será abordada sucessivas vezes no decorrer da produção.

Como desde a introdução do trabalho a seca é uma questão que vem sendo

<sup>14</sup> “O *urbano* (abreviação de ‘sociedade urbana’) define-se, portanto, não como realidade acabada, situada, em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora. O urbano é *possível*, definido por uma direção, no fim do percurso que vai em direção a ele. Para atingi-lo, isto é, para realizá-lo, é preciso em princípio contornar ou romper os obstáculos que atualmente o tornam *impossível*. O conhecimento teórico pode deixar esse objetivo virtual, objetivo da ação, no abstrato? Não. De agora em diante, o urbano é abstrato unicamente sob o título de *abstração científica*, isto é, legítima. O conhecimento teórico pode e deve mostrar o terreno e a base sobre os quais ele se funda: uma prática social em marcha, a *prática urbana* em via de constituição, apesar dos obstáculos que a ele se opõem” (LEFEBVRE, 2002, p. 28).

trabalhada, não tendo como fazer diferente, pois até as raízes que trouxeram o uso do termo Nordeste tem uma relação direta com tal questão, com a criação do Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), um programa montado para combater<sup>15</sup> a seca. A esse respeito, tem-se a citação:

O termo Nordeste é usado inicialmente para designar a área de atuação da Inspetoria Federal de obras Contra as Secas (IFOCS), criada em 1919. Neste discurso institucional, o Nordeste surge como parte do Norte, sujeita às estiagens e, por essa razão, merecedora de especial atenção do poder público federal. O Nordeste é, em grande medida, filho das secas; produto imagético discursivo de toda uma série de imagens e textos produzidos a respeito deste fenômeno, desde que a grande seca de 1877 veio colocá-la como o problema mais importante desta área (ALBUQUERQUE JR, 2008, p. 132).

O IFOCS foi trazido de maneira introdutória para que se discutissem os programas que foram criados e isso se deu pelo intuito de combater a seca. Como a pesquisa data das décadas de 1950 e 1960, começa-se então pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

[...] O Departamento Nacional de Obras Contr as Secas mais conhecido pela sigla Dnocs, que nasceu sob a denominação de Inspetoria Federal de Obras Contr as Secas (Ifocs) na primeira década do século XX, representou, em alguma medida, um esforço *racionalizador*; é notável, mesmo nos seus primórdios, o esforço desprendido no estudo da ecologia regional, recrutando até especialistas estrangeiros que, ao lado de alguns nacionais, formaram uma excelente equipe de engenheiros, agrônomos, botânicos, pedólogos, geólogos, hidrólogos; sob a batuta de Miguel Arrojado Lisboa, no nível mais alto, e a condução científica de José Augusto Trindade, cuja tradição foi continuada por José Guimarães Duque, avançou-se muito no conhecimento físico do Nordeste semiárido, de suas potencialidades e de seus limites de solo, água, botânica, de sua flora nativa e das possibilidades de adaptação de outras espécies (OLIVEIRA, 2008, p. 173).

Um programa que foi montado com atuação ampla de conhecimento, em que foram recrutados profissionais para suas respectivas áreas, o que trouxe um conhecimento mais aprofundado do Nordeste, assim como foi ampla a sua atuação

---

<sup>15</sup>Anterior ao IFOCS houve o IOCS, que foi “somente no Governo de Nilo Peçanha que o poder público federal saiu do marasmo em que vinha se arrastando mediante a criação da ‘Inspetoria de Obras Contra as Secas’ (IOCS) pelo Decreto n. 7.619, de 21 de outubro de 1909” (MEDEIROS FILHO; SOUZA, 1983, p. 69). Competia ao IOCS:

“1. Estudar sistematicamente as condições meteorológicas, geológicas e hidrológicas das zonas semi-áridas; 2. Estudar a pluviometria da região; 3. Promover a conservação de florestas; 4. Construir estradas de rodagem e ferrovias; 5. Perfurar poços tubulares e artesianos; 6. Estudar a pequena açudagem e incentivar, mediante prêmios, a sua proliferação; 7. Construir açudes públicos com dinheiro da União, assim como barragens submersas; 8. Realizar a drenagem dos vales úmidos; 9. Desenvolver a piscicultura e etc. (MEDEIROS FILHO; SOUZA, 1983, p. 69).

em diferentes projetos<sup>16</sup>.

O Ifocs e depois o Dnocs orientaram sua ação para a construção de barragens, que represassem água para o período de seca; para a perfuração de poços, ali onde não havia rios para represar; para a construção de barragens que visassem propiciar uma agricultura irrigada; para a construção de estradas de rodagem no interior da zona semi-árida; e finalmente para a elaboração de estudos ecológicos num sentido amplo [...] (OLIVEIRA, 2008, p. 177).

O artigo 199 da Constituição de 1946 diz que, sem limites de prazo, 3% de toda a renda tributária da União deve ser direcionada para a execução de um programa de combate aos efeitos das secas no Nordeste. Além do que está aí garantido por Lei, o governo federal deveria destinar, pelo período de vinte anos, mais 1% dessa receita para implementar o aproveitamento econômico do vale do Rio São Francisco. A Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) resultou de um projeto dos membros do Congresso Nacional, em que alguns parlamentares defendiam interesses políticos e econômicos regionais. Dessa forma, a década de 1940, período da criação do DNOCS, marcou o início das discussões sobre as necessidades de se efetivar um planejamento regional de maior amplitude, considerando o desenvolvimento do Nordeste brasileiro sob o ponto de vista dos aspectos socioeconômicos (AVELAR JR, 1994).

O fato de o Rio São Francisco atravessar os estados da Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco, além da área do estado de Minas Gerais incluída no Polígono das Secas, foi a justificativa que teve para a consolidação da viabilidade econômica do seu vale, um elemento indutor de uma política de desenvolvimento do Nordeste. Delimitado pelo Governo federal em 1951 (Lei nº 1.348) para combater as

---

<sup>16</sup> “Para o DNOCS, a internalização de normas como não contratar trabalhadores, não plantar cultura branca (milho, feijão, arroz, mandioca), não fazer reformas nas casas, não criar nas agrovilas e não comercializar fora da cooperativa, era uma condição *sine qua non* para que o projeto de irrigação atingisse os objetivos da política de irrigação. Portanto, ser agricultor não era o único critério para que os sitiantes selecionados se transformassem em empresários. Era necessário construir um novo *habitus*, um conjunto de estruturas e disposições que deveriam ser, antes, internalizadas pelas famílias, como requisito para adquirir essa nova cultura, um novo estilo, na visão do DNOCS, incluía a aceitação de um conjunto tecnológico para a agricultura e uma visão empreendedora para os sitiantes.  
[...]

O conjunto tecnológico implica estratégias e técnicas impostas pelo DNOCS aos colonos, com intuito de atingir os objetivos de eficiência na produção e competitividade, tanto no mercado local como no nacional. Entre as estratégias destacam-se o crédito, a assistência técnica e a promoção de técnicas modernas, incluídas no pacote da “revolução verde”, ou seja, quimificação (herbicidas, fungicidas e agrotóxicos) e tecnificação (uso de tratores e máquinas nas diversas etapas do processo de produção) (GOMES, 2009, p. 312-13).

secas do Nordeste, o *Polígono das Secas* (mapa 1), com uma dimensão de 950.000 Km<sup>2</sup>, equivale a mais da metade do território do nordeste (52,7%), que vai desde o Piauí até parte do norte de Minas Gerais, com exceção do Maranhão e o litoral leste da região. O clima é semiárido e a vegetação de caatingas. O solo é raso, na sua maior parte, e a evaporação da água de superfície é grande. Essa é a área mais sujeita aos efeitos das secas periódicas. Esta área delimitada em 1951 tem como objetivo combater as secas do Nordeste (FUNDAJ, 2011). Da atual área de delimitação do Polígono das Secas, 42,91% localiza-se no Vale do Rio São Francisco<sup>17</sup> (BRASIL, s/d.).

Em “*A longa vida que já vivemos*” Raquel de Queiroz (1998, p. 68) assim apresenta a sua paixão pelo *Velho Chico*:

Quem me conhece, sabe da paixão quase imoderada que alimento pelo rio velho. Ah, rio São Francisco, como é que eu posso falar? O mais fácil de explicar é dizer que ele é meu parente: para nós daqui, parentela é coisa muito forte – e o que a gente ama assim tanto, há de ser pai ou irmão ou pelo menos tio ou primo. Ou avô, ou padrinho. Rio velho meu padrinho, quanto tempo que estes tristes olhos não te viam, e cada vez mais belo e importante, carregando tanta água, tanto peixe, carregando sabe Deus o quê!

---

<sup>17</sup>“O rio mais importante da região é o São Francisco que, mesmo durante a estação seca, mantém seu leito volumoso devido à elevada pluviosidade nas áreas próximas à sua nascente, na Serra da Canastra, na Região Sudeste [...].

A Bacia do São Francisco é a segunda maior bacia hidrográfica totalmente brasileira e uma das mais importantes do país. [...]

Existência de grandes quedas d’água. Ao longo do Rio São Francisco há três grandes complexos produtores de energia elétrica: Três Marias, Sobradinho e Paulo Afonso que somam uma potência instalada de 5,7 megawatts;

O Rio São Francisco é o único rio perene que atravessa o sertão nordestino. Apesar de ser quase totalmente planáltico, apresenta longo trecho navegável (cerca de 2000 Km), que se estende de Pirapora (MG) até Juazeiro (BA);

O Rio São Francisco liga as duas regiões mais populosas e de mais antigo povoamento: Nordeste e Sudeste” (SOUZA, 2004, p. 104).

“Com área de 645.000 Km<sup>2</sup> e potencial hidroelétrico de 19,7 milhões de KW, a Bacia do São Francisco ocupa, entre as bacias principais, o quarto lugar em área e em potencial hidroelétrico” (ANTUNES *apud* SOUZA, 2004, p. 104).

Mapa 1 - Polígono das secas.



Fonte: Rebouça (1997, p. 132).

Há uma construção imaginária e com erros sobre o Polígono das Secas, ou seja, algo que foi pensado, que

foi criado por burocratas que, sobre o mapa do Nordeste, traçaram linhas imaginárias determinando que fora dos riscos feitos por eles não haveria seca. Assim, muitos fazendeiros chegaram a sofrer a perda total dos seus rebanhos e lavouras por falta de chuva, sem que fossem socorridos pelo governo, porque não estavam na área das secas. Da mesma forma, milhares de trabalhadores tiveram de se deslocar centenas de quilômetros

para empregar-se em frentes de trabalho de emergência, porque os municípios onde moravam estavam excluídos do Polígono e, por decreto, ali não poderia haver seca (GARCIA, 1985, p. 61-62).

Vê-se então a dimensão da ignorância em sua construção. A discussão aqui permeia um período em que se deu início ao Polígono das Secas. A região aqui estudada não foge à ideia de que a seca é a causadora de todo o sofrimento pelo qual passam seus moradores, vítimas de longos períodos de estiagem, que provocaram mortes de animais e perdas de plantação. Por não ter represas de tamanho significativo nas suas propriedades onde residiam, essas pessoas caminhavam horas em busca de água, muitas vezes salobra<sup>18</sup>, em cacimbas<sup>19</sup> abertas em meio à areia do rio<sup>20</sup>, para lavar suas roupas, levarem um pote com água na cabeça e tanger os animais, já enfraquecidos, para beber.

É de Marx a observação tão justa e comprovada por todo o decorrer da história, que os problemas sociais nunca se propõem sem que, ao mesmo tempo, se proponha a solução deles que não é, nem pode ser forjada por nenhum cérebro iluminado, mas se apresenta, e aí há de ser desvendada e assinalada, no próprio contexto do problema que se oferece, e na dinâmica do processo em que essa problemática se propõe (PRADO JR, 1987, p. 13-14).

Prado Jr (1987), levanta a questão da seca com mais veemência, ponto este em que não foi apresentada uma solução em sua concretude, não havendo uma imersão naquela realidade em si, com um olhar direcionado ao seu contexto com um todo, em sua especificidade, mas sim de maneira macro, numa construção para que houvesse uma gama que se beneficie daquele processo como um todo. A construção da seca como fator determinante do quadro econômico-social no qual a região aqui estudada se encontra, foi uma elaboração que viesse dar justificativa para que aquela realidade tivesse um sentido em si, ou seja, aquele quadro ali instaurado tem uma justificativa de uma dimensão que foge às leis terrenas, associando ao “céu” o pivô de justificativa para aquele contexto. Detalhando melhor,

não é o Nordeste uma região que apresente uniformidade de clima, de topografia, de solo, de vegetação. Na imensidão do seu território existem

---

<sup>18</sup> Qualidade característica de água quando é salgada.

<sup>19</sup> Cacimba: processo já utilizado pelos índios. É um buraco cavado no leito seco de um rio ou riacho, para aproveitar a água dos lençóis freáticos. A água sempre fica retida pelas terras de aluvião existentes abaixo dos leitos das correntes d'água. Nos anos de seca, essas cacimbas sempre secam.

<sup>20</sup> Essas cacimbas eram abertas em um trabalho braçal onde o sertanejo usava a enxada para abrir o buraco e a pá para tirar a terra.

rios caudalosos como o São Francisco e o Parnaíba ao lado de centenas de outros que secam todos os anos. Há matas luxuriantes e áreas que lembram desertos inóspitos; serras de mais de 1000 metros de altitude, onde a temperatura pode cair de 10 graus nas noites de inverno e vales onde a temperatura atinge 40 graus (GARCIA, 1985, p. 10).

Diante de uma diversidade como a apresentada Garcia (1984), cabe aqui o conceito de região, o que não chega a um conceito em específico, ficando a questão de cunho geográfico em sua amplitude, ao mesmo tempo em que não pode fugir de uma relação direta com as questões históricas, socioeconômicas. O trecho que segue explica tal afirmativa:

Não se desconhecem as dificuldades para precisar o conceito de região; a região pode ser pensada praticamente sob qualquer ângulo das diferenciações econômicas, sociais, políticas, culturais, antropológicas, geográficas, históricas. A mais enraizada das tradições conceituais de região é, sem nenhuma dúvida, a geográfica no sentido amplo, que surge de uma síntese inclusive de formação socioeconômica histórica baseada num certo espaço característico (OLIVEIRA, 2008, p. 145).

Seguindo a elaboração de programas direcionados à resolução da problemática nordestina, Furtado (1998) foi convidado em 1958 para a elaboração de um Plano para a Região, o que o caracterizava como uma espécie de símbolo de esperança desenvolvimentista brasileira dos anos 50 do século XX.

Houve a seca de 1958. Por causa dela, Juscelino me chamou, pois precisava fazer alguma coisa. Eu era o diretor do BNDE (Bando Nacional de Desenvolvimento Econômico) naquele momento. Então, disseram ao presidente que havia uma pessoa que entendia daquilo tudo e de planejamento. Essa era a minha área, na qual me especializei nas Nações Unidas. Disseram-lhe que eu poderia fazer um plano para o Nordeste (FURTADO, 1998, p. 61).

Analisando o atraso da Região a partir das questões industriais, entre 1957 e 1958 foram “plantadas” as sementes que se transformariam na Sudene, lançada por Juscelino como uma política de desenvolvimento do Nordeste. Antes de chegar à Sudene, houve o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN)<sup>21</sup>, órgão que não vingou.

[...] depois da guerra, graças ao controle de câmbio, o país deu um salto. Foi nesse momento que vim para o Brasil. Eu sabia qual era o caminho. Os

<sup>21</sup> “[...] embora muito tenha sido realizado no período, exatamente as metal agrícolas do documento do GTDN ficaram por cumprir-se, em especial a que mais de perto dizia respeito ao secular problema da seca: a implantação, no semiárido, de culturas agrícolas resistentes às estiagens, numa primeira e incipiente tentativa de conviver com o fenômeno” (RAMOS, 1982, p. 17).

problemas eram estruturais. Por isso fui investigar por que o Nordeste estava andando para trás na industrialização. Fiz um levantamento e constatei que grande parte das indústrias têxteis do Nordeste estavam fechando [...]. Quando fizeram a primeira estrada na direção norte-sul, por essa época, as pequenas indústrias do Nordeste não puderam competir com o Sul do Brasil. Então, precisava-se de uma política. E foi a partir dessa compreensão que fiz o trabalho para a criação da Sudene. As pessoas sempre se referem ao trabalho do GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste), mas, na verdade, fui eu quem o escreveu. Fui interventor no GTDN, que funcionava obrigado no BNDE, mas jamais concluiu seus trabalhos. Organizei uma pequena equipe para fazer o projeto da Sudene, que depois Juscelino lançou como política de desenvolvimento do Nordeste. Ele tinha enfrentado a seca de 1958, que foi terrível, meio milhão de pessoas morrendo de fome nas ruas. Partimos dessa realidade. Eu visitei todo o Nordeste, corri o Sertão inteiro na época da seca (FURTADO, 1998, p. 63-4, grifo nosso).

A Sudene, “vinculada ao Ministério do Interior a nível de Secretaria de Estado, com autonomia administrativa técnica e financeira, incumbe a coordenação de todos os planos, programas, projetos e atividades federais no Nordeste” (RAMOS, 1982, p. 142-43, grifo nosso). Oliveira (2008) assim descreve a sua criação:

A Sudene foi criada em 1959, pela Lei nº 3.692, de 15 de dezembro do mesmo ano, no Congresso nacional, emanada de projeto do Executivo da União que, no curso dos debates e transições parlamentares, recebeu diversas emendas. O processo propriamente parlamentar de criação da Sudene reflete, admiravelmente, o posicionamento das diversas classes sócias, no Nordeste e fora dele, em relação à nova atuação do Estado na região. Tal processo foi descrito por Amélia Cohn, em seu brilhante estudo *Crise Regional e Planejamento*; as atas das sessões do Congresso Nacional, tanto no nível da Câmara de Deputados quanto ao do Senado, relativas ao ano de 1959, relatam igualmente esse processo. Constitui pêra muitos observadores um mistério que os representantes parlamentares do Nordeste se tenham constituído, na verdade, na mais formidável oposição à criação do novo organismo e que, pelo contrário, o apoio lhes tenha sido dado principalmente pelos parlamentares do Centro-Sul, aliados a poucos e expressivos congressistas mais ligados à burguesia industrial nordestina (OLIVEIRA, 2008, 250-51).

Houve uma prévia: Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO). A Sudene foi montada a partir daí, com o poder em mãos do Executivo Federal.

O Executivo da União, entretanto, antes da criação pelo Congresso Nacional, havia criado através de decreto a pré-Sudene, na forma de um Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Codeno), a quem coube a própria tarefa de elaborar o anteprojeto de lei. Era esse conselho constituído por um secretário-executivo, de nomeação da Presidência da República, governadores dos nove estados do Nordeste e representantes de ministérios federais; o Conselho Deliberativo da Sudene reproduzirá essa estruturação. Houve quem visse essa estruturação a marca de um “novo federalismo”; entretanto, essa estruturação é, sobretudo, a marca da concentração de poder em mãos do Executivo Federal e, portanto, a morte da Federação (OLIVEIRA, 2008, 251, grifo nosso).

Celso Furtado fez uma defesa da liderança do Estado na promoção do desenvolvimento através de investimentos em setores estratégicos e, sobretudo, do planejamento econômico. Ele trouxe, como modelo de inspiração, o Mezzogiorno italiano. Havia como proposta a introdução do desenvolvimento da Região como um todo, sem partidatismo algum. Pode-se assim concluir sobre a Sudene:

[...] a Sudene foi um gancho muito bom para que recebessem ajuda do governo federal sem aparecerem como adesistas. A virtude da Sudene é que ela ficou fora da disputa partidária. Havia um consenso. Preservava-se a Sudene. Tanto assim que lá fiquei em três governos diferentes. [Sobre Jânio] [...] ele nunca botou o dedo no Nordeste; enquanto estive na Sudene, respeitou inteiramente o compromisso. Tive total liberdade e autonomia política para consolidar a Sudene, lançar projetos. Chegamos a 40 novos projetos industriais. Todo mundo queria investir no Nordeste, e ainda tinha o fundo de ágios, que o governo podia usar. Depois, apresentei a Lei de Incentivos Fiscais, que criei para o Nordeste, no quadro da Sudene, e que hoje é aplicada em todas as regiões do Brasil. Na verdade, inspirei-me na legislação do Mezzogiorno italiano, que tinha incentivos fiscais para promover o desenvolvimento. Quem investisse no Nordeste teria um subsídio do governo, correspondente a tanto por cento do capital próprio. Isso mudou tudo. O pessoal do Sul quis investir no Nordeste, e foi uma chuva de projetos. Alguns falharam, mas muitos ficaram. E começou a transformação do Nordeste (FURTADO, 1998, 65-6)<sup>22</sup>.

#### 1.4 QUESTÕES DE IMAGEM

A imagem que foi construída em relação aos nordestinos será firmada desde a grande seca de 1877, e que se estendeu até 1979, e a rebelião de Canudos em 1890, período esse em que a região passa a ser vista de povos ‘rudes’, marcados pela dureza do meio. Já se podia então observar sinal de diferenciação, discriminação em relação aos nordestinos. Nasceu, assim, a partir da seca, um estereótipo que passa a defini-los. O interessante a ser observado é o fato de que, até então, era um fenômeno climático que não incomodava a política, o governo, pois, como foi mostrado, desde o século XVI secas são documentadas. A partir do momento em que tal fenômeno coincide com um momento de crise política e econômica do Nordeste, que visa “abalar” as estruturas dos proprietários de terras, ela passa a ser vista. A migração já é uma alternativa buscada. Albuquerque Jr

<sup>22</sup> “[...] a partir de 1964, com o afastamento de Celso Furtado dos altos escalões do Governo, a SUDENE passou a perder a função de coordenadoria dos investimentos públicos na Região e viu esvaziar-se o volume de recursos de incentivos fiscais, com a destinação de grande parte dos respectivos recursos para outras áreas e setores, culminando com a destinação maciça dos próprios recursos dos incentivos do Nordeste para o PIN e, especialmente, para a construção da Transamazônica a partir de 1971” (RAMOS, 1982, p. 27).

(2007) faz contextualizações interessantes a cerca da temática em específico.

Este fenômeno que, do ponto de vista estritamente climático ou natural, nada teve de diferente de episódios anteriores, já que as estiagens eram um fenômeno do qual se tinha relatos desde o período colonial, terá repercussões políticas e será objeto de uma mobilização por parte das elites deste espaço, como nunca antes ocorrera. Enquanto a seca matava apenas animais, escravos e homens pobres, ela nunca havia sido considerada um grande problema, nunca havia despertado tanta atenção, seja nos discursos parlamentares, seja nos documentos oficiais, seja na imprensa. Mas esta época ocorre num momento de crise econômica e de declínio político dos grupos dominantes desta área do país. Ela, pela primeira vez, atinge com intensidade setores médios dos proprietários de terras, com a falência de alguns, a morte ou a necessidade de migração para outros (ALBUQUERQUE JR, 2007, p. 91-2, grifo nosso).

A imprensa entrou em cena como um atenuante que trouxe, para o restante do país, a seca do Nordeste publicada em jornais com fotografias e vai surgir a primeira obra sobre a temática, ou seja, o Brasil vai ter elaborado aí o momento em que o povo nordestino passou a ser visto perante o restante da nação, como flagelados. O momento aqui que permeia ainda a grande seca, período em que também se deram questões de caráter depreciativo e também como uma região de corruptos políticos:

O impacto causado pela divulgação das primeiras fotografias feitas do que se começa a chamar de flagelados, na imprensa do Sul do país, os discursos inflamados dos representantes do Norte no Parlamento nacional, que também ganham as páginas dos jornais e a publicação de uma obra como *Os retirantes*, de José do Patrocínio, ainda em 1879, primeiro romance escrito sobre o tema, por parte de um respeitado jornalista carioca, que estivera no Norte e pretensamente presenciaria as cenas que descreve, cenas fortes, chocantes, tornam a seca um tema central no discurso regionalista do Norte, que se esboça neste momento. [...] O que se chamará, mais tarde, de indústria das secas, é gestada neste momento, assim como o discurso da seca, que a sustentará, a justificará e a promoverá (ALBUQUERQUE JR, 2007, p. 92).

A imagem se firmou com um estereótipo negativo tanto em questões físicas quanto morais. Assim como Albuquerque Jr (2007) vem mostrando, e assim segue, o homem do Nordeste é colocado na condição de um animal, vindo a desencadear situações que o deterioram progressivamente, pois desencadeia-se um medo sobre eles, colocados sobre uma visão de povo violento. Há a constante construção de uma degradação do nordestino. Enfim, não há pontos positivos sobre o seu povo e conseqüentemente sobre a sua região: o restante do Brasil já tem aí gestado o que é Nordeste para eles, imagem que insiste em perdurar até os dias atuais e que, em

muitos casos, eles próprios são condicionados a se sentirem, a se verem assim de fato.

[...] o homem do Norte, notadamente deste homem vitimado pela seca, [...] deixa de ser aquele sertanejo com todas as virtudes morais e a fortaleza física idealizada pelo romance clássico de José de Alencar, O Sertanejo, para se tornar o retirante ou o flagelado, um sertanejo degradado física e moralmente, um homem em farrapos, doente, macerado, um esqueleto andante, esperando os urubus virem devorar. Um homem retornado à condição de animalidade pela fome e pela sede, um homem que se torna uma fera, capaz de matar e roubar, como o cangaceiro, bandido independente que assalta os comboios que transportam socorros para as vítimas da seca e que aparece, pela primeira vez, nesta seca dos dois setes [...]. Estes tipos que seriam regionais, como o retirante, o flagelado, o cangaceiro, são fundamentais para entendermos a forma como o nordestino, que mais tarde irá incorporar e encarnar estes tipos, se vê e se diz visto e dito pelos habitantes de outras áreas do país (ALBUQUERQUE JR, 2007, p. 93-4).

O Nordeste como fonte de corrupção passou a ser caracterizado a partir de então. Mas não ficou em mais essa característica de caráter pejorativo e se encerra. Foram também associados a preguiçosos, como pessoas que vivem às custas do governo, que não pagam impostos, dentre uma série de outras falas. Tal situação gestou a indústria da seca e, associado a todo este contexto que vem sendo apresentado, o século XX segue com tal visão sobre a região e seu povo.

No Congresso Agrícola do Recife, várias foram as teses apresentadas que defendiam a subvenção, por parte do Império, da vinda de imigrantes estrangeiros para esta área, o que já começava a acontecer no sul do país, através de iniciativas particulares. Muito se reclamou, também, a adoção de medidas visando obrigar os homens pobres livres, vistos por estas elites como vagabundos e preguiçosos, ao trabalho regular e na grande lavoura, solicitando, para isso, a criação de colônias agrícolas, medida adotada emergencialmente durante a seca de 1877-79, mas que se mostrara ineficiente e uma fonte privilegiada de corrupção. Essas colônias agrícolas dão origem a uma das primeiras Comissões Parlamentares de Inquérito de que se tem notícia, que vem, após o fim da estiagem, verificar a aplicação dos recursos federais a elas destinados e constata que grande parte deles haviam sido desviados, enriquecendo alguns que lucraram com a desgraça da maioria (ALBUQUERQUE JR, 2007, p. 94-5).

Justificada a indústria da seca, ela está gestada no Nordeste como fonte de recursos para que se obtenha verba do governo federal e que, teoricamente, seria direcionado à resolução da problemática, mas que, na prática, há um desvio para as mãos de uma minoria que vai se beneficiar via práticas de corrupção. A citação que segue elucida tal situação e reafirma o que já havia sido citado aqui anteriormente.

O discurso da seca e a indústria da seca já nascem associados a uma prática que a acompanhará por todo o século seguinte, a prática da corrupção generalizada, que é responsável pela criação de uma outra marca negativa com a qual são marcados os nordestinos, a de viverem às custas dos recursos vindos dos cofres públicos e da corrupção, como se este fosse um privilégio de uma determinada região ou elite do país.

[...]

A elite paulista, para a qual era canalizada também uma boa parte dos recursos públicos, legalmente ou não, vai usar permanentemente esse argumento para se opor ao envio de recursos e à realização de obras nesta parte do país. Neste discurso, muitas vezes, o nordestino é apresentado como aquele que vive às custas do impostos pagos pelos contribuintes das outras regiões do país, sanguessugas dos cofres públicos, que retorno nenhum daria ao país. A corrupção e a dependência dos cofres públicos, além da sonegação de impostos, que não é monopólio das elites nordestinas, mas um fenômeno generalizado no país, marcam mais fortemente esse espaço, que passa a ser visto como tendo o monopólio destes comportamentos políticos, sociais e culturais pouco contributivos para os país (ALBUQUERQUE JR, 2007, p. 95).

Ao observar a questão das chuvas em países como Israel, Argélia e Marrocos, o índice de precipitação anual é de 100 mm, e é nesse cenário que as culturas se desenvolvem. No Nordeste a média pluviométrica anual é de 500 mm, logo, não se pode salientar a falta de chuva como fator de flagelação social. É, também, uma região em que 24.000ha estão aproveitados para a irrigação, sendo que há 80.000ha propícios. E com relação ao subsolo, existem 250 trilhões de metros cúbicos de água na área sedimentar e 50 a 200 milhões de cristalino (CENTRO..., 1988, p.14). “Na minha época de Sudene, os israelenses<sup>23</sup> fizeram estudos sobre o Piauí e ficaram perplexos. Disseram: ‘se nos tivéssemos essa quantidade de água nos subterrâneos [...], estaríamos no vergel’” (FURTADO, 1998, p. 51). Discutindo o sertão (mapa 2) em específico,

é a região mais extensa e equivale a mais da metade do território nordestino. Possui clima tropical semi-árido e é coberto, quase que em sua totalidade, por uma vegetação denominada caatinga (palavra de origem tupi que significa mato branco), onde predominam as plantas xerófilas, espécies que, por sua estrutura especial resistem à carência de água. Compõem a região: parte do Piauí, todo o Ceará, a maior parte dos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia, mais uma pequena área de Alagoas, Sergipe e Minas Gerais (GARCIA, 1985, p. 20).

---

<sup>23</sup>Crises climáticas periódicas, como enchentes, geadas e secas, acontecem em qualquer parte do mundo, prejudicando a agricultura e, em alguns casos, tornam-se calamidades sociais. Porém, só se transformam em flagelo social quando precárias condições sociais, políticas e econômicas, assim o permitem. Regiões semiáridas e áridas do mundo são aproveitadas pela agricultura, por meio do desenvolvimento de culturas secas ou culturas irrigáveis, como acontece nos Estados Unidos, Israel, México, Peru, Chile ou Senegal (FUNDAJ. Disponível em: <www.fundaj.gov.br>. Acesso em: 2011, grifo nosso).

**Mapa 2 - A Caatinga ou o sertão nordestino no perímetro do semiárido brasileiro.**



Fonte: site Semiárido (2011)

A heterogeneidade climática do Nordeste é abrangente. Aqui há um foco, o semiárido nordestino, o mesmo que não apresenta uniformidade, mas sim

uma grande variedade de vegetações e de paisagem, embora tenha, como característica comum, a baixa pluviosidade, que apresenta um índice de 700 mm, que cai para menos de 500 mm em alguns bolsões. O cientista José Guimarães Duque, um dos maiores conhecedores do semiárido, dividiu esse território em seis regiões ecológicas: caatinga, sertão, seridó, agreste, carrasco e serras, nomes tirados da língua dos primitivos habitantes ou adotados pela população branca (GARCIA, 1985, p. 20-22).

Rever o conceito de seca:

No território nordestino, não é exatamente a ausência de chuvas, pois todos os anos chove nas caatingas sertanejas. O que determina a seca é a

irregularidade das precipitações pluviométricas. Instala-se uma seca quando, por escassez (mas às vezes também por excesso de chuvas), não há safras agrícolas. A seca é, assim, um fenômeno muito mais socioeconômico do que meteorológico. A temporada de chuvas é chamada, no semiárido, impropriamente de inverno, por analogia com o que ocorre na região da Mata, onde a época chuvosa corresponde aos meses de inverno no Hemisfério Sul. A rigor, não há inverno no Nordeste. Situado entre a linha do Equador e o Trópico de Capricórnio, quase não ocorrem ali variações na temperatura durante todo o ano. As estações são melhor definidas como chuvosas e de estio. A palavra inverno, para definir a temporada das chuvas, foi levada para o sertão pelos primeiros povoadores, e ainda hoje é o termo empregado (GARCIA, 1985, p. 53-54).

Desmitificada a seca como motor gerador de um quadro econômico-social precário na Região Nordeste, e sabendo que tal ponto de observação não fica reduzido somente a intelectuais ou estudiosos da temática, mas sim por grande parte dos moradores dessas regiões castigadas. Muitos deles têm um olhar direcionado para a ausência de políticas públicas voltadas à construção de barragens, represas, açudes, tanques, reservatórios, que fossem em pontos próximos às casas dos moradores e que também serviria para o uso dos animais, proporcionando o aproveitamento da água das chuvas. A partir daí viria uma realidade que amenizaria suas condições sociais e melhoraria da qualidade de vida. A não existência de um programa que financiasse o aproveitamento das águas subterrâneas como a construção de cisternas e poços artesianos, ao mesmo tempo em que, se houvessem programas que fossem de benefício direto do Estado, sem a necessidade de empréstimos, muito menos via uma “compra de votos”, não beneficiando somente os seus eleitores.

São muitos os problemas do Nordeste. Uma das possibilidades de ação é a irrigação. A irrigação tem de ser feita dentro de um contexto maior, porque sabemos que, se você faz irrigação para concentrar renda, o problema social fida de pé. A irrigação teria de vir com o controle de uso do solo que permitisse uma divisão de renda. Esse é o sistema do mundo inteiro. Você chega a Israel e vê pequenas áreas de terras que são irrigadas. Pode-se ter uma boa renda com um hectare irrigado. Por outro lado, precisa-se ter uma visão de conjunto da região, com uma política global. Resta saber se a irrigação está ajudando a resolver o problema da produção de alimentos (FURTADO, 1998, p. 41-2).

Segue a construção da imagem sobre a Região e de outras que também foram produzidas. Década de 1950: Getúlio Vargas foi eleito Presidente da República com maioria absoluta dos votos, voltando ao poder pelos braços do povo. Em seu primeiro governo, 1930-45, foi criado, a partir de 1937, o período denominado de Estado Novo e criou-se a imagem de um mito: “Pai dos Pobres”.

Esse fascínio que ele despertou na grande massa populacional fez com que a sua volta ao poder fosse triunfal. Um dos maiores, ou quem sabe, o maior símbolo de um ditador autoritário que já teve na história do Brasil. Estabeleceu como base para seu governo a conquista da imagem de um Presidente que fosse direcionado a resolver os problemas da grande pobreza existente no país e usou da propaganda como um recurso para propagar toda essa imagem a respeito de sua pessoa, proliferando, por quase todo o interior do Brasil, várias estações de rádio<sup>24</sup>. Foram mais de mil estações com o intuito de fazer com que a população ouvisse somente méritos ao seu respeito.

Em seu primeiro governo, mais precisamente em 1938, foi inaugurado o programa *A Hora do Brasil*, transmitido diariamente por todas as estações de rádio<sup>25</sup>, no horário das 19h às 20h, destinado a cumprir três finalidades: informativa, cultural e cívica, além de informar detalhadamente os atos do presidente e as realizações do Estado (MOLINA, 1995), de modo a exaltar sempre a imagem do Presidente. Esse programa é hoje *A Voz do Brasil*. Getúlio Vargas, fazendo uso de seu governo ditador, utilizou-se da imprensa como mecanismo de força maior: fechou toda a imprensa nacional e instaurando o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) como órgão para fiscalizar tudo aquilo que fosse divulgado. Houve uma época em

---

<sup>24</sup> “Historicamente o rádio surge no Brasil com show room em 1922. Por ocasião do Centenário da Independência, ocorreu a Exposição Internacional do Rio de Janeiro, que contou com representação de todos os estados da Federação, bem como a participação de vários países que, expondo nos pavilhões construídos especialmente para a ocasião, exibiam para o público do Rio de Janeiro, durante seis meses (setembro de 1922 a março de 1923), além de temas ligados à cultura, as mais recentes conquistas da ciência e da tecnologia. Dentre as diversas novidades tecnológicas exibidas, o telefone sem fio, nome (TSF) – nome pelo qual era conhecido o rádio, foi uma das que causou impacto entre os visitantes do evento, tornando-se um dos seus grandes atrativos” (SOUZA, 2011, p.41).

<sup>25</sup> Nós não tinha rádio nesta época. Quelezin foi a primeira pessoa que eu ouvi falar sobre rádio. Eu era criança pequena ali na roça e ele chegou lá em casa para dormir e falava para meu pai o que era rádio, sobre o rádio. Daí logo em seguida eu fui estudar num lugar chamado Goivara, depois de Belo na casa da minha Tia Luzia. Lá eu fui na casa de Tio Vitório de Tia Luzia e quando ligou o rádio e primeira música que eu ouvi foi Asa Branca e Assum Preto, e também Mula Manca: aquilo ficou gravado em minha cabeça e eu nunca mais esqueci (Senhor Rozendo). No ano de 54 teve um pernambucano que ficou lá em casa. Ele vinha viajando e se perdeu no caminho. Pulou do caminhão, ficou perambulando e acabou aparecendo lá em casa. Ele caiu na Rio-Bahia e acabou de chegar no Amargoso. Ali ele cantava as música de Luís Gonzaga: era música tão bonita! Cantava a “Asa Branca” e “A volta da Asa Branca”, e aquelas música ficou na minha cabeça. Luís Gonzaga já era famoso. Quando nós trabalhamos no Cedro no ano de 52, Zizio tinha uma sanfona Oito Baixos e tocava: “Nossa Senhora da Penha em Vossos pés quero beijar, Venha aqui ajoelhar; Venha, venha; Venha, venha, venha aqui ajoelhar”. Naquele tempo tinha aquele disco que quebrava fácil, tinha até uma rádio que quebrava discos: “Isso é música?” – Daí jogava no chão e quebrava. Depois saiu o LP. O Zizio ele tinha uma vitrolinha que ele dava corda nela, depois pegava a agulhinha colocava lá e tinha aqueles disco de 78 que era duro e igual pedra. Ele tinha aqueles disco de música de Luís Gonzaga que tocava numa radiola que dava corda (Senhor Marcelino).

que o prédio do Jornal do Brasil ficou fechado por mais de cinco anos sob ordem do governo federal. Cabe aqui uma ilustração do Senhor Saturno a seu respeito:

Naquele tempo de 50 pra lá, já ouvia falar em Getúlio Vargas, que era o Presidente. Era Getúlio Vargas, depois Juscelino. O povo falava que Getúlio era bom. Getúlio foi bom. Foi bom porque os projetos que ele fez foi bom pro trabalhador. E dizem que era caridoso também pro povo. Ele deixou um projeto bom que até hoje tá valendo aí. Tá valendo mesmo é o projeto dele que é a aposentação (Sr. Saturno).

Em relação ao voto, havia também a questão do patrão, que eram os proprietários de terras, em uma relação direta com políticos da região, tornando-se, dessa forma, seus principais cabos eleitorais. Isso representava, para o pequeno camponês, algo de compromisso votar em seus candidatos, o que designava em um votar no “candidato do patrão”, vindo a ser assim caracterizado como algo fiel e de gratidão. Se a discussão é referente a um período clientelista, Cintra (1974) traz uma análise em que,

do ponto de vista dos ‘clientes’, sobretudo nas classes rurais inferiores, com a implantação das leis eleitorais do período republicano, o ato de votar e o sufrágio trazem novas oportunidades para demonstrar e revigorar a lealdade feudal. O velho sistema de obrigações para incluir, de forma bem natural, o dever de ajudar o patrão nas eleições (CINTRA, 1974, p.43).

Desse modo, o era, “pois, consciente, mas orientado de maneira diversa do que o voto de um cidadão de sociedade diferenciada e complexa; no primeiro caso, o voto é um bem de troca; no segundo caso, o voto é a afirmação pessoal de uma opinião” (QUEIROZ, 1976, p. 178).

Houve a construção de uma relação de dependência sobre o camponês. Algo que teve uma parceria direta entre os grandes proprietários e os políticos e que estava inserido na natureza das relações de produção. Foi criado sobre aquelas pessoas, menos favorecidas e desprovidas dos requisitos mínimos para uma sobrevivência com qualidade de vida básica, um favor eterno que eles tinham de honrar. Foi uma relação de dependência que teve questões de valores morais e culturais nela inseridas, ou seja, havia a perpetuação de um processo violento, de uma violência simbólica que, além de condicionar uma população a uma realidade econômico-social baixa, construiu-se, sobre essa mesma, de que eles são “salvos” pelas mãos de políticos e proprietários.

A ênfase no quesito quem age e em quais modalidades de ação estão sendo

executadas, ou seja, ênfase no interior da sociedade com modalidades inovadoras de ação, que indica rumos a seguir, o que não implica que sejam rotineiras e repetitivas. É a orientação da conduta que entra em cena, o agir em uma ação que seja capaz de formular objetivos. Weber (2009) traz essa capacidade de direção como algo que ele acredita, assim como na capacidade política, do pensamento político. Ele foi um pensador que teve, como eixo fundamental da sua reflexão, uma questão específica relativa a uma nação específica: a Alemanha. Trata-se de uma Alemanha que acaba de se unificar como Estado Nacional. Há a peculiaridade da reflexão weberiana. Durkheim (1971), oposto a Weber, tem como referência uma sociedade solidamente construída, ou seja, para ele, o Estado não era problema, a nacionalidade não era problema e a sociedade era uma referência concreta.

Getúlio Vargas trouxe consigo um populismo exacerbado e fez uso desse caráter com habilidade suficiente para que se aglutinassem estratégias e interesses conflitantes entre si, o que se denota uma não coerência ideológica.

O populismo brasileiro, em qualquer de suas esferas, só pode ser compreendido adequadamente como expressão política de interesses determinados de classe. Em verdade, as noções de massa e povo são demasiado abstratas para esse fim, servem apenas para descrever os aspectos superficiais do populismo e não permitem conhecê-lo por inteiro (WEFFORT, 1980, p. 63).

O tecido e a estrutura da vida social, construídos de maneira complexa pelo fato de serem percorridos por incontáveis agentes, em que cada qual busca as suas metas, ao mesmo tempo em que estas se cruzam de diversas maneiras. Dessa forma, “somos o que somos não por um fatalismo de imanência essencialista, mas somos o que coletivamente podemos construir, na dinâmica de um tecido social em contínua metamorfose” (VIÑAR, 1998, p. 179).

A questão da ação de tempo em Weber estava presente em tentar estabelecer relações entre ações que se orientam de diversas maneiras e perceber se elas se cruzam de algum modo, se são significativas umas para as outras. Na realidade aqui estudada, não havia esse diferencial das ações, mesmo que cada uma tenha a sua trajetória. Mas eram ações que comungavam de mesmos interesses, com caráter clientelista, eleitoreiro, o que estruturou uma vida social de perfil dependente, seja a dependência do “céu” ou de diversos tipos de “esmolas” concedidas por políticos, tecendo uma rede em que foram condicionados a uma posição inferior.

Não foi uma relação de casualidade, mas sim uma realidade em que os mais diversos fios foram se tecendo num significado que uns têm para os outros, entrecruzando-se. Ou seja, os agentes buscando cada qual os seus interesses, os seus objetivos, gerando resultados que fogem à realidade / necessidade daquela região, atendendo diretamente aos anseios dos políticos e grandes latifundiários, ficando a quase que totalidade à mercê dos mandos e desmandos de uma minoria. Quando a abordagem aqui traz a ação individual de políticos em interesses que fogem aos anseios e necessidades daquela região, daquele povo e, paralelo a isso, há latifundiários que lucram desses benefícios, nos leva de fato a crer e conceber que a ação individual conduz a um quadro caótico de alguma maneira.

A questão escassez era presente em Weber quando este disse que a ação econômica pressupõe que não há para todos. Ela deve ser vista como uma areia movediça. A sociedade tem como questão básica a construção de elos persistentes entre os homens, mas sobre a questão econômica não é possível a construção desses elos. Sendo assim, apresentada uma situação de escassez, desencadeou-se uma apropriação diferenciada no grupo estudado, não somente nas questões materiais, indo além, como por exemplo, em questões como prestígio, ou seja, atingiu o simbólico. Apresenta-se então uma instabilidade notória e, quando é apresentada a dominação como uma forma fundamental do exercício de poder, com confrontos e conflitos de todo o tipo, mas não uma dominação como um ato isolado de poder.

Toda a produção é governada simbolicamente. Todas as coisas produzidas não são produzidas necessariamente em razão das suas necessidades e das necessidades que se têm dessas coisas, mas a partir de uma concepção simbólica, de valores simbólicos.

Baudrillard (1972) faz uma crítica à pós-modernidade, uma crítica da economia política do signo, de que antes as coisas valiam mesmo pelo seu valor material e que agora o que vale é a informação, o que circula são significados, são informações: o que movimenta a sociedade. Não é uma questão própria apenas da pós-modernidade, é uma questão própria da cultura. Baudrillard (1972) faz uma crítica dizendo que o que gerava a produção era esse fluxo natural de produção e de consumo, mas que agora, na pós-modernidade, o importante é, na verdade, a circulação de signos, a comunicação, mesmo que não tenha fundamento. Ele quer mostrar que esse valor sempre existiu. O resultado então da sociedade é a

economia “puxando” tudo (o mercado é o determinante). Há uma autêntica materialidade da vida.

Está-se colocando a dominação como exercício persistente de um poder, de continuidade no tempo, como uma capacidade de manter a iniciativa das ações e torná-las aceitáveis para os outros, incluindo também aqueles que não se beneficiam diretamente, isto é, os dominados, que são uma parcela de dimensão expressiva, com um contingente em quase que na sua totalidade. Tem de haver então uma legitimidade nas ações dos grupos dominantes, uma justificativa para tais ações e essa ser aceitável. O que não pode haver é uma coerção, mas sim uma indicação de caminhos, de pensar a sociedade em termos da continuidade de certas relações entre homens em nome do caráter legítimo.

Não há sociedade sem o caráter problemático da legitimidade. Ela é, por si só, instituída desse perfil, assim como o poder tem de estar presente na sua estrutura e seu caráter de dominação da mesma forma. Ou seja, sem poder, sem dominação e sem o caráter problemático da legitimidade não pode haver uma discussão de sociedade, ela está imbuída disso – é o seu motor. As figuras em posições dominantes são em pequena quantidade e condicionam a aceitação de um grande grupo de dominados, caracterizando tal processo como legítimo. Evidencia-se assim que tem de haver certa forma de dominação de poder e que esta sociedade nada tem de moral, mas sim uma relação de poder e dominação. Há uma disputa constante pelo poder, pelo domínio da máquina pública. A continuidade dessa dominação não deve ficar fácil por demais, o que significa que está apoiada em aparatos que têm uma eficiência além dos limites. Deve-se então trabalhar questões como inovação, sair de uma rotina que não traz mais resultados / benefícios concretos e evidentes.

## CAPÍTULO II - A MIGRAÇÃO

Minha vida é andar  
Por esse país  
Pra ver se um dia  
Descanso feliz  
Guardando as recordações  
Das terras por onde passei  
Andando pelos sertões  
E dos amigos que lá deixei.

Chuva e sol  
Poeira e carvão  
Longe de casa  
Sigo o roteiro  
Mais uma estação  
E a saudade no coração

Mar e terra  
Inverno e verão  
Mostra o sorriso  
Mostra a alegria  
Mas eu mesmo não  
E a alegria no coração  
(Vida do Viajante, Luiz Gonzaga)

Este capítulo foi elaborado em duas partes para que houvesse uma compreensão maior nos âmbito da discussão entre a Região Nordeste e o processo migratório. Em “Área de expulsão”, denominação do primeiro tópico, mostrou uma discussão a cerca da diversidade cultural do Nordeste, as discussões de ordem rural e urbana tiveram atenção especial e fundamentadas em teóricos da área, questões migratórias no Brasil, a linguagem com suas variantes, enfim, a construção da Região como uma área de expulsão. O segundo tópica “A retirada”, nome dado pelo fato de que o nordestino que migrou foi definido como um retirante. Pelo fato de migração ser uma temática que abarca os mais diversos conceitos, muitos foram aqui trabalhados numa discussão sociológica. Questões como mobilidade do trabalho e mobilidade social, a relação corpo e espaço, bem como os motivos de atração e os de repulsão, o trabalho “simples” como um campo em que os retirantes atuaram e a condição a qual eles foram colocados, de máquina. Enfim: ficou um tópico com uma discussão rica e abrangente.

## 2.1 ÁREA DE EXPULSÃO

A realidade social até então mencionada foi a causa para que se desse o “êxodo rural que, na linguagem sertaneja, se denomina retirada. É um verdadeiro processo de desenraizamento social” (MEDEIROS FILHO; SOUZA, 1983, p. 51), de uma gama de pessoas em busca de sua sobrevivência. O termo retirada é utilizado para referir-se ao retirante nordestino, aquele que se retirou de sua região de origem, do Nordeste, em consequência, à primeira vista, da seca. Reforça-se então a ideia elaborada em parágrafos anteriores de que a seca foi uma justificativa para que se desse essa espoliação. Vem-se mostrando outros fatores que influenciaram de forma direta, quase sempre devastadora, mas que nem sempre foram notadas, ou sequer percebidas. São sinais de que houve um ludibriar, aproveitando da situação não somente econômica e social, mas também de ordem cultural, pois nem mesmo eles, vítimas diretas do processo, pelo menos em sua grande maioria, se deram conta de uma construção de conceitos que foram elaborados para mascarar os interesses de uma política sempre excludente.

A diversidade das culturas é um fenômeno natural, mas nunca se apresentou às sociedades, aos homens, como sendo algo dessa ordem, pelo contrário, há e sempre houve repulsa numa necessidade incessante de que um lado fosse caracterizado como inferior, com menosprezo, ou algo similar a tal sensação. A questão do outro nunca foi algo bem resolvido, a diferença sempre o marcou, não de maneira saudável, mas sim tratado com, no mínimo, certa distância, certo cuidado – o outro<sup>26</sup>; o não; o anormal – e faz também uso dessas cautelas o próprio outro, o que caracteriza assim uma relação de sustos, ou seja, o diverso é aquilo, é algo que assusta: está aí um problema instaurado. Faz-se uma relação direta de tal processo com o gerar de uma desilusão que se instaura entre os seres humanos e com o próprio sistema, tendo uma relação direta com a história.

Do ponto de vista da supermodernidade, a dificuldade de pensar o tempo tem a ver com a superabundância factual do mundo contemporâneo, não com a derrocada de uma ideia de progresso há muito tempo em mau

---

<sup>26</sup> “O discurso da ciência pretende ter valor universal, razão pela qual se pode falar em humanismo da ciência, à condição que possamos dar a esse conceito um sentido diferente daquele que tinha durante o Renascimento. O humanismo da ciência nos promete uma comunidade fraterna reconciliada consigo própria e desprendida do sintoma que marca irremediavelmente o mal-estar na civilização. O humanismo contemporâneo, apoiado na ciência, consiste em querer que o outro seja igual a qualquer preço e fica desorientado quando o real do outro se manifesta como nada igual” (KOLTAL, 1998, p. 109).

estado, pelo menos sob as formas caricaturais que tornam sua denúncia particularmente facilitada; o tema da história iminente, das histórias nos nossos calcanhares (quase imanente a cada uma de nossas existências cotidianas) aparece como uma prévia a aquele do sentido ou do não-sentido da história; pois é da nossa exigência compreender todo o presente que decorre nossa dificuldade de dar um sentido ao passado próximo; a demanda positiva de sentido (da qual o ideal democrático é, sem dúvida, um aspecto essencial), que se manifesta entre os indivíduos das sociedades contemporâneas, pode explicar paradoxalmente os fenômenos que, às vezes, são interpretados como sinais de uma crise do sentido, por exemplo, as decepções de todos os desiludidos da terra: desiludidos do socialismo, desiludidos do liberalismo e, logo mais, desiludidos do pós-comunismo (AUGÉ, 1994, p. 33).

Segue-se no viés que vem sendo trabalhado de forma que busca na história as suas respostas, até mesmo pelo fato de que todos os povos têm história, mesmo que isso não seja admitido, em alguns casos, de maneira fácil. Deve ser defendida a ideia de que muito dessa história não estar devidamente registrada é algo insignificante, o que não é verdade.

Sobre o eixo rural-urbano<sup>27</sup>, durante a primeira metade do século XX elite e governo estavam convencidos de que os trabalhadores deviam ficar no campo, e a imagem que se passava da cidade<sup>28</sup> era de que ela era estranha à índole pacífica do povo<sup>29</sup>. As questões de ordem rural e urbana têm de ser evidenciadas, mostrando o interesse que a sociologia tem pelas “diferenças que sejam genéricas no espaço e relativamente constantes no tempo – isto é, aquelas que aparecem de uma forma mais ou menos elaborada no passado e no presente, e em *todos* os universos sociais rurais e urbanos” (SOROKIN; ZIMMERMAN; GALPIN, 1986, p. 199). Sendo assim, diferenças ocupacionais que permeiam o universo rural e urbano vêm à tona, justificando uma série de situações que vão se desdobrando<sup>30</sup>.

<sup>27</sup> “A integração de contingentes crescentes de trabalhadores rurais nas cidades não significa apenas urbanização, mas é aspecto de uma transformação do sistema socioeconômico que afeta tanto a cidade quanto o campo” (DURHAN, 1973, p. 39).

<sup>28</sup> “Supomos, contudo, que a cidade, principalmente a grande cidade, desponta como algo estranho para o antigo morador rural. Essas diferenças formam-se, porém, numa mesma e única cultura, na qual a cidade guarda para si quase todas as vantagens advindas do processo de modernização, enquanto o campo experimenta estagnação e retrocesso” (SARMENTO, 1984, p. 77).

<sup>29</sup> “Lefebvre entende a comunidade rural como débeis ante a natureza. Esses homens, cuja disposição técnica é precária, são obrigados a dispor de muito tempo na produção de sua sobrevivência. Eles constituem-se em grupos sociais coesos para realizar o árduo trabalho agrícola. Esse trabalho a que se refere Lefebvre não tem nada a ver com a operação de tratores agrícolas com cabines de ar condicionado dos tempos atuais” (BERNADELLI, 2006, p. 23).

<sup>30</sup> “A migração é uma tentativa de melhorar de vida, uma forma de buscar o enriquecimento pessoal, e o migrante, para poder continuar na cidade, precisa obter rapidamente um modo de ganhar a vida, problema normalmente resolvido com o auxílio de grupos e relações primárias. A sua transformação de migrante rural em cidadão depende da sua transformação em trabalhador urbano” (SOUZA, 2004, p. 86).

A partir da questão história apresentada e da controvérsia das questões rural-urbana<sup>31</sup>, observou-se a consolidação do nacionalismo nos anos de 1920 e 1930, acompanhado de um discurso regionalista nordestino, constituindo, assim, uma imagem de região com características históricas, culturais e econômicas homogêneas. Foi nesse período que intelectuais como Gilberto Freyre e José Lins do Rego entraram em cena juntamente com outros intelectuais e artistas e apostaram na criação da chamada 'brasilidade nordestina', considerada, por muitos deles, como região de uma "verdadeira" cultura nacional.

O ambiente que influencia na cultura é um ambiente de possibilidades: o que eu faço com ele não é ele que determina. O pensamento de Lévi-Strauss (1975) aponta a dimensão simbólica como estruturante: a cultura percebida enquanto fenômeno fruto da capacidade de simbolização. As formas de uso do ambiente são outro contexto de possibilidades, mas que também não é determinante no processo de civilização. Mas, há sim uma transformação, visto que a própria atmosfera do sertão transforma o homem, indo além, pois há a formação de uma de uma figura que é construída com origem em período histórico preciso.

A cultura está dentro dos organismos no sentido de que ela constitui conceitos, crenças, emoções, atitudes. Ela está dentro dos processos de interação social pelo fato de estar nas formas de organização social e também dentro dos objetos materiais. Sahlins (1979) traz a capacidade de simbolização desenvolvida pela espécie humana como algo que foi inteiramente posto a serviço da sua sobrevivência, colocando ênfase no comportamento humano como algo que depende da simbolização.

Fazendo uma análise macro do processo migratório no Brasil, há expressões por parte de intelectuais que colocam o Brasil como o país das "febres", ou melhor, de tempos em tempos ao longo de sua história várias foram as buscas direcionadas a algum lugar que estivesse sendo cogitado como a grande atração para uma melhoria da sua qualidade de vida. O século XX foi o período em que os fluxos

---

<sup>31</sup> "Se o rural significa limitação, o urbano representa uma condição social em que, teoricamente, é possível superar a precariedade. Mais do que a precariedade, o urbano deve compreender também a superação do limite do *economicismo*, do valor de troca e da ideologia do consumo, que gerou a crise da cidade. As condições objetivas, materiais e técnicas já existem. Foram produzidas no âmbito do modo capitalista de produção. Já a superação real das vidas precárias é, ainda, uma perspectiva" (BERNADELLI, 2006, p. 25).

migratórios<sup>32</sup> se intensificaram mais e as pessoas emigraram em maior quantidade. O trecho a seguir esclarece melhor tal realidade no Brasil:

Desde muito tempo, ele vem sendo o país das 'febres': febre da cana-de-açúcar no século XVI e XVII (porque a Europa comprava o açúcar e isso interessava ao rei de Portugal); febre da mineração no século XVIII; febre do café no século XIX e primeiras décadas do século XX, e a febre da borracha de 1860 a 1910. Essas febres eram sintomas de que países estrangeiros estavam necessitando daqueles produtos (não propriamente os brasileiros) e por eles pagavam bom preço. Isto beneficiava uma parcela pequena da população enquanto a maioria continuava vivendo em estado de pobreza. As pessoas atraídas pela esperança de riqueza, migravam atrás da exploração desses produtos, mas essa migração ainda era fraca. Foi a partir de 1920 que ela se tornou mais intensa (MARTINS; VANALLI, 1997, p. 36).

Como foi dito na citação, e retomando-se o foco Nordeste, observa-se que a questão "febre" tem uma associação direta com a Região, isso desde antes da ideia de seca como um motor que impulsionasse a retirada. Paralelo a essa questão, vem também a construção do atraso sobre ela, algo que foi também elaborado anteriormente à seca como uma justificativa. Foi um desprezo notório sobre a Região em detrimento do benefício de outras, às custas de uma mão de obra pormenorizada e mal remunerada, situação em que eles são "construídos" para um eterna condição de empregados. Tanto o atraso quanto a retirada geraram essa mobilidade:

[...] no século XVIII, por ocasião da 'febre do ouro', os nordestinos iniciaram a andança, e a região que lhes prometia vida melhor era a de Minas Gerais. Muita gente nordestina buscou as lavouras de café do Sudeste e, em seguida, muito mais gente ainda procurou as indústrias de São Paulo e do Rio de Janeiro para vender sua força de trabalho. Enquanto a Região Sudeste crescia economicamente, o Nordeste encontrava-se em dificuldades, pois, há tempos que a cana-de-açúcar não era mais um negócio lucrativo. Com isso, os engenhos e até as indústrias têxteis (algodão), foram entrando em declínio, causando desemprego em massa. Afinal, terra e dinheiro no Nordeste também estavam em mãos de poucas pessoas. Os demais não há possuíam para plantar, não tinham ferramentas para o trabalho, nem eram donos de casas de comércio. Enfim, só lhes restava trabalhar como empregados. Mas, novamente caíam nas garras dos interesses do capital – e dos poucos empregos que estavam nessa região, o salário era vergonhosamente pequeno (MARTINS; VANALLI, 1997, p. 36).

---

<sup>32</sup> "O principal motivo desse confronto é mostrar que o Nordeste é uma região economicamente fraca e que, por isso, se formam aí correntes migratórias. A pauperização da população nordestina não é apenas observável no campo; também nas cidades, o que leva à formação dessas correntes igualmente no meio urbano, deslocando-se para regiões privilegiadas do Brasil. O atraso do Nordeste em relação ao equipamento social confirma também que os desequilíbrios regionais são responsáveis pelo fenômeno das migrações internas" (SARMENTO, 1984, p. 62-3).

Martins (1981) traz um questionamento em que ele denuncia análises genéricas como abstratas. Elas não contemplam o todo, deixando as questões da sociedade brasileira carentes de maiores observações, não apontando as devidas soluções, visto que, para que assim seja, tem de haver um caráter pontual, assertivo sobre cada situação em sua especificidade. No tocante à questão campo, há um olhar privilegiado por parte dele e evidencia que diagnósticos, tanto sociológicos quanto políticos, não conseguiram incorporar as questões camponesas em suas respectivas lutas pela sobrevivência. Em sua obra, ele privilegia o campo e traz a questão do camponês como um excluído.

A exclusão do camponês do pacto político é o fato que cercará o entendimento de sua ação política. Mas essa exclusão não é, como às vezes tem sido entendida, mera exclusão política. Por isso, é necessário entender a história dessa exclusão, seus mecanismos econômicos, sociais, políticos. Essa exclusão define justamente o lugar do camponês no processo histórico. A ausência de um conceito, de uma categoria, que o localize socialmente e o defina de modo completo e uniforme, constitui exatamente, a clara expressão da forma como tem se dado a sua participação nesse processo – alguém que participa como se não fosse essencial, como se não estivesse participando. O escamoteamento conceitual é produto necessário, a forma necessária e eloquente da definição como o camponês tem tomado parte no processo histórico brasileiro – como um excluído, um inferior, um ausente que ele realmente é: ausente na apropriação dos resultados objetivos do seu trabalho, que aparece como se fosse desnecessário, de uma lado, e alheio de outro lado (MARTINS, 1981, p. 25).

#### Uma leitura da exclusão a partir de Serge Paugam:

Referir-se à noção de exclusão, pois, significa dar ênfase às especificidades atuais das desigualdades. Reproduzindo-se estas últimas, bem como as diversas formas de segregação, ambas tornam-se mais complexas e necessitam, por consequência, de outros instrumentos de análise. Estão muito difundidas as situações de instabilidade quer sejam de ordem profissional (precariedade do emprego, desemprego), familiar (separação do casal, recomposição das famílias) ou social (dificuldades de acesso à moradia, por exemplo). A dificuldade consiste, então, em analisar as desigualdades não mais de forma estática, ou seja, identificando os grupos desfavorecidos e procurando o porquê de sua não evolução de sua condição social; mas, ao contrário, descobrir nas diversas trajetórias os processos que conduzem alguns indivíduos a um acúmulo de desvantagens (*bandicaps*) e outros a um acúmulo de vantagens, como origem da nova forma de organização social (PAUGAM, 1999, p. 50).

Dentro desse contexto que trabalha uma exclusão de fundo econômico, social

e cultural, arraigada de violência<sup>33</sup>, vale trazer o eixo linguagem<sup>34</sup>, ponto que merece aqui um tom em meio à discussão, pois é algo que carrega a expressão da vida social caracterizando um indicador das transformações dentro de comunidades. Este tema foi um dos segregadores<sup>35</sup> em meio ao novo contexto em que os retirantes se inseriram a partir do momento em que chegaram ao novo ambiente, mas é algo que expressa a vida de cada um deles, seus valores, suas culturas e sentimentos, o que contribui para uma afirmação de suas identidades<sup>36</sup>. Esta se “forma através de processos inconscientes e não a partir da nossa dimensão racional. Há sempre algo fantasiado, ‘imaginário’ sobre a unidade do sujeito, o qual tenta preencher sua insuficiência com o mundo exterior” (STEVENS, 2007, p. 46).

É nas palavras, na forma com a qual são ditas, proferidas, que se observa as intenções e os seus significados, pois revelam comportamentos e atitudes em relação ao todo, sendo a língua um instrumento de comunicação que interage com a sociedade. As variantes identificadas na fonética, relacionada à pronúncia, na sintática, que se dá com a organização das frases e orações, e semânticas,

<sup>33</sup> “[...] muito embora reconheçamos a importância de colocações teóricas que visam explicar o papel da violência na história do Brasil, acreditamos que antes de sabermos se ela é política ou apolítica, secular ou religiosa, cruenta ou incruenta etc., devemos ter em conta a formação social como um todo. Há de se tomar o caso a ser estudado, verificar as reais condições econômicas, o nível político, as contradições sociais e o nível ideológico. A teorização da violência na história do Brasil tem que levar em conta as peculiaridades e desigualdades regionais e tem que se fundamentar em ampla base empírica” (MONTEIRO, 1980, p. 34).

<sup>34</sup> “A contribuição da linguística [...] com Ferdinand de Saussure, para quem o sujeito não ‘autor’ dos enunciados que faz ou dos significados que expressa na linguagem. Para ele, a linguagem precede o sujeito, é um sistema social, não individual. Posteriormente, a unidade saussuriana entre significado e significante vai ser diluída, substituída pela consciência que se tem hoje da qualidade contingencial, polissêmica do significante e sua não assimetria com o significado – tão bem problematizado por Derrida e outros desconstrucionistas. Aliás, com os teóricos da desconstrução, fica eliminada qualquer ilusão de uma verdade final, absoluta, inclusive sobre o sujeito. Resta-nos apenas a possibilidade de infinitos jogos de linguagem que constroem também o sujeito, entendido agora apenas como uma construção discursiva. Assim, a concepção do sujeito torna-se ainda mais complexa, fluida – sobretudo se pensarmos na contribuição de Lacan” (STEVENS, 2007, p. 45-46).

<sup>35</sup> “A questão da segregação merece e permite uma abordagem multidisciplinar que vá além da simples condenação do fenômeno, o que de certo modo faz parte do arsenal de todo cidadão politicamente correto... Os fenômenos de segregação e do racismo sempre interessaram sociólogos e cientistas políticos, mas acredito que interrogam também o analista, e que por isso mesmo não custa nada, neste momento de recrudescimento mundial dos integristas, fanatismos e racismos, pôr a teoria psicanalítica a trabalho para tentar avançar um pouco naquilo que talvez possamos chamar de ‘causas obscuras do racismo’” (KOLTAI, 1998, p. 105).

<sup>36</sup> “O termo ‘identidade’ apresenta um risco: parece apontar para o reconhecimento – identificação – de elementos definidos e estáveis, e a hipostasiá-los; enfatizar o que “se é” e não o que “se busca” e pode ter o defeito de funcionar como espartilho ou molde rígido. Parece convidar a discernir o essencial e despojá-lo do acessório ou contingente, em uma postura taxonomista que promove mais a classificação do que o pensamento; pode propiciar a tentação de definições objetivas, dando por subentendido que a subjetividade diminui ou subtrai veracidade a quem sabe do conhecimento universal e objetivo. Luís Cláudio Figueiredo nos fala da alteridade em processo, em emergência não constituída, e propõe definir nossa capacidade de manter o estranho na proximidade sem assimilá-lo ou destruí-lo (VIÑAR, 1998, p. 187).

referindo-se ao significado das palavras, são variantes que partem, dentre elas, de questões geográficas e no eixo rural e urbano.

Para pensar cada identidade nacional atual, não se pode buscar uma semiologia descritiva e funcional que pretende uma objetividade que ultrapassa a tomada de posição de uma ética. Há premissas éticas e metodológicas. Partimos – com Hanna Arendt – do pressuposto de que ‘a pluralidade é a lei do universo’, o mais constante e universal de todo fenômeno humano; e o mito do único, do sublime ou do puro – enfeitando nossa discussão – entornam o caldo (VINAR, 1998 p. 185).

A linguagem associada a uma estratificação social foi trabalhada do por Ribeiro (1979, p. 49):

[...] enxergar alguma conexão entre estratificação social e variação dialetal do português, dentro da comunidade brasileira. Na nossa comunidade, embora nenhum estudo científico tenha detectado com nitidez uma variante (ou as variantes) do português, de prestígio social, há um consenso geral sobre qual é essa variante (ou essas variantes). Sentimos facilmente que existem variantes prestigiadas socialmente e outras estigmatizadas, quando nos deparamos com julgamentos preconceituosos do tipo: português certo, português errado, falar feio, falar bonito. A variante do português sentida como feia, errada, sem lógica, está relacionada, de alguma forma, com os falares das classes menos favorecidas. Em contrapartida, o português tido como bonito, desembaraçado, certo, coincide, grosso modo, com o ideal de língua imposto pelas classes mais favorecidas.

As questões de ordem regional, peculiares a cada uma, trazem respectivas denominações para os camponeses: caipira de São Paulo, caiçara do litoral de São Paulo, tabaréu do Nordeste (AUED, 1990). A violência do termo que é direcionado ao nordestino é algo construído para diminuí-lo em todas as suas esferas. Martins (1981), em sua discussão acerca do camponês, trabalhando a sua exclusão sob as mais diversas formas, mostra a reedição das palavras camponês e latifundiário, a perpetuação de uma condição imposta, construída.

Estas novas, palavras camponês e latifundiário, são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da História, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico (MARTINS, 1981, p. 22-23).

Em sua análise, Martins (1981) constata que a questão agrária é de fundamental importância na economia brasileira. Ele evidencia uma subordinação

estrutural da agricultura brasileira pelo capital, ou seja, uma reprodução da pequena produção camponesa que é dominada pelo capital. Essa linha é justificada por Silva (1978, p. 3-4):

Na definição da produção há quatro elementos: a) utilização do trabalho familiar, ou seja, a família se configura como unidade de produção; b) a posse dos instrumentos de trabalho ou de parte deles; c) existência de fatores excedentes (terra, força de trabalho, meios de produção) que permitam uma produção de excedentes, destinados ao mercado. Deve ficar claro que, embora a produção se destine, em grande parte, para o autoconsumo, não se trata unicamente de produção de alimentos; por outro lado, não se trata de vender o que sobra do consumo, mas sim de realizar uma produção voltada para o mercado com a terra, a força de trabalho e os meios de trabalho que sobram da produção para subsistência. Sob esse aspecto, a produção camponesa pode ser vista como uma produção mercantil simples; d) não é fundamental a propriedade, mas sim a posse da terra, que mediatiza a produção, como mercadoria, sendo assim, não só o proprietário, como também o parceiro, o arrendatário, o posseiro, podem se configurar como formas de produção camponesa.

O camponês teve, então, uma trajetória relacionada diretamente a uma realidade permeada pela dependência de um poder forte e violento, sendo um dominado que tem uma história política no sertão com destaque inferiorizado. Contrapondo a tudo isso e mostrando algo de maneira esclarecedora, Moore Jr (1975, p. 521) coloca que

já não é possível levar a sério a ideia de que o camponês é um 'objeto da História', uma forma de vida social sobre a qual as mudanças históricas passam, mas que em nada contribui para o ímpeto dessas mudanças. Para quem aprecia a ironia histórica, é de fato curioso notar que o camponês, na era moderna, tem sido um agente de revolução tão importante como a máquina, que passou a atuar por si, como um ator histórico efetivo, a par das conquistas da máquina.

Fazendo uma “ponte” da questão do camponês indo para o urbano, “[...] a falta de braços existentes em certas partes do país é suprida por outras partes onde a população é abundante”. Tal afirmativa mostra que houve a necessidade de que o processo migratório se desse para que uma construção acontecesse no Centro-Sul do Brasil. Seguindo com o mesmo autor, “deve-se levar em consideração tanto o número dos naturais [...] de emissão migratória, como a população das cidades ou distritos que absorvem os migrantes”, pois, a partir daí, viu-se a dimensão que tomou o espaço urbano, o seu crescimento, pois houve também o atrativo justificado pela questão de que “as pessoas que migram a longas distâncias se dirigem, preferencialmente, para grandes centros comerciais ou industriais” (RAVENSTEIN,

1980, p. 65-5). Aqui no caso, o foco de atenção era São Paulo. Traz-se a situação apresentada, direcionada agora à questão da pesquisa em citação que segue:

[...] Nordeste passa a ser de um lado, sistematicamente, a reserva do exército industrial de reserva: as migrações Nordeste – São Paulo chegam a constituir um formidável contingente que vai suprir os postos de trabalho criados pela industrialização e contribuir para manter baixos os níveis de salário real de toda a massa trabalhadora (OLIVEIRA, 2008, p. 163).

Há uma tentativa de delinear, evidenciar uma teia de significados, ao mesmo tempo em que surge o questionamento onde há a pergunta se está-se lidando com uma teia ou com várias teias. O que ocorre é que são várias teias, pois há uma hierarquia de estruturas significantes em que cada uma dessas teias é uma estrutura de significados. O que se tem então é uma teia de significados que é construída pelo Estado e reproduzida pela sociedade como um todo, e isso voga como uma verdade<sup>37</sup>, na maioria das vezes, como absoluta. Não há homogeneidade. Nesse ponto, Morin (1999) traz a dimensão da complexidade que sempre existiu e que, ao mesmo tempo, não há nada de simples, visto que se trata de uma heterogeneidade, ou seja, não há uma construção homogênea, mas sim universos heterogêneos: há uma teia de significados.

Com exceção dos períodos catastróficos na história de um país, e desde o aparecimento da diferenciação rural-urbana, as correntes de população indo do campo para a cidade ou das ocupações agrícolas para as predominantemente urbanas foram sempre mais fortes e trouxeram mais população para a cidade do que as correntes migratórias das comunidades urbanas em direção às rurais. Como água que escoar naturalmente do nível mais alto para o mais baixo, a população geralmente escoar naturalmente dos centros rurais para os urbanos e da agricultura para as indústrias e outras ocupações urbanas (SOROKIN; ZIMMERMAN; GALPIN, 1986, p. 217).

Os moradores do semiárido nordestino sofreram descaso político ao longo de sua história e também a construção de termos de caráter pejorativo, um menosprezo à sua imagem que perdura até os dias atuais. Já que o ponto de partida é conhecer o cenário, ele está dado: já se tem conhecimento dele. O que não há é uma conduta direcionada para a resolução da problemática instaurada, para que aquele quadro

---

<sup>37</sup> “Cada sociedade tem sua própria visão a respeito do que seja realidade e verdade. Verdades culturais não são necessariamente compatíveis umas com as outras. Membros de uma cultura podem, por força da imaginação, buscar o entendimento de outra cultura que se expressa por tudo aquilo que seus componentes sentem e pensam. Isso é expresso através de sua língua, das metáforas que eles usam, das divindades que veneram, das instituições que criam e da mitologia que orienta seu viver” (MENEZES, 2007, p. 108).

venha a tomar um novo rumo, de uma nova realidade, que venham a acontecer mudanças de fato visíveis no plano melhora, seja ela nos mais diversos âmbitos.

O indivíduo está situado num espaço que, pelas mais variadas razões, não é regular, homogêneo, uniforme. Trata-se de um espaço que, como todo e qualquer espaço, é constituído por uma infinidade de pontos; estes pontos, entretanto, contrariamente ao que ocorre em outros espaços, são qualitativamente distintos (VAINER, 1984, p. 11).

Vainer (1984) mostra a heterogeneidade do processo migratório na perspectiva que vem sendo discutida ao longo desta pesquisa. Em síntese, a análise desenvolvida mostra que a emigração foi a única alternativa, devido à construção de uma farsa, para os nordestinos do semiárido. A análise da produção desse processo a partir do eixo Brasil em si, na sua especificidade, permitiu configurar essa área do Nordeste na década de 1950 como uma “ÁREA DE EXPULSÃO”. Tal ponto de vista pode ser vislumbrado em Prado Jr (1987, p. 155, grifo nosso):

Uma conjuntura internacional favorável a um produto qualquer que o país é capaz de fornecer, impulsiona o funcionamento dela, e dá a impressão ilusória de riqueza e prosperidade. Mas basta que aquela conjuntura se desloque ou se esgotem os recursos naturais disponíveis para o fim específico a que se destina a organização assim montada, para que a produção decline e tenda a se aniquilar, tornando impossível a manutenção da vida e das atividades que alimentava. Em cada um dos casos em que se organizou um ramo da produção brasileira, [...] não se teve em vista outra coisa que a oportunidade especulativa momentânea que se apresentava. Para isso, imediatamente, se mobilizam os elementos necessários: povoase, ou se repovoa uma certa área do território mais conveniente, com dirigentes e trabalhadores da empresa que assim se instala – verdadeira turma de trabalho –, e dessa forma se organiza a produção. Não se irá muito além disso, nem as condições em que se dispôs tal organização o permitem. E continuar-se-á até o esgotamento final ou dos recursos naturais disponíveis, ou da conjuntura econômica favorável. Depois é a estagnação e o declínio das atividades. E o que se sobra da população que não puder emigrar em busca de outra aventura semelhante, passa a vegetar sem em que se aplicar e obter meios regulares e adequados de subsistência.

## 2.2 A RETIRADA

Quando afirmamos que inexistem conceitos sociológicos de migração, não estamos afirmando que inexistem conceitos sociológicos da migração, as definições possíveis da migração são infinitas. Distinguir características novas ou subdividir um fenômeno dado é uma operação aritmética cujo único limite é a fruição do pesquisador ou a necessidade de distinção que lhe impõe o campo intelectual (AMLEIDA; PALMEIRA, 1997, p. 71).

Um primeiro conceito de migração a coloca “como sendo o deslocamento de uma área definidora do fenômeno para uma outra [...], que se realizou durante um intervalo de migração determinado e implicou em uma mudança de residência” (ONU, 1980, p. 322). Partindo desse conceito, a origem das pessoas aqui em estudo é em comum, Bahia, Região Nordeste, o que não garante nada: o tempo, a distância, a migração. A discussão proposta tratou a ideia de uma diversidade que já estava enraizada em seu contexto desde o princípio dessa heterogeneidade e que vai se encontrar com culturas outras, convergir com outro lugar, indicando o surgimento de novos elementos outros, até então inusitados em suas respectivas realidades de origem. Há uma criatividade, uma dinâmica própria de cada grupo em si, de cada família, de cada ser em sua individualidade, afirmando-se, assim, um autêntico exercício da subjetividade, sendo um número grande de fatores que interferem na criação da diversidade. Uma nova diversidade que vai se desenvolver, pois os contextos vão mudando. Não há então uma postura determinista, não há um determinismo cultural, mas sim a cultura por si só determina.

Há uma mobilidade do trabalho: pelo fato de ser migrante já é mobilidade. Na relação direta que há entre Estado e mercado, vende-se uma ideologia de que há uma liberdade a partir do momento em que o direito de ir e vir é concedido. O que não foi levado em conta é o fato de que há uma necessidade de ir e vir em nome da sobrevivência, algo que foi construído e que o condiciona a uma realidade dessa ordem.

Todo o sistema jurídico da igualdade da Revolução Francesa que está em questão, o fato de que o trabalhador busca o trabalho como se isso fosse sua vontade subjetiva, e na verdade isso é a síntese entre esta vontade subjetiva e a percepção que o migrante tem das condições sociais objetivas, ou seja, é estratégia. A economia passa pelas coisas, ou seja, o interesse do indivíduo passa pelas coisas e a mobilidade do trabalho pelos interesses de consumo, sendo este, algo que vem como estímulo, prazer, compensando, assim, o trabalho como uma dor, ou a necessidade socialmente imposta. Marx (1970) chama isso de dependência reificada.

O sujeito segue então alocando o seu corpo no espaço de acordo os seus anseios de consumo, “atraída para as áreas ‘dinâmicas’ pelas possibilidades de mudança qualitativa nos seus padrões de vida” (MACIEL, 2010, p. 223). Mas na realidade do retirante nordestino aqui estudado é algo que teve uma dimensão mais

ampla pelo fato de estar buscando algo em nome de sua sobrevivência. Por mais que houvesse aquela imagem de uma nova descoberta, de um novo mundo, a necessidade dele é sair daquele universo em que ele estava inserido em nome de algo menos doloroso, de menos abandono, principalmente político. Gaudemar (1976-1977) afirma que o migrante não migra somente pelo seu querer, mas devido às condições que o forçam à migração.

Vários são os motivos que obrigam as pessoas a saírem de seus lugares de origem, sendo, sem dúvida, as questões de ordem econômica o fator que leva o maior número de pessoas a realizarem esse processo<sup>38</sup>. As migrações seguem a trilha do capital, para onde o capital está mais concentrado. "Migrações de populações empobrecidas, que apostam na sobrevivência em outras regiões, iludidas com o sonho do emprego, de bom salário, da terra fértil para o plantio, da dignidade de viver" (MARTINS; VANALLI, 1997, p. 35).

Fazendo a relação camponês e mão de obra, observou-se que há a constatação de um movimento migratório. Havia uma produção de inviabilidade, até mesmo de sobrevivência em suas próprias terras. Há uma análise que coloca o seguinte:

Camponeses são, além de produtores de alimentos, produtores também de migrantes. Por isso, áreas camponesas já foram chamadas de "celeiros de mão-de-obra". A migração de camponeses não é apenas consequência da inviabilização de suas condições de existência, mas a parte integrante de suas próprias práticas de reprodução. Migrar, de fato, pode ser condição para a permanência camponesa (WOORTMANN, 2009, p. 217).

É isso que a pesquisa mostra, de que forma aquilo que parece ser vontade subjetiva é formação ideológica da subjetividade que naturaliza as necessidades da vida urbana e reconhece a vida que leva, por assim dizer camponesa, como miserável em comparação com a vida do trabalhador urbano-expropriado. Mas, a expropriação não é um fenômeno puramente ideológico. O trabalhador, na maioria das vezes, é efetivamente expulso. A mobilização do trabalho é a síntese dessas possibilidades e só pode ser apresentada nos casos concretos, por isso, fazer um estudo de caso é mais revelador do que a apresentação do fenômeno em escala nacional. Dessa escala, tudo fica restrito à formulação e reformulação de hipóteses

---

<sup>38</sup> "A circulação de pessoas tronou-se, em meados do século XX, um importante campo de estudo para as ciências sociais. O êxodo rural e a formação de grandes centros urbanos trouxeram novos elementos e novas questões a serem analisadas sociologicamente" (MACIEL, 2010, p. 223).

explicativas, mais neoclássicas ou mais histórico-estruturalistas, para usar os termos de Póvoa Neto (1997).

Seguir de forma direta à migração nordestina:

O nordestino não tem migrado porque desgoste de sua terra. Ao contrário, o sonho de cada um é ganhar dinheiro e voltar à terra para viver em melhores condições do que as que tinha quando partiu. É obrigado a buscar emprego em outra terra, porque na sua não há. Viaja fascinado pelas notícias que lhe chegam das riquezas do Rio, de São Paulo, das fazendas do Paraná, do Mato Grosso do Sul (GARCIA, 1985, p. 32).

A maneira como era divulgada a imagem dos nordestinos serviu de agravante para que se desse a retirada. A Senhora Vitória afirma isso em sua fala (problematizar a experiência da migração levando em conta a forma como o próprio migrante percebe o processo):

Eu falava todo dia que eu, todo dia que eu queria ir embora. Todos os dias era um dia só [...] Todo dia era dia de chorar! Era só clamar e chorar. Foi um homem daqui que fez nós ir, dizendo que era bom demais e que dinheiro nem emprego não faltava. Mandeí minha cumade tecer uma coberta e ele dizendo que era tuliça porque lá nós ia embrulhar era com coberta de lã. Era essa a fama de São Paulo. O que deu foi que, se eu num levo essa coberta daqui, a filha dele é que ira morrer de frio. Se nos tempos de hoje, aquele que faz nós sair daqui com tanta conversa, ele merecia era ser até preso porque o que nós passou só nós e Deus é quem sabe. Morava era num galpão, mas tinha parede que dividia, agora a cozinha era uma só. Quatro filhos, o mais velho tinha cinco anos e levei ainda um recém-nascido.

Retomando a questão da mobilidade, cabe uma definição para esse termo a partir do conceito de mobilidade social<sup>39</sup> trazido por Sorokin (1927): “designa toda e qualquer mudança na posição social de um indivíduo, grupo ou objeto social.” Considerando os pontos discutidos acerca da temática, decorrem mais alguns como “fenômenos e ascensão social, deslocamentos para a fronteira agrícola, mudanças de empregador, mudanças de situação de trabalho, transferências de domicílio, mudanças de cidadania, de seita religiosa, etc.” (BIANCHI, 1980, p. 9).

A mobilidade social constitui um dos temas centrais da Sociologia do desenvolvimento. Conhecer o volume e a natureza da mobilidade social é conhecer muito da dinâmica social. Uma sociedade sem mobilidade é uma sociedade estagnada que simplesmente reproduz sua estrutura social ao longo do tempo e, por isso, pouco pode oferecer em termos de promoção

---

<sup>39</sup> Weber tinha preocupação com os “problemas da migração rural-urbana, a mobilidade social e a origem dos grupos camponeses” (TRAGTENBERG, 1977, p. 109). Preocupava-se com o efeito da indústria sobre a personalidade do operário, observando as origens étnicas, sociais e culturais dos mesmos.

humana e progresso social. As sociedades humanas se desenvolvem socialmente na medida em que elevam o padrão de vida de sua população e equalizam sua estrutura social, sendo que a mobilidade social constitui o principal mecanismo dessa equalização. Nesse sentido, a mobilidade pode ser usada como um indicador de desenvolvimento social (PATORE, 1979, p. 3).

O deslocamento da população rural no Brasil sempre se fez presente. Em decorrência de uma ausência de técnicas capazes de dar conta do processo produtivo em meio ao rural, Prado Jr (1956) evidenciou que o processo de deslocamento nunca foi voluntário, mas sim uma necessidade da ampla disponibilidade de terras. A busca por uma fronteira periodicamente renovada, por grupos humanos dedicados à agricultura que viam-se, de tempos em tempos, condicionados à mobilidade em decorrência do próprio esgotamento do solo. A sua forma de utilização era predatória e submetida a queimadas, o que trazia, conseqüentemente, um comprometimento de sua fertilidade. É um nomadismo presente na agricultura brasileira, como mostra Antônio Cândido em “*Os Parceiros do Rio Bonito*”, a respeito da herança deixada pela atividade nômade e predatória das bandeiras.

Para Bianchi (1980), o nomadismo da população rural no Brasil,

[...] não é característico apenas dos grupos produtores diretos, parceiros ou pequenos proprietários, mas prevalece igualmente entre os trabalhadores assalariados. A rigor, pode-se questionar a própria possibilidade de se traçarem limites rígidos entre as diferentes categorias ocupacionais. Isso porque as diversas situações de trabalho não se excluem mutuamente, sendo frequentes as situações mistas, e porque é comum que o indivíduo passe de uma a outra categoria no decorrer de sua vida. É, em alguns casos, impossível diferenciar os pequenos produtores independentes dos meros assalariados. Uns e outros estão a seu modo sujeitos à mobilidade e usam-se como estratégia de sobrevivência (BIANCHI, 1980, p. 6, grifo nosso).

Não há um único determinante para que se dê a migração, em uma única categoria explicativa. Um processo migratório é de uma amplitude que vai além das fronteiras vistas, além até do imaginário. Para um trabalho científico que tenha como objeto a migração, se deve ter a preocupação de olhar também

No sentido de apreender mudanças – permanências – incorporações em seus costumes, hábitos, valores e tradições no processo de rompimentos com os laços que prendiam à região, na medida em que, pressionados pelas transformações em seus modos de vida e de trabalho, foram levados a assumir, em seus horizontes, a migração (SANTANA, 1998, p.12).

Singer (1987) expõe que há uma criação de desigualdades regionais que pode ser encarada como motor principal das relações internas e que acompanha a industrialização em moldes capitalistas, produtora de expropriados, de grandes monopólios. Ele aponta fatores que levam à migração interna:

Fatores de mudança, que decorrem da introdução de relações de produção capitalistas nestas áreas, a qual acarreta a expropriação de camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não-proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a consequente redução do nível de emprego (“enclosures” na Inglaterra, o desenvolvimento da criação comercial de gado nos Pampas da Argentina, a expropriação das terras comunais indígenas durante o “porfiriato” no México etc.); e *fatores de estagnação*, que se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que pode ser limitada tanto pela influência física de terra aproveitável como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários (o Agreste no Nordeste brasileiro, as comunidades indígenas nos Andes peruanos e colombianos) (SINGER, 1987, p. 38).

Singer (1987, p. 38), mostra-nos que “os fatores de mudança provocam um fluxo maciço na emigração que tem, por consequência, reduzir o tamanho absoluto da população rural” e que os “fatores de estagnação levam à emigração de parte ou da totalidade do acréscimo populacional devido ao crescimento vegetativo da população rural, cujo tamanho absoluto se mantém estagnado ou cresce apenas vagarosamente” (SINGER, 1987, p. 38). Este faz também uma discussão entre causas e motivos:

É o fluxo migratório originado por determinados fatores estruturais que determinam o seu desdobramento no espaço e no tempo, o primeiro objeto de estudo. Uma vez compreendido o fluxo, as suas causas e fatores condicionantes, determinados movimentos que o compõem podem ser investigados isoladamente (SINGER, 1987, p. 52).

Sendo assim, as raízes prévias para que se dê o processo têm de ser analisadas minuciosamente, pois há fatores peculiares a cada contexto, como discutido anteriormente. Em meio a uma ideologia em que o campo é visto em oposição à cidade, vem a definição de

Mobilidade social como um componente básico do processo de industrialização e urbanização. Os autores associam o processo de adensamento demográfico a uma divisão de trabalho muito mais complexa, que induziria a um aumento sem precedentes das taxas de mobilidade social. Defendem que, em contraste com o campo e com as cidades pequenas, as grandes metrópoles teriam o aspecto característico de intensa mobilidade e mudança onipresente (LIPSET; BENDIX *apud* BIANCHI, 1980, p. 2).

A ideia é de que a mobilidade passa pelas coisas, ou seja, coisificada, tendo de haver uma desnaturalização da mobilidade, ao passo de que trabalho é algo sempre forçado, reforçando a ideia anterior de que há uma aparência de liberdade. Dessa forma, cabe evidenciar que a formação da mobilidade advém da transformação do trabalho em mercadoria, isto sendo denunciado a partir de um processo histórico de constituição, ou seja, isso não é normal, natural, tornou-se normal, foi imposto como tal – o normal como uma construção. É interessante observar a categoria abstrata a qual o homem é colocado. A relação entre as pessoas é guiada por coisas, em que o ser humano decide o que fazer a partir das mercadorias que ele quer. A mercadoria é uma forma de poder que vai formando-se pelo fato de o sistema ser um sistema produtor de mercadorias. Diga-se, mercadoria rentável.

No sistema capitalista surgiu uma nova mercadoria – força de trabalho<sup>40</sup>. É a expropriação que faz a transição para o capitalismo numa relação de dominação sobre o escravo em que, “no seu processo de expansão, arranca as pessoas da terra tornando-as apenas proprietárias da sua força de trabalho” (BAPTISTA, 1998, p. 29). Não há um processo de escravidão legitimada nos moldes do antigo sistema colonial, mas um processo de expropriação da mão de obra condicionada a uma submissão previamente calculada economicamente. O migrante colocado numa condição de máquina.

O camponês que migra é analiticamente marginal, pois a comunidade camponesa é considerada uma organização social e econômica integrada

---

<sup>40</sup> “As cidades são, por definição, a sede da economia industrial e de serviços. [...] Ora, o processo de crescimento das cidades brasileiras – para falar apenas do nosso universo – não pode ser entendido senão dentro de um marco teórico onde as necessidades de acumulação impõem um crescimento dos serviços horizontalizado, cuja forma aparente é o caos das cidades. Aqui, uma vez mais é preciso não confundir ‘anarquia’ com caos; o ‘anárquico’ do crescimento urbano não é ‘caótico’ em relação às necessidades de acumulação: mesmo uma certa fração da acumulação urbana, durante o longo período de liquidação da economia pré-anos 1930, revela formas do que se poderia chamar audazmente, de ‘acumulação primitiva’. Uma não insignificante porcentagem das residências das classes trabalhadoras foi construída pelos próprios proprietários, utilizando dias de folga, fins de semana e formas de cooperação como o ‘mutirão’. Ora, a habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não pago, isto é, supertrabalho. Embora aparentemente esse bem não seja desapropriado pelo setor privado da produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração, pois o seu resultado – a casa – reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho – de que os gastos com habitação são um componente importante – e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas. Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de ‘economia natural’ dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho” (OLIVEIRA, 2003, p. 58-59, grifo nosso).

internamente e que tenderia a desintegrar-se com a penetração do modo de vida urbano. Essa compreensão tem sido objeto de debate entre os autores do campesinato e das migrações (MENEZES, 2009, p. 283).

A questão do poder traz possibilidades de observações interessantes. As mercadorias são vendidas por preços determinados, por isso é possível saber quanto dinheiro fica para cada um das partes envolvidas. Esse momento quantitativo da relação diferencia classe de estamento, possibilitando a mudança de lugar social (BIANCHI, 1980). Levando em conta a especificidade da forma de poder que é a mercadoria, pode-se entender a igualdade formal dos direitos humanos e a desigualdade efetiva que faz do dinheiro um instrumento de violência tão poderoso, diferente do poder de um Rei absolutista.

Houve ruptura no processo de retirada dos nordestinos em estudo para São Paulo, mas não é algo característico apenas da realidade em questão, mas também nos processos de mobilidade do trabalho (GAUDEMAR, 1976-1977) como um todo. Há novo começo em que não é uma continuidade de que se tinha antes: evidencia-se ruptura do que tinha antes e de ordem ampla, ou seja, o romper de uma vida como um todo, em todas as suas esferas. No tocante à questão trabalho, lida-se aqui com pessoas que não podem usar o trabalho para si, reforçando a ideia de que o jeito que se vive é uma construção histórica e não um desenvolvimento da natureza humana.

A migração é uma característica prevalente nas sociedades modernas e, de modo geral, opera como um mecanismo regulador das disparidades regionais, econômicas e sociais. As restrições de emprego e baixa diferenciação ocupacional em certas regiões atuam como fatores de expulsão do indivíduo, enquanto as melhores condições de outras regiões atuam como fatores de atração. As teorias de atração e repulsão desfrutaram de um grande prestígio na teoria sociológica até que modelos mais elaborados começaram a indicar a existência de uma série de variáveis intervenientes na decisão de migrar (PASTORE, 1971, p. 176).

O processo migratório explica o deslocamento humano, mas não o sistema que os condicionou a isso e nem a complexidade que cerca esse todo. Segue-se então buscando em relações com um passado específico que definem o presente, indo em busca de nossos conceitos a partir do objeto de estudo, e não da lógica, ou seja, conceitos a partir de relações reais. Martins (1973) aborda a migração como algo que “não é apenas a passagem de uma localidade geográfica para outra, mas consiste na transição do sujeito, sozinho ou em grupo, de uma sociedade a outra” (MARTINS, 1973, p. 19, grifo nosso). Mesmo lidando aqui com o foco da migração

interna, houve uma autêntica mudança de sociedade tão oposta, que pode até ser comparada, em alguns casos, como algo de efeito internacional<sup>41</sup>. O autor mostra então uma ênfase nos aspectos cultural, socialização, e tem como fundamento o elemento identidade:

Do ponto de vista sociológico, a migração não é apenas a passagem de pessoas de uma localidade geográfica para outra, mas consiste na transição do sujeito, sozinho ou em grupo, de uma sociedade a outra. Nesse plano, o sujeito não é apenas uma unidade física, um número ou um objeto, mas é alguém que se vincula, pelas suas relações com os outros, a uma sociedade determinada. Do mesmo modo, participou de uma cultura que fornece, como referência, normas de comportamento apoiados num sistema de valores. As relações de que participa na sua sociedade original são estabelecidas como base nesses componentes culturais, em graus variáveis interiorizados na sua personalidade.

Se é verdade que o migrante pode ser compelido a deixar a sua sociedade de origem em decorrência de atitudes divergentes ou de algum tipo de inadequação (provocadas tanto pelo desajustamento pessoal, quanto pelo confronto de transformações sociais com personalidades inflexíveis, não-aparelhadas para a aceitação da mudança), é verdade também que, na prática, as suas relações sociais e as suas concepções estão referidas a um tipo de sociedade, que é aquele que operou decisivamente na elaboração da sua identidade. E mesmo que o sujeito, por força das condições de emigração, seja submetido a algum tipo de socialização antecipada, isto é, reelabore a sua perspectiva em função dos caracteres presumíveis da futura sociedade de adoção, ainda assim estamos diante da idealização da nova sociedade. Ou seja, a socialização antecipada não está de fato referida à sociedade de adoção, mas sim é evidência de que a própria sociedade de origem está mergulhada num processo de transformação social que procura um desencontro entre os sujeitos e as mudanças que estão ocorrendo (MARTINS, 1973, p. 19-20).

Estabelecido o desencontro em todas as órbitas relacionadas ao migrante, a começar por sua terra de origem, de seu ponto de partida, a mão de obra trabalhadora que vai do Nordeste para São Paulo no período em estudo, é para um trabalho “simples” no sentido de não exigir formação acadêmica e/ou profissional, e ser o mais barato de todos. O que se deve levar em consideração é que trata-se de um trabalho desgastante por exigir demasiado esforço físico em serviços pesados. É possível dizer que houve um caráter de recolonização em outros moldes, dentro do seu próprio país e fora de suas terras de origem. Pode ser então caracterizado como um processo de desqualificação social.

---

<sup>41</sup> Todos são migrantes. Juntos, cruzaram muitos estados deste país. A todos, conheci na periferia de São Paulo. Cidade que os atraiu, sugou deles toda a força, e depois os relegou aos cantos mais longínquos. De todos eles, através das falas, dos gestos e dos silêncios, extrai-se a sensação de que são estrangeiros. Estrangeiros em sua própria pátria. Estrangeiros e cativos, ou melhor, estrangeiros *porque* cativos (MENEZES, 1992, p. 13).

O conceito de desqualificação social empregado em pesquisas sobre a pobreza de numerosas franjas da população corresponde ao processo de expulsão do mercado de trabalho e às experiências vividas na relação com a assistência que as acompanham em diferentes fases. Coloca-se, pois, ênfase ao mesmo tempo sobre o caráter multidimensional, dinâmico e evolutivo da pobreza e sobre o *status* social dos pobres, assim rotulados pela assistência (PAUGAM, 1999, p. 63).

O trabalho “simples” é caracterizado por Gaudemar (1976-1977) de tal forma que ele, a partir de Marx, chega à relação do trabalho associada ao uso da força humana, como se dá a construção, chegando à questão da sua qualificação profissional, que é mínima. Ele mostra como acontece a construção desse percurso.

É no capítulo I de *O Capital* que Marx define a mercadoria na sua tripla característica, valor de uso, valor de troca, presença no mercado, retomando a tese clássica de Smith ao nível das designações. De Smith, ele retoma ainda a ideia que a utilidade é apenas a condição de existência do valor, mas não a sua medida. A utilidade funda assim apenas o valor de uso de uma mercadoria. É no que diz ao valor de troca que Marx se separa de Smith, pelo menos da sua última posição, dando a medida do valor ao equivalente trabalho obtido em troca de mercadoria. Derrubando a afirmação de Malthus, Marx mede o valor de troca pela quantidade de trabalho socialmente necessário à produção da mercadoria considerada. Este *trabalho socialmente necessário* reduz-se a um simples dispêndio de força humana, considerada em condições normais, de um dado meio social, com um grau médio de aptidão e necessidade. O trabalho, na complexidade da sua estrutura qualitativa, é assim reduzido a uma potência multiplicativa do trabalho correspondente à qualificação mínima, o trabalho simples (GAUDEMAR, 1976-1977, p. 185-86, grifo nosso).

Tal processo pode ser vislumbrado nas falas dos senhores Rozendo e Marcelino:

Aqui quando eu cheguei eu fui trabalhar como servente de pedreiro. Passei fome: três dias sem comer porque não tinha nada. Virando caixa de pedra na boca da betoneira: foi o primeiro emprego meu. Trabalhei o primeiro dia, o segundo dia, o terceiro dia! Daí no terceiro dia eu não aguentei na hora do almoço que todo mundo almoçou. O horário de trabalho era das 07h às 11h e do 15h às 17h de segunda à sábado. No terceiro dia quando todo mundo foi começar no meio-dia eu não guentei e sentei assim em cima de um monte de pedra, aí tinha um colega virando caixa de pedra a falou assim: o mestre vai lhe mandar embora, não pode sentar no emprego. Eu tava suando frio, sem um gole de café, só com água. Naquele tempo o salário era seis conto de réis. No mesmo ano mudou pra nove, depois pra treze, depois pra dezoito. Daí o patrão era um húngaro que chegou e perguntou porque eu tava sentado, eu disse que era por causa da minha fome, foi que ele me chamou lá dentro e eu fui pensando que era pra me mandar embora. Daí ele tirou uma nota de dois conto, que era aquela nota amarela, mandou eu assinar um recibo e mandou eu ir comprar comida e voltar rápido para trabalhar. Isso foi na Alameda Franca, 1329 (Sr. Rozendo).

Há um lamento presente em suas falas, arraigado de dor. Passaram a lidar com serviços nunca antes imaginados. A mão de obra do migrante nordestino foi um agravante direto para que se desse o desenvolvimento da cidade de São Paulo. Ele então “insere-se na estrutura ocupacional de São Paulo em decorrência de sua saga por melhores condições de vida, respondendo também ao apelo da cidade” (BAPTISTA, 1998, p. 32).

Meu primeiro emprego aqui quando eu cheguei no ano de 61 eu comecei trabalhar numa obra aqui na Haddock Lobo, num prédio esquina com a Rua Luís Coelho. Ali eu fiquei pouco tempo: trabalhei 30 dias e era um alojamento na Rua Caravelas, lá no Ibirapuera, nuns galpão de taba, e o trajeto era feito de pé até aqui. Daí eu descobri outro prédio aqui na Rua Batatais, que era outra firma. Tinha uns amigo meu lá do Timbó que tava trabalhando lá. Aí eles me convidou e eu fui. Lá tinha alojamento: eles tava precisando de servente. Ali não tinha aluguel: alojamento de construção era gratuito (Sr. Marcelino).

[...] não pode deixar de considerar a subjetividade dos migrantes. As tendências expostas da metropolização, da desconcentração das atividades econômicas e a formação da “rede de cidades”, da periferização, do deslocamento residencial e as migrações pendulares, levam a questionar como os migrantes se inserem nessa dinâmica urbana. Na verdade, não se pode falar na inserção do migrante na cidade sem tratar do binômio trabalho-moradia. O movimento em direção às periferias urbanas, sobretudo o deslocamento residencial, está ligado diretamente à busca de moradia pela população de baixa renda. No entanto, essa busca por moradia não pode ser dissociada da necessidade de encontrar trabalho, cujas oportunidades normalmente se encontram em outros espaços da cidade. Já se notou como essa disparidade entre locais de moradia e atividades econômicas explica a importância crucial dos deslocamentos pendulares para se entender, seja o cotidiano dos migrantes na metrópole, seja a generalizada precarização das relações de trabalho (DORNELAS, 2011, p. 44-5).

Não é a expropriação dessa mão de obra<sup>42</sup> que explica o processo migratório, mas a forma como se deu a migração é que explica a expropriação, pois existe aí o local da acumulação. Lida-se, então, com um processo de modernização conservadora em que o excedente é retirado pelo fato desse trabalhador não ter mobilidade dentro do campo de trabalho. É um trabalho desqualificado e o seu valor de uso interessa a quem comprou, recorrendo assim ao trabalho para explicar o

---

<sup>42</sup>“E tem muito mais coisa, eu tenho conversado com alguns que dizem que tem muita gente no Norte com aquela vontade de vir s’imbora para São Paulo. Só não vem porque não tem condições. Muitos vêm de carona mesmo, mas não para d vir. E não tem nem um lugarzinho de ficar, o jeito é ficar mesmo no barraco da obra. A obra é o primeiro lugar do peão que vem. Conheço muito que começou assim, e a maioria não sai disso, porque não tem instrução. E cada vez chega mais gente. Lá mesmo onde eu trabalho chega gente toda semana pedindo serviço. Ali entre e sai. Pobre é assim, entre e sai. Nas obras, geralmente, tem muita placa pedindo servente, pedreiro, mestre-de-obra. O peão chega, dá dó do senhor ver” (CARVALHO *apud* MENEZES, 1992, p. 35).

fundamento do valor. Marx (1970) colocou que valor é algo praticado por nós, mas que não se conhece. Sendo assim, reforça-se a ideia de uma relação coisificada, visto que as relações entre as pessoas estão medidas por coisas<sup>43</sup>: a vida então perde o sentido. É o uso do outro como instrumento, entrar num lugar instrumental na relação em que a mercadoria é a riqueza, não tendo relevância a personalidade, mas sim o trabalho feito, em que pode-se concluir aqui que há uma mobilização forçada do trabalho de forma tal que traz uma visível violência, vista de maneira fácil. A forma como se deu o processo migratório dos nordestinos para São Paulo é carregada de violência.

O fato de que a maior parte dos migrantes nordestinos não possuíam qualificação profissional, indo ocupar as atividades mais desqualificadas, gestou um outro preconceito, que atinge, inclusive, os setores médios e intelectualizados da população da região, ou seja a ideia de que o nordestino somente é capacitado para realizar trabalhos braçais e não atividades intelectuais. O mais sério desse estereótipo é que ele foi introjetado, não só por boa parte das camadas populares da região, como pelos próprios setores de nível educacional superior (ALBUQUERQUE JR, 2007, p. 117).

Ficaram então condicionados a trabalhos pesados, sendo vistos assim pelos institutos superiores de ensino, não cabendo a eles o direito de se verem como seres pensantes, dotados de inteligência, o que vai atingir diretamente a questão do artista. O artista nordestino que não migrou para o Centro-Sul, passa a ser visto e também a sentir-se como inferior, pelo fato de não ter passado pelo crivo da aprovação ou não dos grandes centros urbanos e regionais de maior atração.

Se há, principalmente em relação aos intelectuais e artistas que moram no Nordeste, que não migraram para as grandes cidades do Centro-Sul, uma visão preconceituosa, que os considera como tendo menor capacidade intelectual do que seus congêneres sulistas, há também o próprio complexo de inferioridade subjetivado por muitos intelectuais e artistas nordestinos, que realmente se vêem como menores ou assumem uma postura de vítimas de uma desigualdade que os paralisa em suas iniciativas. Para essas camadas intelectualizadas, assim como para a maioria das camadas populares do Nordeste, vencer no Sul do país não é um sonho, como a comprovação da superioridade da capacidade de trabalho ou da capacidade intelectual ou artística de quem vence. Gera-se uma situação em que é o Sul, como será depois o Sudeste, já que esta denominação regional só aparece depois da nova divisão regional do Brasil feita pelo IBGE em 1971, que irá sempre ser o avalista da qualidade do trabalhador, do intelectual ou do artista nordestino. A introjeção desta subalternidade origina também uma

---

<sup>43</sup> “O homem – ou que se chegou a considerar a medida da condição humana – é um reflexo medido da desmedida proto-informe da barbárie natural. Mas existe mais à frente outra fronteira, lá onde o homem cai vítima da cultura inumana, supertecnológica ou supranormativa, imponente a cultura domesticada da mortificação” (ULLOA, 1998, p. 169).

atitude de repúdio às suas próprias origens geográficas por uma parcela destes migrantes que, vitimados pelo preconceito, ao chegar à grande cidade do Sul, procuraram negar ou apagar rapidamente as marcas que os identificariam como sendo pau-de-arara, mais um nome pejorativo que passa a receber a partir dos anos 30 (ALBUQUERQUE JR, 2007, p. 117-18, grifo nosso).

O fato de ser trabalho “simples” pelo fato de não exigir maior formação e ser também o mais barato de todos, é elucidado na tabela X. Elas apresentam os resultados de uma pesquisa realizada pelo Departamento de Imigração e Colonização no período de 1952 a 1961, segundo a condição de alfabetização dos imigrantes que chegaram a São Paulo e passaram pela hospedaria dos imigrantes naquele período. As tabelas que seguem não apresentam a origem desses migrantes, mas trazem o perfil dos níveis de letramento deles. O número de analfabetos é alarmante, o que justifica a questão do direcionamento rumo aos serviços para os quais foram encaminhados (tabelas 3 e 4, gráfico 1).

**Tabela 3 - Números relativos de migrantes entrados no Departamento de Imigração e Colonização, na década 1952/61, distribuídos segundo a condição de alfabetização e analfabetos.**

Instrução	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	Total
Alfabetizados	3,98	4,65	5,28	8,59	9,46	17,14	15,94	21,62	21,98	22,39	12,27
Analfabetos	96,02	95,35	94,72	91,41	90,54	82,86	84,06	78,38	78,02	77,61	87,73
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

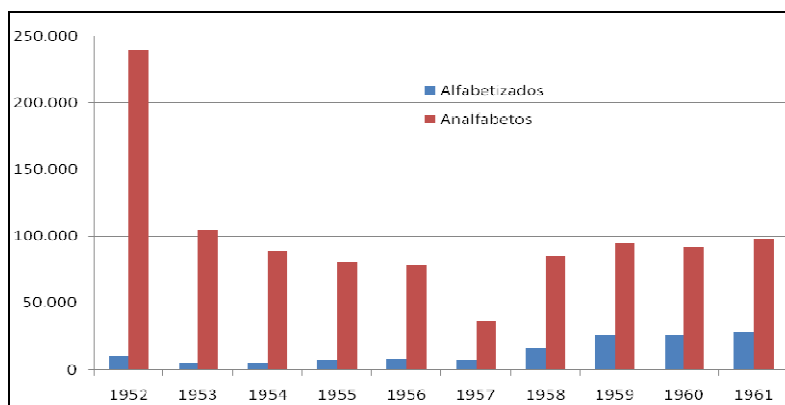
Fonte: Seção de Estatística do Departamento de Imigração e Colonização, Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

**Tabela 4 - Números absolutos dos migrantes entrados no Departamento de Imigração e Colonização, na década 1952/61, distribuídos segundo a condição de alfabetização e analfabetos.**

Instrução	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	Total
Alfabetizados	9.924	5.131	4.976	7.600	8.176	7.538	16.226	26.156	25.930	28.245	139.902
Analfabetos	239.662	105.249	89.350	80.887	78.225	36.437	85.562	94.812	92.049	97.930	1.000.163
<b>Total</b>	<b>249.586</b>	<b>110.380</b>	<b>94.326</b>	<b>88.487</b>	<b>86.401</b>	<b>43.975</b>	<b>101.788</b>	<b>120.968</b>	<b>117.979</b>	<b>126.175</b>	<b>1.140.065</b>

Fonte: Seção de Estatística do Departamento de Imigração e Colonização, Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

**Gráfico 1 - Migrantes entrados no DIC na década 1952/61, distribuídos segundo a condição de alfabetizados e analfabetos.**



Fonte: Setor de estudos e pesquisas sociológicas do departamento de migração e colonização da secretaria da agricultura do Estado de São Paulo

A pesquisa realizada apresenta uma realidade que, em 1952, data de início da pesquisa, eram alfabetizados apenas 3,98% dos migrantes que passaram pela hospedaria. Esse número cresceu no ano seguinte em 0,67% o número de alfabetizados, reduzindo para 95,35% o de analfabetos. Foi seguindo assim até apresentar, em 1957, a maior diferença de dados em relação ao ano anterior, quando aumenta em 7,68% o número de alfabetizados, ao mesmo tempo em que, no ano seguinte, 1958, o número de analfabetos cresceu em 1,2%, voltando a reagir positivamente no ano de 1959 e assim sucessivamente. Em 1961, o número de migrantes alfabetizados estava em 12,27% contra 87,73% de analfabetos, número este que era 96,02% em 1952. Em uma década de pesquisa, evidenciou-se que os avanços na escolaridade foram notórios.

Nordestinos que desembocaram para São Paulo no período estudado vão se deparar com uma realidade em que já existia mercado organizado, mesmo que em moldes ainda deficientes, mas que, comparados com os de sua região de origem, há uma organização: os processos produtivos com os quais eles se depararam já estavam bem estabelecidos. Sendo assim, foram lidar com um contexto em que havia um capital já organizado. Isso foi um agravante para que houvesse um processo civilizatório se impondo sobre outro, que abranja ainda mais a dimensão do preconceito para com a Região Nordeste e, conseqüentemente, sobre os nordestinos. Durham (1973, p. 45) traz um destaque socioeconômico para as questões do deslocamento: “deslocamento da população rural se dá das regiões mais economicamente atrasadas para as mais prósperas e se apresenta, em grande

parte, como uma transferência de mão-de-obra para sistemas econômicos mais produtivos”, ou seja, há uma entrada de migrantes procedentes de outras áreas do país que são mais pauperizadas. A mobilidade é então algo irreversível. Carvalho (1951, p. 20) faz menção às questões migratórias do eixo rural-urbano<sup>44</sup> e traz o seguinte: “a estabilidade é a característica fundamental do mundo rural, a mobilidade é característica essencial do mundo urbano.”

Quais são as condições necessárias para que o espaço seja o que o que é? Em outros termos: recusar a axiomatização do espaço, – como já se fez para o corpo – e investigar de que maneira se conforma não apenas o espaço, mas as próprias condições que permitem a existência das características que são consideradas como seu atributo.

A nosso ver, a pista para que o espaço seja o que reside exatamente na mobilidade espacial dos corpos – indivíduos, trabalhadores, forças de trabalho.

Inversão absoluta, pois dos termos da questão: a migração deixaria de ser apenas uma consequência da forma do espaço, para tornar-se, também, condição dessa forma.

Não é apenas o corpo que se transforma. Neste movimento, que é mais que simples deslocamento, também o espaço é transformado, conformado. Neste sentido, migração remete também à definição e redefinição do espaço. A migração não é simples reflexo da forma capitalista do espaço, ela é também processo de constituição deste espaço (VAINER, 1984, p. 16, grifo do autor).

Em sua amplitude, migração tem uma interferência direta sobre o espaço, não somente sobre o corpo, visto que ele sofre mudanças notórias, mas também o espaço como um todo se transforma, tanto aquele de onde eles partiram, quanto o novo em que vão habitar. Isso acontece de forma processual e constante.

[...] a digressão aqui desenvolvida permite colocar sob um prisma novo a questão que diz respeito à natureza do “corpo que se desloca no espaço”. É o corpo do trabalhador, sim, mas o corpo do trabalhador investido por processos que revolucionam o conjunto de relações em que o trabalhador está engajado, inclusive com sua própria fisiologia (“faculdades que são seu atributo natural enquanto ser humano”) com o trabalho e com o espaço (VAINER, 1984, p. 26).

Seguindo esta questão, do novo que vem se formando, construindo e reconstruindo sucessivas vezes, por mais violento que tivesse sido o processo migratório dos nordestinos para São Paulo no período aqui em estudo, não se restringindo somente a esse tempo, mas também de períodos anteriores e também

---

<sup>44</sup> “Devido à grande desigualdade rural-urbano em termos de riqueza e progresso, o migrante nordestino, que vem da área rural, pensa ainda sobre si mesmo como alguém que subiu na vida, pois a sua atual posição e acesso a bens na cidade, se comparada com a vida passada, proporciona-lhe a ideia de que realmente melhorou” (BAPTISTA, 1998, p. 30).

posteriores. Não pode deixar de ser feita uma análise, mesmo que breve, da transgressão humana que tudo isso provoca, sem fazer discussão agora de suas mazelas, mas trazendo uma mudança para uma nova dimensão e que desemboca aí em um novo ser que vem à tona. Seria essa a maneira de concluir este capítulo e com fundamento em uma citação de Martins (2010):

[...] o reencontro com as descobertas fenomenológicas ganha novo e diferente sentido. Pois, é no instante dessas rupturas do cotidiano, nos instantes da inviabilidade da reprodução, que se instaura o momento da invenção, da ousadia, do atrevimento, da transgressão. E aí a desordem é outra, como é outra a criação. Já não se trata de remendar as fraturas do mundo da vida, para recriá-lo. Mas de dar voz ao silêncio, de dar voz à História (MARTINS, 2010, p. 57).

### CAPÍTULO III - A REGIÃO

[...]  
 Depois, depois de muitos anos  
 Voltei ao meu antigo lar  
 Desilusões qui disinganos  
 Não tive onde repousar  
 Cortaram o tronco da palmeira  
 Tribuna de um velho sabiá  
 E o antigo tronco da oliveira  
 Jogado num canto prá lá  
 Qui ingratidão prá lá  
 [...]  
 Pergunto então cadê teus filhos  
 Os homens de opinião  
 Não dói-te vê-los no exílio  
 Errantes em alheio chão  
 Nos termos da Virgem imaculada  
 Não vejo mais crianças ao luar  
 Por estas me bato em retirada  
 Vou ino cantar em outro lugar  
 Cantá prá não chorar  
 [...]  
 Adeus, adeus meu-pé-de-serra  
 Querido berço onde nasci  
 Se um dia te fizerem guerra  
 Teu filho vem morrer por ti  
 (Canto de Guerreiro Mongoió, Elomar Figueira de Melo)

Este capítulo ficou com cinco subdivisões. “Perfil da região de origem dos migrantes” apontou definições necessárias ao redor e sobre a cidade de Vitória da Conquista /BA, bem como uma descrição a respeito da caatinga. O segundo tópico “Religiosidade” mostrou a fé, a presença católica em todas as suas dimensões, inclusive climáticas. Em “A viagem”, terceiro tópico, a dor ficou bem presente, arraigada de muito sofrimento, a existência do “pau-de-arara”, do choro em suas falas, da presença de uma saudade incessante que exala em suas palavras e gestos. No quarto, “São Paulo”, ficou evidente a disparidade entre o seu universo de origem e a grande cidade. No quinto e último, “O todo”, nome bem sugestivo, mostrou a proximidade que tudo isso teve com a loucura, esta advinda de tamanhas tortuosidades pelos quais passavam em suas vidas. Mostrou, dentre outras questões, o novo ser que veio se formando, e a ênfase nas questões de segregação, discriminação e estigma.

### 3.1 PERFIL DA REGIÃO DE ORIGEM DOS MIGRANTES

As primeiras referências do arraial da Conquista, no final do século XVIII, falam da existência de um pequeno povoado onde moravam mais de 60 pessoas, entre índios aculturados e escravos comandados pelo capitão-mor João Gonçalves da Costa. São características comuns das pequenas povoações sertanejas da época. Circulando o arraial, estavam algumas fazendas que aos poucos foram multiplicadas impulsionando o crescimento do povoado (SOUSA, 2001, p. 164-65).

Os retirantes sujeitos desta pesquisa são de uma região na qual a cidade de Vitória da Conquista/BA é polo regional. Ocupando a posição de terceiro núcleo urbano do Estado, segundo o último censo demográfico realizado pelo IBGE e com divulgação dos dados em 2010, a cidade tem uma população total em 306.374 habitantes, sendo a população urbana igual a 274.805 habitantes e a rural 31.569. Em relação ao gênero, são 158.697 mulheres e 147.677 homens. O crescimento é notório: o censo de 2000 mostrou um número de 262.494 habitantes para a Vitória da Conquista, sendo 225.430 na zona urbana e 37.155 na zona rural. Ou seja, cresceu a população da cidade e decresceu a da zona rural. “Possui área de 3.743 km<sup>2</sup> e limita-se com Anagé, Belo Campo, Cândido Sales, Encruzilhada, Ribeirão do Largo, Itambé, Barra do Choça e Planalto” (SOUSA, 2001, p. 163). Poeticamente, a imagem da cidade em períodos de inverno é descrita por Lima (1986, p. 45-6):

[...] situada [...] numa suave depressão circular que mais parece uma imensa bacia circundante ao norte e a leste pela Serra do Pripiri, ao sul e oeste pelas mansas ondulações da Chapada que, de quebradas em quebradas, azulam no horizonte a perder de vista. De cima da Serra do Pripiri, descortina-se o mesmo panorama. Com mais de mil metros de altitude, os invernos aí são rigorosos quando o vento açoita a garoa gelada e o nevoeiro baixo diminui a visibilidade. Somente de dias em dias, às horas altas, o sol aparece, às vezes coberto por um véu tênue de nuvens; aí, então, sua luz suave ilumina e aquece a terra apenas por algum tempo.  
[...] Os meses mais frios são: maio, junho e julho. Passada a época rigorosa do inverno, o clima aí é ameno e saudável.

Além das cidades citadas anteriormente que fazem divisa com Vitória da Conquista, há também outra que, mesmo não fazendo limite com esta cidade, é de expressiva importância para a região de caatinga de onde provêm os depoentes. É a cidade de Caraíbas, por onde passa o Rio Gavião, famoso na região e cantado por Elomar Figueira de Melo.

Josefina sai cá fora e vem vê  
 Olha os forro ramiado vai chuvê  
 Vai Trimina riduzi toda criação  
 Das bandas de lá do Ri Gavião  
 Chiquera pra cá já roncô o truvão  
 [...]  
 (Arrumação, Elomar Figueira de Melo)

Três povoados têm destaque e são pontos de frequente movimentação pelos moradores da região, sendo também pertencentes ao município de Vitória da Conquista. São eles: Iguá, Pradoso e Bate Pé. O povoado de Iguá é conhecido por ter sido o primeiro a ter um cartório na região, também era a zona eleitoral onde as pessoas iam votar, como mostra a fala do Senhor João Mineiro, e está citado na fala do Senhor Rozendo ao relatar que foi ali onde tirou o primeiro documento. Será mostrado em gráfico X uma pesquisa falando da documentação do migrante.

#### Pradoso:

A Fazenda Pradoso situava-se numa baixada úmida entre as serras do Pripiri e a de São Joaquim. Com clima ameno e chuvas regulares, as terras são ótimas para o pastoreio e agricultura [...].  
 Nas *primeiras águas* a vereda do Pradoso cobria-se de um manto verde onde havia todas as tonalidades de seu matiz (LIMA, 1986, p. 69).

#### Bate Pé:

Iniciou-se o povoado com a construção de um Prédio Escolar, realizado pela prefeitura de Vitória da Conquista, com o apoio do Sr. Ney Ferreira (vereador da época).  
 [...] O professor Eurípedes Peri Rosa, que lecionava na Fazenda Salinas, passou a lecionar no prédio novo [...].  
 Foi construída, também, uma Capelinha, um Posto Médico, criada uma Associação de Moradores com o nome da Padroeira [...].  
 Aos domingos, Ney vinha com acompanhantes, médicos que atendiam à população, dentre eles Dr. Jadiel Matos, Dr. Ronaldo Baiano, Dr. Anisalves Bacelar e outros [...].  
 Dona Maria Dagmar, Escrivã de Paz e Tabeliã de Notas, prestou relevantes trabalhos documentando, legalizando propriedades, fazendo registros de nascimentos e realizando casamentos.  
 O vereador Ney Ferreira convidou pessoas da região e de cidades vizinhas para participarem da inauguração da 1ª feira de Bate-Pé. Uma grande feira aconteceu em 22 de fevereiro de 1970. Logo depois foi inaugurado o Mercado Municipal. Em 1970 veio a eleição municipal, fomos derrotados, o mandato do prefeito foi de apenas 2 anos. Na eleição seguinte ganhamos, com Jadiel Vieira Matos tornando-se Prefeito Municipal em substituição a Nilton Gonçalves [...] (SANTOS, 2006, p. 18-21).

Iguá:

Você sabia onde é que ia votar de primeiro? Em Iguá!! Tinha que ir a pé! Daqui até lá era cinco ou seis léguas: a pé. Os candidatos às vezes dava até uma roupa à pessoa pra ir votar, um chapéu. Quem tinha mais ia à cavalo, ia votar lá. Nós ouvía falar em prefeito, e governo também, toda vida, presidente, mas ninguém nunca recebeu benefício aqui: nem do governo, nem do presidente, nem de ninguém! (Sr. João Mineiro).

Erathóstenes Menezes era cabo eleitoral de Clemente Rocha lá do Iguá. Minha mãe foi lá comigo, no cartório dele que era ali no Beco da Tesoura, que foi quando começou o meu nascimento. Quando chegamos lá minha mãe logo falou com ele que era para ele registrar o meu filho. Daí ele falou que não podia porque ali não era cartório de registro, mas que podia tirar um título de eleitor se ele votar em mim, só se ele votar em mim. Isso era em 62 e eu com 16 anos de idade. Eles era cabo eleitoral de José Pedral, que ganhou e foi caçado. Eu disse que votava e daí ele tirou o meu título de eleitor, não tirou o registro de nascimento e isso só em nome da minha mãe, Rita Maria de Oliveira. O que eu precisava era de um documento que eu pudesse vir para São Paulo. Daí ele perguntou mãe sobre as filhas dela e mãe respondeu que votava em quem ele mandasse e que ele ainda tinha ganhado mais um. Esse cabo eleitoral era dono do cartório eleitoral. As coisa era muito errada: como é que você tirava um título sem ter o registro de nascimento, só de boca, só porque minha mãe conhecia ele e falou lá, e eu tirar um documento sem o nome de meu pai. Eu não tenho a parte paterna em nada meu (Sr. Rozendo).

O Senhor Rozendo traz em seu depoimento questões pertinentes à documentação. Informações do setor de Estudos e Pesquisas Sociológicas do Departamento de Imigração e Colonização, Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, mostram o número de migrantes oriundos dos Estados da Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas, Ceará, Sergipe e Paraíba, distribuídos segundo o número e natureza de documentos levados consigo no período de fevereiro a abril de 1962, distribuídos segundo o número e natureza de documentos trazidos (tabela 5).

A partir da tabela 5, pode-se observar que o número de pessoas que estava com a documentação completa, composta de Carteira de Identidade, Carteira Profissional, Carteira de Reservista e Título de Eleitor era de apenas 2 pessoas, número equivalente a menos de 1% dentro do universo da pesquisa. O número de migrantes portando apenas do Título de Eleitor aparece em terceiro lugar na ordem do maior para o menor, ou seja, com 13,65%. O maior número de pessoas é daqueles que chegaram apenas com a Certidão de Nascimento, sendo 33,65% do total, ficando a numeração de 37 pessoas, equivalente a 18,8% para os que chegaram sem documento algum, ou seja, segundo lugar.

**Tabela 5 - Número de migrantes oriundos da BA, MG, PE, AL, CE, SE e PB, verificados na amostra extraída de fevereiro a abril de 1962, distribuídos segundo o número e natureza de documentos trazidos.**

<b>Natureza do documento</b>	<b>Nº. absoluto</b>	<b>Nº. relativo</b>
Carteira de Identidade, Carteira Profissional, Carteira de Reservista, Título de Eleitor	2	0,97
Carteira Profissional, Carteira de Reservista, Título de Eleitor	1	0,48
Carteira Profissional, Carteira de Reservista	5	2,43
Carteira Profissional, Carteira de Identidade	6	2,92
Carteira Profissional, Título de Eleitor	8	3,90
Carteira de Reservista, Título de Eleitor	3	1,46
Carteira Profissional	33	16,09
Carteira de Reservista	13	6,34
Título de Eleitor	28	13,65
Certidão de Nascimento	69	33,65
Sem documento	37	18,08
<b>Total</b>	<b>205</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Setor de estudos e Pesquisa Sociológicas do Departamento de Imigração e Colonização, Secretaria da Agricultura do estado de São Paulo.

“As mudanças no cenário urbano, embora vagarosas, pouco preservaram da paisagem rústica e simples do antigo lugarejo no Sertão da Ressaca, ainda que a agropecuária permaneça como principal atividade econômica” (SOUSA, 2001, p.164). Vitória da Conquista é uma cidade que teve o seu crescimento beneficiado pela construção da Rio-Bahia, BR 116 que cruza a cidade ao meio, dividindo-a em lado oeste e lado leste. O Centro oficial da cidade fica situado no lado leste e a BR 116 passa próximo a ele. O lado oeste tem se desenvolvido como uma nova centralidade de caráter bem interdependente, onde a rodovia passa praticamente ao seu lado, o que pode ser observada a sua interferência direta para que se desse o seu desenvolvimento. Ela sempre foi centro de referência para a região.

Era maxixe, melancia, feijão. Você ia daqui pra conquista era o dia todo, às vezes dois dias na estrada. Dois sacos de feijão dava pra comprar, era a continha, pra um quilo de carne, tocinho, sebo, pois naquele tempo não existia óleo. E às vezes o povo não queria o feijão. Eu levei dez sacos de feijão de arranca pra Conquista e não achei quem comprasse, o feijão estragou (Sr. Manoel).

A falta de diversificação agrícola e pouco dinamismo no ramo da indústria não impediram o crescimento demográfico nos últimos anos, projetando a cidade como principal centro urbano regional com destaque dos setores de comércio e serviços, que permitem atender uma abrangente área ultrapassando os municípios periféricos e atingindo inclusive cidades do norte de Minas Gerais que dispõem desses serviços de forma precária. O processo de crescimento da cidade beneficiou-se, em larga medida, da construção da BR-116 (Rio-Bahia) nos anos 40, pavimentada na década de

60, possibilitando a articulação da região com os principais centros do país (SOUSA, 2001, p. 164).

Na Região Nordeste, 24 cidades se despontaram com polos nos mais diversos ramos, seja do petroquímico ao têxtil, passando pelo alumínio, mas há em cada uma dessas cidades o seu respectivo destaque, ficando a Bahia com 9 destas, sendo, além de Vitória da Conquista, as cidades de Alagoinhas, Itabela, Santo Amaro, Caraíba, Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna e Jequié.

Na expressão “distritos industriais” se incluem os polos, como o Petroquímico do Nordeste, o Têxtil, o Metalmeccânico, bem como os complexos com os de Fertilizantes, Salgema, Álcalis, Cobre, Alumínio, Química de Base, Química Fina, além dos Distritos Industriais localizados em:

[...]

Cidades estratégicas, com portos de mar, portos fluviais, centros urbanos em expansão, entrepostos e grandes terminais, a exemplo, dentre outros, de: Imperatriz (MA), Parnaíba (PI), Picos (PI), Crato (CE), Sobral (CE), Aracati (CE), Mossoró (RN), Caicó (RN), Campina Grande (PB), Patos (PB), Petrolina (PE), Palmeira dos Índios (AL), Colégio (AL), Propriá (SE), Laranjeiras (SE), Alagoinhas (BA), Itabela (BA), Santo Amaro (BA), Caraíba (BA), Feira de Santana (BA), Ilhéus (BA), Itabuna (BA), Jequié (BA), Vitória da Conquista (BA), Montes Claros (MG), Pirapora (MG) (RAMOS, 1982, p. 74-5, grifo nosso).

A tabela 6 apresenta os resultados de uma pesquisa realizada pelo Departamento de Imigração e Colonização, segundo o número de migrantes oriundos do Estado da Bahia que chegaram a São Paulo, no período 1940–1950, distribuídos segundo as zonas fisiográficas de procedência.

**Tabela 6 - Número de migrantes oriundos do Estado da Bahia, no período 1940/1950, distribuídos segundo as zonas fisiográficas de procedência.**

Sexo dos migrantes	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950	Total	% Total
Centro-Litorânea	79	433	214	358	947	428	630	578	1044	1912	1651	8264	3,91
Sul	343	530	143	517	1127	1489	2044	2742	1323	2342	905	13505	6,40
Sudoeste	158	94	78	162	345	1300	2971	2304	931	1640	1638	11621	5,50
Sudeste	3585	932	1098	1665	2001	836	1190	3185	5708	5934	7165	33298	16,78
Alto São Francisco	617	421	401	537	842	783	895	3849	4183	4911	490	17938	8,50
Nordestina	139	303	140	240	716	642	945	2131	1401	1531	955	9144	4,33
Médio São Francisco	1153	1188	723	1022	1860	420	718	2989	3499	6892	2094	22558	10,69
Centro	63	125	164	328	489	713	1022	1481	813	1741	1286	8225	3,89
Centro-Sul	20178	2204	1155	2341	10818	1144	5430	8718	7558	6978	19877	86371	40,00
<b>Total</b>	<b>28255</b>	<b>8171</b>	<b>6058</b>	<b>9113</b>	<b>21089</b>	<b>9700</b>	<b>17791</b>	<b>29924</b>	<b>28408</b>	<b>35830</b>	<b>38011</b>	<b>210924</b>	<b>100</b>

Fonte: Boletim do Departamento de Imigração e Colonização, nos 4 e 6, Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo 1941 e 1951.

A Bahia sempre se destacou com um estado do Nordeste com o maior número de migrantes para São Paulo, fato verificável também pela divisão regional deste em que se apresenta a procedência interna destas pessoas. A pesquisa realizada a seguir apresenta uma realidade onde, em 1940, data de início da pesquisa, zonas fisiográficas da Bahia como a Centro-Litorânea e a Centro, apresentavam, em 1950, um acréscimo de mais de 2.000% no número de pessoas que haviam migrado para São Paulo. A zona fisiográfica Sudoeste, a qual pertence a cidade de Vitória da Conquista, apresentava um número de 158 pessoas em 1940, sendo em 1950 um valor de 1.638 pessoas, um aumento em mais de 1.000%. A única zona fisiográfica que traz um decréscimo foi a do Alto do São Francisco, de 617 em 1940, para 490 em pessoas em 1950. No seu total, o número de migrantes em 1940 era de 26.315 pessoas, chegando em 1950 a 36.061 pessoas, o que equivale a um aumento de mais de 37% em seu total. O grande aumento de pessoas que procuraram São Paulo como refúgio a partir de 1950 foi então um agravante decisivo para que o recorte da pesquisa se desse a partir dessa data.

Essa região atende à definição trazida por Castro (2010, 159), quando diz que a

[...] característica fundamental desta extensa área geográfica é o seu clima semiárido. Clima tropical, seco, com chuvas escassas e principalmente irregulares. Com uma temperatura média elevada o ano inteiro, associada a baixos graus de umidade relativa do ar, dos mais baixos do país, tornando o clima saudável, isento de inúmeras doenças tropicais, condicionadas pelo excesso de umidade do solo e do ar.

“A pior seca daqui foi em 1947 e 1951. Em 1951, nós tinha uma junta de boi! Todo dia eu pegava o machado e ia pro mato quebrar lenha. Tinha dia de que amanhecia três, quatro vacas morta. Pai só ficou com uma vaquinha que também morreu” (Sr. Manoel). As secas, sempre trabalhadas e abordadas na presente discussão, muitas vezes até de forma exaustiva, mas que se fez necessária, estão aí justificadas, ao mesmo tempo em que o termo tem sempre de ser visto e revisto, pois seus índices pluviométricos são, ao mesmo tempo, consideráveis em muitos períodos. Ou seja, não se discute aqui que a região tem a seca como característica marcante, determinante, ao mesmo tempo em que ela é um fato, mas com ressalvas a partir do ponto com que foi divulgada, dando à Região Nordeste essa característica como determinante. Houve sim períodos de estiagem que foram lastimáveis onde, fazendo um recorte no século XX e já abordado aqui no capítulo 1,

encontram-se datas tais como os anos de 1900, 1903, 1915, 1919, 1932, 1942, 1951-53, 1958, 1966, 1970 e 1976. Observa-se que o período em que a seca mais se estendeu foi nos anos que vão de 1951 a 1953, o que não nega ser algo lastimável.

As falas dos Senhores Marcelino, Manoel, Rozendo e Saturno denunciam grandes secas no Nordeste na respectiva década, coincidindo com os dados anteriormente mostrados em que apresentam as secas mais marcantes.

Eu peguei uma seca muito braba no ano de 1950, 51, 52 que não deu nada na lavoura. No ano de 1952 mesmo nós tivemos de sair de lá e ir fazer farinha com Tio Vitorinho, fazendo farinha no Mato Cipó para poder ter a farinha para comer. A situação ficou muito difícil. As criação a gente teve de levar pra outros lugar. O finado meu pai tinha um irmão no Periperi e tinha muito pasto lá, pois a região do Mato Cipó é melhor pra pastagem e as caatinga é como você viu lá, muito seco né. Na caatinga não vai aquela garoa que tem no Mato Cipó, pois é uma garoa que dá para criar pastagem. Esses foram os anos pior que eu peguei lá de seca. Depois disso, 53 e 54, foi bom pra caramba (Sr. Marcelino).

Ele mostrou aí uma lavoura dizimada, tendo de procurar socorro a cerca de 40 km de sua localidade onde residia até o “Mato Cipó” que ele cita, ficando instalado numa região denominada Quatis. Era essa a alternativa encontrada para produzir farinha e salvar o gado.

A gente vivia nos tempos de seca e abria uma cacimba aqui neste rio e colocava uma escada lá embaixo. Naquele tempo a gente usava cabaça e vinte litros mais ou menos. Ali a gente enchia e tinha que passar o dia todo com aquela água pra beber e fazer comida. Tinha que economizar. Este rio quando era oito horas da manhã tinha mais de trinta, cinquenta mulheres. Elas espalhavam no meio das pedras as roupas: hoje não mais disso. Naqueles tempos a gente pegava e fazia umas folhagens de madeira, igual fogueira, colocava fogo, no outro dia amanhecia as cinzas, aí a gente colocava num tacho de coada para fazer sabão. A soda daquela época era de coada, de cinza de pau e a água da cinza é que fazia o sabão. É tanta coisa que sofri (Sr. Manoel).

Com um sofrimento sempre presente e eles relatam com consciência disso, ao mesmo tempo em que, quando passavam pelo processo, não viam dessa forma. É uma lucidez presente no tempo atual, mas que naquela época aquela atmosfera era vista como “natural”, até mesmo pelo fato de ser aquele o único contexto de vida que conheciam.

Eu nasci em 1945 e quando eu tinha 6 anos de vida eu estava na escola e foi um ano muito crizado, muito seco, isso em 51. Todo nordestino, todo catingueiro daquela região perdeu criação e então nós tivemos de tirar o

gado do Amargoso e daí eu fui conhecer um outro lugar diferente do nosso, foi quando nós fomos levar um gado pro São Matheus (Sr. Rozendo).

O São Mateus que ele cita aqui fica a léguas de distância da sua casa. Uma criança com 6 anos já era colocada no trabalho, na lida com o gado. Tinha de ajudar o seu pai.

Em 1951, fui sozinho pra São Paulo, era pra ficar cinco meses e quando cheguei aqui tava faltando comida aí pra mulher e filhos.[...] Tava arrasado de difícil [...] não achava serviço pra ganhar e não tinha nada, era tudo difícil e precisava dar o pão. Só uma terra pra achar serviço pra ganhar um trocado pra sobreviver. Só foi melhorar em 1953 em diante (Sr. Saturno).

Não havia recursos. O chefe de família se via então em pleno desespero ao se deparar com a situação da esposa e seus filhos. O que fica esclarecido também é que não tinha muito o que ser feito, as alternativas eram limitadas, ou quase que inexistentes.

Leoni Ferreira dos Santos, que não foi sujeito da pesquisa pelo fato de nunca ter migrado, é um morador da região em estudo e lançou um livro intitulado *Conto de um Camponês: memórias*. Em sua obra ele constrói uma narrativa de sua trajetória de vida, ao mesmo tempo em que é uma leitura enriquecedora sobre a região. Sobre o período seco que data de 1951 de 1953, sua obra retrata:

No período de 1951 a 1953, passamos por muitas dificuldades por falta de chuvas, houve mortandade de animais, sendo necessário retirá-los para recurso no Estado de Minas Gerais. Não fomos bem sucedidos, depois de alguns meses retornamos com o que restava. Começou a chover quando estávamos passando pelo Quaraçu, aos 13 de dezembro de 1951. A chuva continuou, tornando impossível seguir viagem naquele dia. Foi necessário colocar o gado na Fazenda Suçuarana, que pertencia ao Senhor Pacífico. Seguindo viagem no dia seguinte com chuva, passando por Belo Campo tentamos conseguir abrigo na Fazenda Bom Jardim. Não deu certo, por isso descemos a Serra ao anoitecer, quando ao lado da estrada vi uma casinha, chamei pelo proprietário, o Senhor Otacílio, e aí nos abrigamos por uma noite e colocamos os animais em um mangueiro. E a chuva fria não passava, entramos em casa, molhados e resfriados, o Senhor Otacílio trouxe uma telha com brasa para aquecermos as mãos, porém não sentíamos o calor do fogo. Mais tarde fui obrigado a entrar em um quarto e me jogar em palhas de milho e feijão tentando me aquecer. Foi uma noite longa e sofrida. Ao amanhecer, prosseguimos viagem e, com o gado enfraquecido, iam ficando vacas pela estrada. Chegando em casa, não havia alimento para o gado. Minha mãe contratava trabalhadores para desfolhar macambira para alimentar os animais. Depois de algum tempo surgiram os brotos, mas os animais estavam reduzidos a 30%.

Eu sempre preocupado com os animais, andava pelo campo em busca de alimentos, derrubava macambira, ou queimava macambira tentando salvar o que restava (SANTOS, 2006, p. 13-15).

Vários recortes foram se sucedendo no decorrer da pesquisa para que assim se dê a apresentação de conceitos necessários, bem como delimitações sempre precisas, o que não deixou a abordagem somente num plano macro, mas indo de encontro ao específico também.

Segue agora uma delimitação geográfica do sertão nordestino, bem como os devidos recortes do objeto de estudo do presente trabalho e definições necessárias para maior compreensão e enriquecimento da pesquisa.

A chamada área do sertão Nordestino se estende desde as proximidades da margem direita do Rio Paraíba, no seu extremo norte, até o Rio Itapicuru, no seu extremo sul, abrangendo as terras centrais dos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, numa extensão territorial de cerca de 670.000 quilômetros quadrados, seguindo os cálculos dos técnicos da Inspetoria de Obras Contra as Secas.

No solo do sertão, em geral pouco espesso, erodido periodicamente pelas torrentes esporádicas e condicionado por este clima com suas eventuais discontinuidades de chuvas, desenvolveram-se tipos de vegetação que permitem aos geógrafos a caracterização de três subáreas climatobotânicas: o agreste, a caatinga e o alto sertão (CASTRO, 2010, p. 187-158; 191).

Há a necessidade de uma discussão geográfica, mesmo que rápida, para que seja justificada a questão sertão em si, e limita-se ao recorte da caatinga, visto que a região aqui trabalhada é delimitada por esse recorte, não abrangendo o agreste e nem o alto sertão. Em relação às características marcantes dessa região,

A caatinga é o reino das cactáceas. No solo ríspido e seco estouram as coroas-de-frade e os mandacarus eriçados de espinhos. As árvores acoradas em arbustos e as formações herbáceas completam a paisagem adusta da caatinga. É a zona de maior aridez do Nordeste, com seus rios reduzidos nas épocas secas às faixas de areia, leitos ardentes inteiramente expostos ao sol.

A flora de toda a região é do tipo xerófito, adaptada aos rigores da secura ambiente: à falta d'água no solo e do vapor d'água na atmosfera. As espécies arbóreas reduzem seu porte, se arbustizam em posturas nanicas para sobreviver.

Entre as famílias que compõem a flora xerófito, destacam-se as cactáceas, tais como as palmatórias, os mandacarus, os xiquexiques e os facheiros. Plantas de um valor inestimável na época das secas, ajudando a gente e o gado a escapar aos seus rigores mortíferos. Ao lado das ríspidas cactáceas, dando cor e característica à flora do sertão, estão as resistentes bromeliáceas – as suas macambiras, croias e croatais, exibindo as lâminas recurvas e afiadas de suas folhas em sabre (CASTRO, 2010, p. 161-162, grifo nosso).

Os rios não são perenes, mas sim temporários, o que implica em dizer que a água só corre em períodos de chuva. Passando esse período, fica a areia, alguns poços com água por algum tempo e as pessoas começam a abrir cacimbas para

extrair a água que é salobra. Essas cacimbas são abertas pelos próprios moradores, quase sempre são fundas e servem para uso em geral. É uma água minada. O romance *O retirante* traz uma discussão a cerca desses rios onde só há água em períodos de chuvas.

Nas secas do Nordeste os rios caudalosos do período chuvoso são transformados em verdadeiras estradas de areia pedregosa e calhaus rolados que reverberam aos raios solares como se fosses pedras preciosas. Nas baixadas ou boqueirões das serras, as águas desses rios, que há muito deixaram de correr, formam poças, onde ainda vivem peixes que saltam arquejantes da água morna, pobre de oxigênio, e se debatem às margens escaldantes. Os urubus farejam as carniças e as poças d'água à cata de peixes mortos. Os carcarás também as rondam em busca dos peixes que se debatem agonizantes (LIMA, 1986, p. 18).

Lá no Poço Comprido, nos tempos que eu já tinha casado, eu morava lá do outro lado do rio, e quando era de madrugada eu não dormia mais: aquele povo do Poço Comprido, aquele barulhão para lavar a roupa naquela água minada do rio, que todo lugar que puxava a areia tinha água. A água dava lá embaixo, água funda, o rio naquela época era fundo e a água servia pra beber, pra lavar, pra cozinhar, pra tudo (Sr. Manoel).

As condições precárias de alimentação, água, chuva faz do sertanejo um vitorioso em conseguir superar esses problemas naturais, visto que se está lidando com uma realidade que tira da terra o seu sustento e onde todos têm os seus animais para serem alimentados nos períodos de estiagem. Os recursos para seus “autossocorros” tinham de encontrar na própria região, como a palma (a mesma que Josué de Castro chamou de palmatória) e o mandacaru, plantas nativas do sertão nordestino, que servem de alimento para toda a criação em períodos de seca, pois, além de serem excelentes volumosos, têm também um significativo teor de água.

A palma, com seus 90% de água, apresenta apenas 1% de proteína. Cavalo não come. O mandacaru, planta que também pode servir de identidade do sertão como um todo, pois é nativo, também é cortado e servido de alimento para os animais. Sendo assim, havia a necessidade de um alimento com valor proteico satisfatório, pois esses são apenas volumosos e tem de haver o concentrado, o que traz custos, sendo que, na grande maioria das vezes, o pequeno proprietário não conseguia comprar. Os alimentos procurados para sustentar os animais com outros nutrientes eram a mandioca, o milho e o caroço de algodão<sup>45</sup>, dentre outros. Há

---

<sup>45</sup> Em um mini-curso denominado de Alimentação Animal na Época da Seca, com duração de quatro horas, na I Semana de Agricultura Familiar realizada em Vitória da Conquista, foram fornecidas essas informações acerca desses alimentos. Há uma série de outros nutrientes, mas estamos mostrando aí os mais fortes e conhecidos pelos sertanejos daquela região.

ausência de um acompanhamento informativo, pois a alimentação animal em períodos de seca podia se dar a partir da silagem de milho e girassol, do feno e da rama de mandioca, processos esses que não exigem de maiores dificuldades para a sua realização.

As *quixabas*, os *juás*, os frutos dos cactos, dos xiquexiques, dos cordeiros, quase só são aproveitados nas terríveis épocas de seca, quando se come de tudo, tudo quanto é alimento brabo (CASTRO, 2010). O autor também diz que as pessoas se servem desses alimentos. A pesquisa de campo aqui não evidenciou, em momento algum, a necessidade deles de comerem tais alimentos, ou seja, ficou restrito para o uso dos animais. Em algumas regiões do Nordeste há sim relatos de uso humano.

A macambira é também uma árvore presente na região e também resistente à seca. Mas há também outras árvores que a compõem, como as leguminosas jurema e angico, sendo todas as suas folhas consumidas nos períodos de seca, principalmente pelos caprinos e ovinos, animais característicos e de forte resistência, principalmente os caprinos. A bibliografia encontrada não apresenta a algaroba nem o pau ferro, ambas produtoras e sementes que caem e os animais comem. A algaroba vem narrada por Furtado (1998, p. 31) além de uma defesa que ele faz da experiência empírica: “no meu tempo de Sudene se descobriu a algaroba, uma planta totalmente adaptada ao clima seco e uma alternativa de alimento para o gado. A experiência empírica vai ensinando as coisas”.

O senso comum é comum não porque seja banal ou mero e exterior conhecimento. Mas, porque é conhecimento compartilhado entre os sujeitos da relação social. Nela o significado a precede, pois é condição de seu estabelecimento e ocorrência. Sem significado compartilhado não há interação (MARTINS, 2010, p. 54).

Como uma árvore frondosa e que produz uma saborosa fruta é o umbu, vindo a frutificar com as primeiras chuvas do período das águas, sendo consumida por homens e animais. O que há em comum em todas essas árvores aqui citadas é o fato delas ficarem sem folhagem alguma no período da estiagem, secas, dando a impressão de que estão mortas, e basta vir as primeiras chuvas para que todas brotem com uma beleza plausível: é a vida que chega à caatinga.

Nas zonas de solo mais espesso e menos árido surgem, ao lado das cactáceas, as leguminosas como as juremas e os angicos, as bignomíneas e as anacardiáceas. Nas depressões úmidas, nas vargens

viçosas crescem certas espécies de grande porte, como o juazeiro e o umbuzeiro, que se levantam frondosos e altaneiros no meio da paisagem acachapada da savana adusta (CASTRO, 2010, p. 165).

### 3.2 RELIGIOSIDADE

As manifestações de religiosidade popular, um fato também presente em todas as regiões do Brasil vão ganhar um tom especial quando se tratar daquelas ocorridas no Nordeste. A produção literária, artística e até acadêmica, feita na região, tem uma boa dose de responsabilidade ao, permanentemente, reafirmarem esta temática, juntamente com a da seca, do cangaço e do coronelismo, como as temáticas regionais por excelência (ALBUQUERQUE JR, 2007, p. 111).

Todos os pontos abordados nesta pesquisa têm uma relação, seja ela direta ou indireta, com a seca. A prática religiosa não foge a essa regra, tendo um caráter direcionado à penúria pela luta contra a seca.

O fanatismo religioso é tomado como mais um indício do atraso, inclusive mental e psicológico, em que viveriam as populações pobres da região. Fenômenos de grande repercussão nacional como o de Canudos e de Juazeiro do Norte, encabeçados por Antônio Conselheiro e Padre Cícero. O nordestino passa a ser marcado pela figura do beato ou da beata, homens e mulheres à beira da insânia em suas crenças, cheias de superstições e credices que misturavam, desordenadamente, elementos religiosos de matrizes culturais diversas, sincretizando crenças católicas, com crenças animistas ou fetichistas de origem africana ou indígena (ALBUQUERQUE JR, 2007, p. 111-12).

#### Segundo os depoimentos

O povo daquele tempo tinha fé que hoje o povo de hoje não tem. Fazia novena e nós saía rezando pra chover. Carregava pedra na cabeça nove dias. Até hoje tá nos cruzeiros das novenas. Quando era na terminação da novena, choviam: eram nove dias e chovia. Ninguém hoje quer saber disso não. Ali na casa de Tia Antônia deu uma chuva em outubro e plantou roça e aí pegou um sol de quarenta dias. Ela fez uma novena, saía dali, onde ela morava, passeando, deu uma volta e descia o rio abaixo, pegava a estrada e ia até o cemitério lá em cima. Nós ajoelhava na terra queimando igual fogo. O dia que terminou a novena, menino pequeno passava pegando água no rio abaixo e a água querendo carregar o menino: no dia que terminou a novena. O povo tinha fé! (Sr. Saturno).

Estava seco e eles viviam já com muita dificuldade. Para que viesse a chuva tinha da fazer algo que trouxesse mais sofrimento ainda para suas vidas. Quanto às novenas que eles citam, elas não eram feitas em meses como junho, julho, agosto e setembro, períodos em que há ausência plena de chuva. Elas então se davam em

meses a partir de outubro.

No fim da novena chovia e, se não vinha a chuva, aí voltava e trocava o Santo. Mas hoje não adianta fazer: se hoje a gente coloca pedra na cabeça e anda de pés no chão, serve de vaia pra esta mocidade daí (Sr. Manoel).

Pode ser aqui definido que há um “culto” ao sofrimento, onde a existência, a vida na terra é arraigada de muita luta para que se dê a sua sobrevivência, não tendo o exercício da fé um caráter de acalantar tamanha dor, pelo contrário, o seu exercício é feito em cima da dor, do lamento. O que se agrava é o fato de que isso é introjetado como pertencente à sua pessoa em si, não havendo uma superação daquilo, mas sim uma perpetuação.

Como foi mostrado em depoimento, o plantio também seguia um ciclo religioso, pois havia todo um preparo para que este se desse na devida época.

Há uma espera para o plantio. Em geral cada espécie de planta temporária tem, além do período certo, isto é, do ciclo agrícola, uma data que deve coincidir com o dia de guarda de um determinado santo do hagiológico católico romano. O ciclo agrícola se relaciona com o calendário religioso tanto para o plantio como para a colheita, principalmente para o primeiro. Obedecem às épocas certas das “limpas” das plantações e depois à colheita. Geralmente não gostam de “atrasar”, daí, não raro, o mutirão que engalana de alegria as lidações agrícolas (ARAÚJO, 1973, p. 163).

Eu lembro de uma época que nós tava molhando arroz. Meu pai toda vida trabalhava com arroz. Nós, todos os dias, no sol, ia molhar arroz de um lado a outro até encharcar. E mãe fez uma promessa, pro Santo São José. Quando foi uma dia de noite começou a chover. A água cobriu o arroz. Mãe fez uma ladainha (Sr. Manoel).

Os festejos de final de ano têm o reisado fazendo a festa, onde aquele grupo de pessoas caminha pelo sertão e parando nas casas que vão se deparando, para que se dê a comemoração com danças e cantos característicos: é uma bela manifestação. Isso tudo além dos demais festejos característicos, como os presépios.

No período natalino, na região brasileira da jangada, aparece o auto popular denominado reisado, alegrando geralmente à noite as cidades e povoados nordestinos.

No baixo São Francisco, notadamente, misturou-se com outros bailados, por exemplo, com o dos Congos, pelos menos é o que se percebe através da indumentária. Sincretismo também com o próprio bumba-meu-boi que o admite como um dos seus entremeios, isto é, as representações, as peças que são as danças cantadas, narrativas de assuntos e motivos os mais variados em que misturam amor e guerra, religião e história local, representando a guerra com o vibrar de espadas e toques de maracás (ARAÚJO, 1973, p. 55).

Se hoje a gente coloca uma pedra na cabeça e nada de pés descalço, no chão, serve de vaia pra essa mocidade aí. Naquele cemitério: perto desse cemitério tem uma ruma de gente, todo mundo levava pedra na cabeça, fazia penitência pedindo chuva. Hoje não existe mais nem presépio, nem reza, a gente fazia fogueira para São Pedro, tinha reza de São Jesus, Santo Antônio, São Roque (Sra. Vitória).

Uma das maiores romarias deste país é a de Bom Jesus da Lapa, que acontece todos os anos nos meses de julho e agosto. A região aqui estudada, mesmo não ficando próxima à cidade de Bom Jesus da Lapa, é destino certo de seus moradores quase que todos os anos. Há uma grande mobilização ao redor dessa viagem e símbolo de uma grande festa. Como no período estudado ainda não havia ônibus, a viagem se dava em caminhões pau de arara, a pé e a cavalo.

Pra romaria de Bom Jesus nós pegava o caminhão com Adilonsin em Belo Campo e a terceira vez foi com o caminhão de Nega Rocha lá do Poço da Vaca. Fui três vezes quando eu morava lá. A gente ia sempre nos mês de julho, agosto. Já era lotado, no mês de julho começava e era caminhão e mais caminhão, e era aquele negócio daquele pau-de-arara. Fui no ano de 59 e 60 com o finado meu pai e a finada minha mãe. Eu gostava de acompanhar ele porque eu era o rezador e rezava aqueles bendito de igreja: "louvado seja Jesus sacramentado, Deus é escondido e o Senhor é adorado". Eu fiz sucesso com esse bendito de igreja. E todos aqueles benditos de igreja: "Ave, Ave, Ave Maria; Ave, Ave, Ave Maria; Vestida de branco ela apareceu". Me sumiu a letra. Tinha gente que ia de cavalo e a pé. Tio Cassiano foi a pé. E quando chegava lá via todo mundo lá, os curral lotado, pelas estrada via gente andando pelas estrada. E nós de caminhão não chegava lá em uma dia: dormia na estrada e no outra dia era que chegava, já à tarde. Aquele caminhão andava era na base de quarenta, cinquenta por hora. No ano de 71 a gente foi lá de ônibus na empresa Confiança. O ônibus andava mais, mas saía de Conquista dez horas da manhã e chegava lá de noite: só via o poeirão cobrir. Eu fui lá com a finada minha mãe cumprir uma promessa que ela tinha feito pra mim (Sr. Marcelino).

A fala do Senhor Marcelino trouxe a dimensão da fé que eles tinham, ao mesmo tempo em que pertencia a todas as etapas da vida, onde, já adulto, houve a viagem para cumprir uma promessa feita por sua mãe, Tereza Rodrigues de Oliveira (*in memorian*). Aquele universo tinha uma simbologia além, designava também muita alegria em estarem juntos, cantando, rezando durante a viagem, algo que Irllys Barreira mostra que

as romarias encenam, de forma muito ampla e intensa, diversas formas de sociabilidade, que atravessam a experiência individual e coletiva. São dimensões que sobrepõem, por vezes centrando-se em vínculos efêmeros que se estabelecem entre os romeiros, e em outras vezes priorizando a relação com o sagrado (ALVES, 2011, p.10).

### 3.3 A VIAGEM

Vivo andando no mundo  
 Na gaiola da saudade  
 Iguamente um passarinho  
 Voando solto nos ares  
 Querendo água e comida  
 Pra matar minha vontade  
 Deixo minha terra chorando  
 Pra morar noutra cidade

Para que sentir a dor  
 Para que se tê-la  
 O sol queima, racha a terra  
 E a lua clareia

Tempo bom foi no passado  
 Na época do meu avô  
 O homem tá destruindo  
 O que a natureza criou  
 Planta semente na terra  
 Espera a chuva e não cai  
 Tão aborrecendo a Cristo  
 Por causa de tudo isso  
 Tempo bom ninguém vê mais [...]  
 (Gaiola da Saudade, Jam da Silva e Maciel Salu)

Deixar seu rincão não era fácil. O sertanejo carregava em si muito evidenciado o sentido de laços de família, o aconchego do lar, as conversas cotidianas, compartilhar da vida dos seus. Por essa razão, as histórias de separação são pontilhadas por lembranças de momentos nos quais se experienciavam extrema dor e saudade dos parentes que se foram.

Fazia oito dias que Juca com a família haviam deixado seu rincão e palmilhavam as estradas à procura de recursos. A viagem era lenta e penosa, uma vez que durante as horas de sol rigoroso tinham que procurar a sombra de algum joazeiro ou umbuzeiro para descansar, oportunidade em que as crianças dormiam um pouco. Nessas paradas, reunidos a outras famílias também de retirantes, Juca, juntava sua dor à dor dos outros e vendo que era um dor comum, enorme, sentia-se mais triste. Não somente ele era infeliz e desamparado; havia outros que, como ele, perambulavam pelas estradas e povoados implorando a caridade pública para poder sobreviver. E Juca em sua dor pensava, indagava e implorava:

- Oh Deus!... onde estás... tende misericórdia deste gente!... (LIMA, 1986, 26-7).

A temática agora é envolvida de muitas histórias sempre trazidas com sofrimento notório. “Quando o ser inteiro migra, a alma vai fazendo sua própria viagem que terá representações imagéticas na mente. As consequências dessa viagem anímica aparecem na consciência e no inconsciente” (MENEZES, 2007, p.

105). Dessa forma, compreende-se as reações durante depoimentos, interpretações, sempre recheados de uma dor que o tempo não conseguiu apagar, como se o sofrer, o penar, fossem pontos em comum, que os unem muito mais do que o fato de todos terem vindo do sertão do Nordeste, da caatinga.

Desde os anos cinquenta, com a acentuação das migrações do Nordeste para o Sudeste, as migrações têm sido encaradas, no Brasil, como um problema social. Naqueles tempos, falava-se dramaticamente no *êxodo rural*, no deslocamento maciço de populações do campo para a cidade (MARTINS, 2009, p. 39).

O despovoamento da região resulta do fato de que não só os animais domésticos, como os que fazem parte da fauna nativa, emigram ou são, em sua maior parte, dizimados nas épocas de secas prolongadas (CASTRO, 2010, p. 201).

Como já dito durante a dissertação, o número de mulheres encontradas para a pesquisa é muito baixo devido tratar-se de um fenômeno eminentemente masculino. Fica assim uma diferença no número entre ambos sujeitos.

Na tabela 7, evidencia-se tal realidade com relação ao sexo. Pesquisa realizada pelo Setor de Estudos e Pesquisa Sociológicas em cooperação com a Seção de Estatística do Departamento de Imigração e Colonização, Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, mostra o número de migrantes entrados no Departamento de Imigração e Colonização na década de 1952 – 1961, distribuídos segundo o sexo.

**Tabela 7 - Número de migrantes entrados no Departamento de Imigração e Colonização, na década 1952/1961, distribuídos segundo o sexo.**

Sexo dos migrantes	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	Total	% Total
Masculino	174592	77598	68380	63201	57492	31546	68808	82332	80194	88492	792635	69,52
Feminino	74994	32782	25946	25286	28909	12429	32980	38636	37785	37683	347430	30,47
<b>Total</b>	<b>251538</b>	<b>112333</b>	<b>96280</b>	<b>90442</b>	<b>88357</b>	<b>45932</b>	<b>103746</b>	<b>122927</b>	<b>119939</b>	<b>128136</b>	<b>1140065</b>	<b>99,99</b>

Fonte: Setor de Estudos e Pesquisa Sociológicas em cooperação com a Seção de Estatística do Departamento de Imigração e Colonização, Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

A disparidade se deu desde o primeiro ano do censo demográfico em que apresentou uma diferença de 133% de homens sobre as mulheres. O ano de 1954 é o que denuncia mais disparidade, com 163%, e o ano de 1956 com a menor, 99%, o que é também um contraste significativo. Com relação ao número de pessoas pesquisadas, a pesquisa apresentou um universo de 1.140,065 pessoas, tendo, em 1952, o seu maior número, 249.586 pessoas, e em 1957 o seu menor número, com

43.975 pessoas. O censo chegou ao seu final com um resultado geral de 129% maior no número de homens sobre as mulheres.

Voltando à questão da viagem, mesmo sem ter saído dela, a BR 116 teve uma influência por demais significativa no processo de retirada. O movimento vai se dando de maneira mais rápida e intensa.

A abertura de Rodovia Rio-Bahia foi concluída em 1949, mas a nova estrada só vai suplantará o trem quando se completa sua pavimentação, por volta de 1968. Daí em diante, mudava definitivamente o itinerário dos indivíduos que se deslocavam para São Paulo. As estações de Monte Azul e Montes Claros vão aos poucos deixando de fervilhar com a presença dos baianos; a estação de Caculé (Leste Brasileiro), inaugurada em 1950, não conheceu grande fluxo de passageiros, como conheceram as estações de Machado Portela, Contendas e outras de Central do Brasil. A razão para o fato é que a estação de Caculé fora inaugurada quando a Rodovia Rio-Bahia já havia sido aberta e muitos dos viajantes, oriundos de todos os quadrantes do Nordeste, aventuravam-se em caminhões e paus-de-arara pela nova estrada (ESTRELA, 2003, p. 119).

[...] 3 a 4 mil quilômetros de distância. Quando a estrada Rio-Bahia não era asfaltada, esta viagem durava de doze a quinze dias. Houve numerosos casos em que o proprietário do caminhão pau-de-arara fingia que o motor do carro havia batido e que só era possível prosseguir a viagem se os tripulantes lhe ajudassem a comprar outro motor ou a consertar o antigo. Agindo desta maneira, os caminhoneiros conseguiam arrancar do bolso dos flagelados seu último centavo (MEDEIROS FILHO; SOUZA, 1983, p. 61).

Com o tempo, o “pau-de-arara” vai ficando para trás, até que se dê de fato o transporte de passageiros em ônibus, o que não implica em dizer que as condições melhoraram de maneira brusca, pois os ônibus, além de lentos, não eram nada confortáveis.

Mesmo depois da introdução das primeiras linhas de ônibus na região sertaneja, a viagem para o Estado de São Paulo demandava tempo e desgaste. As poucas empresas que se aventuraram a fazer a linha sudoeste da Bahia – São Paulo, não dispor de veículos em número suficiente para atender à demanda por passagens em todas as localidades onde atuavam diretamente ou através de representação, transportavam os passageiros para Vitória da Conquista. Ali, essas empresas hospedavam os passageiros em hotéis ou pensões até a partida. José Braz Terêncio, que testemunhou por várias vezes a partida de sampauleiros de Condeúba por intermédio da Viação Novo Horizonte, e que teve a oportunidade de viajar também pela mesma empresa por volta de 1970 [...] (ESTRELA, 2003, p. 121).

O período de estudo data de uma época em que houve um crescimento no fluxo migratório no eixo Nordeste – Sudeste, onde o deslocamento era realizado basicamente através dos célebres paus-de-arara:

Com a ligação rodoviária entre as duas regiões, concluída nos anos de 1950, houve então a fase dos tristemente célebres paus-de-arara. Caminhões com uma cobertura de lona na carroceria, neles se adaptavam bancos de madeira sem encosto. As estradas ainda não eram pavimentadas e, em viagens que duravam às vezes até 15 dias, outros milhares de nordestinos decolavam-se para trabalhar na construção civil em São Paulo, nos cafezais recém-abertos do norte do Paraná ou nas fazendas de Goiás e Mato Grosso (GARCIA, 1985, p. 31-32).

O uso do termo “pau-de-arara” implica em questionamentos de origem, do porque de seu uso. A citação que segue traz as possíveis origens de sua aplicação.

Tem-se três explicações de se chamar o caminhão de retirante “pau-de-arara”, anteriormente referida por jornalista pernambucano, Zilde Maranhão, quando, pela primeira vez, um repórter camuflado de igual passageiro fez a viagem Pernambuco – Rio, contando-a mais em jornal: seria porque arara é termo também usado nos sertões para designar atoleimados e retirantes assim eram tidos; seria porque a armação de madeira e a lona colocada nos caminhões lembra a engenharia feita para os papagaios e araras, comuns nas casas do interior nordestino, daí apelido para o caminhão e, mais tarde, para os nordestinos; seria porque, ainda levando em consideração o ghradil, assemelhar-se-ia os retirantes a araras, agarrados aos paus (VILAÇA, 1969, p. 81).

Ilustrando a fala do autor, apresenta-se os depoimentos dos senhores Saturno, Marcelino e Rozendo:

11 de fevereiro de 1962 eu fui dormir na casa de Joaquim Silva pra de lá ir pra Conquista o dia amanhecendo. Quando nós tava preparando pra dormir, aí Joaquim deu uma ideia pra nós ir logo andando. Era Eu, Joaquim, Zé de Cassiano, Demar e Tonão Peto: nós viemo em cinco. E assim saímos à noite mesmo. Quando o dia tava amanhecendo já era na Jurema. Passando na frente de casa de Antônio de Félix eu vi Lesinha minha irmã. Eu entrei e fui dar bença mãe, ela não sabia que eu ia, ela não tava lá em casa. Perguntei cadê mãe e me disse que ela tava lá dentro. Ela me olhou e perguntou pra onde é que você vai e eu disse: vim aqui lhe dar lhe bença que eu tô indo pra São Paulo! Ela não me respondeu um A. Ela tava sentada na cadeirinha tomando um café, tomou o último gole. Foi a maior loucura que eu fiz na minha vida: fiquei 11 anos sem ver a minha mãe. Oh vida viu! Não quero isso para meus filhos. Saí, cheguei dei um beijo em Lesinha: Lesinha chorou e disse: oh meu irmão não esquece da gente. Viajei pra cá sem mãe me abençoar, mas ela me abençoou dentro do coração dela (Sr. Rozendo).

O Senhor Rozendo se emocionou ao falar da reação de sua mãe. O fato dela não tê-lo abençoado em voz o chocou bastante. O tempo que ele ficou sem voltar à sua terra, 11 anos, denota uma época em que era difícil a locomoção, o tempo de duração da viagem, as condições em que eram feitas, além de uma comunicação limitada, que se dava estritamente por cartas.

Pegava o caminhão velho, pau-de-arara. Ia por Brumado, saía de Conquista. Fazia a lotação, os caras levava lotação de gente, iam pra trabalhar em São Paulo. Naquele tempo, no pau-de-arara, pegaram uma cachorrada e colocaram em cima do caminhão. Muita mulher chorando. Mais de sessenta pessoas em cima. É o que eu falo: hoje tá bom demais em vista dos tempos de antes. Era estrada de chão, uma poeira. Quando era noite parava e nós colocava as esteiras debaixo do caminhão pra gente deitar (Sr. Saturno).

Lá em Conquista a gente pousamo numa pousada na beira da estrada, encostada na Rio-Bahia ali, por ali. Dormimos lá. No outro dia cedo fomo num posto de gasolina lá onde encostava um monte de caminhão e combinamos lá de sair na madrugada mesmo. Nós era uma turma com muitos que já estava acostumado de vir aqui em São Paulo também. Era um caminhão FNM que tava vindo lá de Pernambuco com uma carga de barras de chumbo e cada barra era de 45kg: o caminhão tava com 10.000kg. A gente sentamo em cima daquela lona lá e vinhemos assim: não tinha banco pra sentar, não tinha nada. Sentamos naquela lona sem cobertura e vinha mais uma lona pra gente cobrir se vinhesse uma chuva. Nós saímos de lá terça-feira 05h da manhã com um frio da bixiga e gente sem agasalho também, pois na caatinga a gente não usava agasalho. Eles viajava durante o dia e quando era à noite umas dez, onze horas ele encostava no posto e repousava. Vinha em dois motorista e eles dormia dentro do caminhão mesmo e nós em cima da carroceria lá. Isso terça, quarta, quinta, sexta, sábado nove horas da noite nós descemo lá na Estação do Norte, no Brás: a gente já tava tonto, eu tava completamente desnorteado, eu não sei como é que eu não perdi o juízo viu (Sr. Marcelino).

Chegamos em Conquista e fomos providenciar o pau-de-arara que vinha do Ceará, super lotado. Por volta do meio-dia achamos o transporte de nós vir embora. Fomos pra Rio-Bahia, ali onde era o DNER. Era o filho de Jovilino que ia carregando feijão pro Rio de Janeiro. Subimo nessa carga, abriu a lona e disse pra nós que quando fosse os guarda ele ia bater na gabine pra nós cobrir com a lona. E fomos correr estrada. Naquele tempo não tinha asfalto. Quando chegou na Serra de Petrópolis ele parou e disse: vocês cobre que a serra é muito perigosa e não olha pra baixo. No final ele parou numa bica d'água e disse que nós tinha chegado na Baixada Fluminense, aqui é o Rio de Janeiro. Daí chegamos na estação do trem do Rio de Janeiro era oito horas da noite, passagem pra vir pra São Paulo só quinze pras seis da manhã. Dormimos ali em cima do banco. No outro dia cinco e vinte da manhã o trem encostou, fomos lá comprar o bilhete e aí agora São Paulo: até hoje eu tenho o barulho daquele trem no meu ouvido. Quando deu sete horas da noite parou o trem na estação do Brás, Tonão Preto falou: chegamos em São Paulo. Quando eu olhei o Largo da Concórdia como o primeiro mundo: eu nasci ali. Falei pra Tonão: Tonão, este é o meu mundo! (Sr. Rozendo).

As falas dos depoentes por si só dão conta de elucidar a representatividade de suas respectivas retiradas que se deram em viagens sob condições sub-humanas, com uma narrativa em que vai-se “assistindo” todo aquele processo e com situações apresentadas de forma impactante: “Muita mulher chorando. Mais de sessenta pessoas em cima”; “A gente já tava tonto, eu tava completamente desnorteado, eu não sei como é que eu não perdi o juízo viu”; “Quando eu olhei o Largo da Concórdia como o primeiro mundo: eu nasci ali”.

“Diante da pressão da imprensa nacional contra este tráfego de nordestinos, o Governo Federal resolveu mandar substituir o caminhão ‘pau-de-arara’ pelo ônibus” (MEDEIROS FILHO; SOUZA, 1983, p. 61), ou seja, o fim dos caminhões para o transporte dos retirantes estava associado ao interesse em diminuir a quantidade de nordestinos que se retirava. Corroborando Garcia (1985, p. 32), marca o período final da migração através de deslocamento dos paus de arara.

Os últimos paus-de-arara trafegaram em meados da década de 1960, quando a Polícia Federal, com postos instalados ao longo de todas as estradas, passou a impedir seu tráfego. Os paus-de-arara acabaram, mas não o êxodo dos nordestinos [...]. Ele continuou transferindo-se para o Sul, só que utilizando os ônibus fabricados pela indústria automobilística, instalada no Centro-Sul.

Foi dito que o fato de aparecer o ônibus não implicou em melhoria com a qual eles viajavam para São Paulo, visto que os ônibus eram ruins. Neste sentido, a fala do Senhor Manoel representa as condições de viagem nos ônibus daquela época.

Era época de plantar e ainda não tinha chovido. Era 3 de dezembro, não tinha dado chuva! Minha mãe tomou um choque quando disse que ia pra São Paulo, pois naquele tempo lá era o fim do mundo! Em 1959, no dia 13 de dezembro, eu fui para São Paulo. Foram seis dias, mais dois até Vitória da Conquista. Quando cheguei em Conquista naquele tempo tinha o pau-de-arara. Lá passava um transporte chamado Real Bahia, que saía no norte para São Paulo. Já tinha o ônibus, mas a estrada. Na Rio-Bahia tinha um monte de oficinas e gente vendendo passagens. Cheguei ali, comprei a passagem de ônibus e aí viajamos. Quando deu a noite neste mundo de Águas Vermelhas, começou a chover dentro do ônibus, deu muita chuva e daí colocaram todo mundo pra fora, e a gente teve que sair. Saímos na chuva e tivemos que arrumar casa. No dia seguinte pegamos estrada e depois de três dias paramos em José Inocêncio pra tomar café, comer a farofa. Chegamos em São Paulo umas onze horas da noite. Quando a gente desceu do ônibus, parou um cara de bicicleta e perguntou: “– Vocês vêm de onde?”, daí eu respondi: “– De Vitória da Conquista”, e ele perguntou: “– Vocês vão pra onde?”, e eu disse: “– Não sei!” (Sr. Manoel).

Cruzaram este país. As décadas de 1950 e 1960 trouxeram para eles todo um acervo de vida com histórias enriquecedoras para quem as ouve e percebe que eles trazem à tona como um fato presente. É um discurso elaborado com uma lucidez plausível em que todos os detalhes são trazidos com especificidades características a cada um deles. Há uma dimensão peculiar em suas pessoas. Percebe-se concretude em suas falas, condutas. São donos de sentimentos de amor, manifestados cada um de sua forma, do seu jeito. Enfim, há um cheiro em suas pessoas, em suas histórias, em suas vidas.

### 3.4 SÃO PAULO

E foste um difícil começo  
 Afasto o que não conheço  
 E quem vende outro sonho feliz de cidade  
 Aprende depressa a chamar-te de realidade  
 Porque és o avesso do avesso do avesso do avesso  
 (Sampa, Caetano Veloso)

Partir de sua terra natal em busca do novo, do desconhecido e, principalmente de condições de sobrevivência mais dignas, fazia parte do imaginário coletivo dos habitantes do campo e era impulsionada pela coloração de progresso amplamente divulgada por notícias de outros que lá já moravam ou tinham passado uma temporada.

Martins (2010, p.111, grifo nosso) traz dados que “nos anos 50, mais de 500 mil migrantes nortistas e nordestinos, famílias inteiras, chegavam a São Paulo para construir o grande parque industrial brasileiro”. Além disso, mostra que

Ainda hoje é grande a desinformação sobre os fluxos migratórios internos para São Paulo nos anos cinquenta. A começar pelo fato de que poucos se deram conta de que as grandes correntes migratórias dessa época procediam de Minas Gerais e do Nordeste, e não só desta última região. Quase nada se fala sobre os mineiros que se distribuíram pelos bairros e pelo subúrbio de São Paulo e que tiveram grande importância na revitalização da cultura rural dentro da cidade, raiz e base do florescimento da música sertaneja e da disseminação de concepções e estilos anti-urbanos de origem ou inspiração rural. As migrações da década de cinquenta foram, na verdade, complemento e fecho dos deslocamentos internos intensificados nos anos trinta, com a crise do café, procedentes, sobretudo, do interior de São Paulo, que abasteceram as indústrias, especialmente do ABC, com mão-de-obra barata liberada pela diminuição das áreas dedicadas à cafeicultura (MARTINS, 2010, p. 111-112).

[...] sentiu um aperto no coração, mas segurou o choro. A dureza dos últimos tempos secara suas lágrimas. Seus olhos grandes estavam abertos e secos; sentindo o estômago vazio e o seio a dor pela sucção constante da criança, caminhava sem saber para onde. Seu corpo estava preso à dor. Seu pensamento voava para bem longe dali e a leva para junto de sua mãe (LIMA, 1986, p. 20).

A citação extraída da obra “O retirante” traz o choro, ponto este que foi marcante no decorrer da pesquisa de campo: há uma comoção presente (LIMA, 1986). “O migrante, longe de sua terra natal, desenvolverá toda problemática do saudosismo, da visão do paraíso perdido, criando uma utopia, não só para ele, como

para aqueles que, como ele, têm os mesmos conflitos” (PITTA, 1996, p. 52, grifo nosso).

Tem a sala ladrilhada de tijolos de barro vermelho, com a mesa e os tamboretas; a camarinha com o baú e a outra rede que a gente procura nas horas frias da madrugada; o corredor e a cozinha, com o fogão de barro ao canto, o pilão deitado e a cantareira dos potes bem fresca, posta na correnteza do ar (QUEIROZ, 1998, p. 57).

Tudo acompanhado de muita saudade e também de um processo de solidão que a retirada lhes trouxe, visto que o contexto de vida que eles se depararam em nada tinha a ver com os de sua origem. Neste, por exemplo, uma correspondência demorava semanas para chegar a Vitória da Conquista. Somente após isso um familiar ia até esta cidade, o que não acontecia com frequência, para retirá-la da agência dos Correios. Em muitos casos, quando chegava ao seu destino final, em mãos de seus pais ou esposa e filhos em meio à caatinga, três ou quatro meses haviam se passado desde a data em que ela fora postada em São Paulo.

Saudade é ausência dos que amamos. Saudade daquela hospitalidade que tinha. Meus amigos que jogamos bola no campo do Amargoso. Tomar banho no Rio Amargoso, naqueles poço que fazia. Sonho com tudo isso e quando acordo choro. Quando ouço a música “abre a porta e a janela e vem ver quem é que sou” de Tônico e Tinoco. E tinha uma que é tudo e tocava Saudade de bom que é Saudade de Matão, logo em seguida tocava Asa Branca<sup>46</sup> e Assum Preto (Sr. Rozendo).

Falar de São Paulo com os depoentes é trazer uma história à tona, algo que um dia foi presente na vida de cada um deles e, quando nela chegaram, traziam um passado de seu sertão onde, associadas às lembranças de dor e incerteza que a vida lá lhes proporcionava, há amor presente em suas falas. Ao se depararem com a cidade, a tendência para que as fissuras se dessem eram grandes, mas também com realizações de vida. Para muitos, a cidade de São Paulo se tornou um ponto de encontro em suas vidas, aclamada também com amor por muitos deles.

<sup>46</sup> “Luiz Gonzaga vai surgir, na Rádio Nacional, como o representante da identidade musical nordestina, tanto que irá também inventar uma roupa que representaria esta nordestinidade, ao usar a indumentária normalmente usada pelo vaqueiro e um chapéu de cangaceiro, além de uma sandália de couro conhecida como sandália de rabicho. Mesmo tendo sofrido preconceito, no início de sua carreira por seu sotaque e sua forma anasalada de falar, pelas próprias roupas que escolhera, seu talento, a qualidade da música que interpretava e o acerto de muitas das estratégias adotadas para sua promoção, como fazer show no interior da região patrocinado por empresas como a Colírios Moura Brasil ou a Shell, fizeram de Gonzaga um ídolo daquelas populações que viviam nas grandes cidades do Sul e que sentiam enorme saudade dos lugares de onde haviam saído, tema privilegiado de suas músicas, onde o sertão aparecia idealizado a este desejo de voltar era permanentemente repetido” (ALBUQUERQUE JR, 2007, p. 120).

[...] fissuras nesta ordem, incerteza nesta “sabedoria” e desequilíbrios mais ou menos duráveis, que se devem a causas mais ou menos profundas, o que, enfim, quer dizer problemas, necessidades, tendências, conflitos, adaptações bem sucedidas ou frustradas [...].

Este organismo, que nem sempre se sabe ver, entretanto, mostra-se à vista com sua estrutura e seu horizonte. Quanto à consciência dessa comunidade organizada, dissimula-se na vida dos indivíduos que dela participam, de forma tão secreta quanto é imediata a realidade sensível. Organização e consciência contêm e continuam numa história. Elas têm passado (LEFEBVRE, 1986, p. 145).

Se a decisão é partir, é uma escolha, então arca-se com ela. Vários fatores os levaram a tomar tal decisão, o que veio sendo demonstrado progressivamente aqui na dissertação. Havia, em muitos casos, um “abrir mão da vida” em decorrência de se abraçar o trabalho como uma causa maior, em que, na grande maioria dos casos, foram condicionados a fazer tal opção. Corre-se o risco de uma perda de si próprio. Sendo assim, o patronato se sentia em condições de ludibriar a sua mão de obra trabalhadora com solidariedades falsas em detrimento de uma jornada de trabalho abusiva e baixa remuneração. O trabalhador, então, via o patrão como um benfeitor em suas vidas, pois passava a ser visto como um homem bom, que lhe ofereceu emprego, que possibilitou a eles conhecer mais pessoas, trabalhar em grupos, projetando até uma ideia de família se formando em meio ao ambiente de trabalho.

O que uma pessoa escolhe é obviamente importante, mas, independentemente de qual dos dois resulta ser o escolhido pelo “intelecto do homem”, o fato desta escolha não torna a que resta – vida ou trabalho – destituída de importância pela razão da escolha que resultou ser feita. O fato de que você possa ter escolhido a “perfeição do trabalho” em vez de sua “vida”, ou tenha escolhido dar prioridade a outras metas em seus objetivos da condição de agente em relação a seu próprio bem-estar não é uma razão para pensar que sua vida ou seu bem-estar são, daí em diante, destituídos de importância – para você ou para os outros (SEN, 2001, p. 119).

A autonomia suposta na autonomia do trabalho sofrido, porém, não tem unicamente os componentes burgueses que poderíamos supor por sua similaridade com a ética capitalista. Na medida em que a exploração capitalista é ocultada pela ênfase nas virtudes do trabalho do empresário como base de sua riqueza, temos, em decorrência, que a solidariedade é considerada mais importante do que a exploração. A concepção é a de que as pessoas que *trabalham* estão naturalmente unidas entre si porque trabalham. Nesse caso, o capitalista tem que ser solidário com as aspirações do trabalhador. Essa ideia é um ponto importante para o entendimento do paternalismo patronal, do populismo, dos princípios da “paz social” e do corporativismo que marcaram as relações de classe do Brasil por longo tempo (MARTINS, 2010, p. 204).

Outro aspecto que pode ser destacado é a tentativa de inserção na cultura

paulistana por meio da imitação do jeito de ser desses povos como aponta Albuquerque Jr. (2007, p. 118):

O migrante nordestino tenta assimilar, às vezes de uma forma inautêntica e caricatural, o que seria a forma paulista ou carioca de ser, de andar, de se vestir, de falar, de se comportar, buscando se diluir na multidão, se integrar à nova realidade em que chega. Muitas vezes, para se mostrar perfeitamente integrado ao ser paulista ou carioca, o próprio nordestino passa a reproduzir o preconceito contra aqueles que chegam da mesma região de onde veio, gerando assim o fato de que as novas levas de migrantes sejam discriminadas por aqueles que chegaram primeiro. Muitos dos filhos dos migrantes nordestinos, se nascidos já em São Paulo ou no Rio de Janeiro, irão negar veementemente as suas origens, e poderão também ridicularizar, até com maior ênfase, as pessoas que daí provêm, como forma de afirmarem sua paulistanidade ou sua carioquice.

Naturalmente nem a subserviência ao trabalho, nem a assimilação da maneira de ser são benéficos para o nordestino que fica dividido entre duas culturas descaracterizando-se, pois nem pertence à cultura do patronato, nem à sua própria cultura mais.

E uma prova de que não conseguiam sua inclusão e aceitação nos grandes centros é a imagem – caricata – que os habitantes do país fazem do nordestino e que foi muito utilizada nos meios de comunicação na época retratada.

Os tipos “nordestinos” do pau-de-arara, do coronel, do cangaceiro, do jagunço faziam parte da coleção de tipos que a chanchada agenciava dos programas de humor de rádio e levava para a tela, já na década de quarenta. O nordestino se aproxima muito da imagem de matuto ou do caipira. Foi apresentado como a inversão da figura do cidadão, do grã-fino, do bem educado, do civilizado, do polido. Ele é a negação da figura do cosmopolita, porque atesta uma pobreza física e mental. Sempre como uma figura de gestos, comportamentos, valores e falas disparatadas com o mundo urbano, com o *glamour* do mundo burguês; era o símbolo da precariedade nacional. Das paródias aos filmes de Hollywood, o tipo “nordestino” é o próprio disparate dentro de um mundo cheio de frivolidades, estrelas glamourosas; de um mundo industrial. Mas, por outro lado, o tipo “nordestino” quando não era o coronel tacanho, machista, mulherego, valente e ridículo, podia ser o tipo contraposto à frivolidade burguesa, contraposto ao apego às aparências e a esperteza para subir na vida (ALBUQUERQUE JR, 1999, p. 266).

Mas, essa visão estereotipada do nordestino iniciou-se antes mesmo da intensificação do fluxo de migrantes para São Paulo:

A figura do nordestino, que começa a ser elaborada a partir do anos 20 do século passado por uma vasta produção literária, artística e cultural, vai, pois, incorporar e congregar diferentes tipos que haviam sido pensados anteriormente ou que estavam em pleno processo de elaboração, como: o cangaceiro, o jagunço, o coronel, o flagelado, o retirante, o beato, o romeiro, além dos tipos regionais anteriores a aquelas denominações que eram usadas, antes que o termo nordestino surgisse, para nomear os habitantes deste espaço, como: o nortista, o brejeiro, o praieiro e o sertanejo. Todas estas figuras têm alguns traços em comum e serão uma das causas da forma estereotipada e preconceituosa como este tipo regional é visto e tratado, no Brasil, até hoje. Todas ela remetem o nordestino para ser elemento de uma sociedade rural, atrasada, pobre, rústica, de relações sociais violentas e discricionárias (ALBUQUERQUE JR, 2007, p. 112-13, grifo nosso).

### 3.5 O TODO

Por toda terra que passo  
 Me espanta tudo o que vejo  
 A morte tece seu fio  
 De vida feita ao avesso

O olhar que prende anda solto  
 O olhar que solta anda preso  
 Mas quando eu chego  
 Eu me enredo  
 Nas tranças do teu desejo

O mundo todo marcado  
 A ferro, fogo e desprezo  
 A vida é o fio do tempo  
 A morte é o fim do novelo

O olhar que assusta  
 Anda morto  
 O olhar que avisa  
 Anda aceso

[...]

A cera da vela queimando  
 O homem fazendo o seu preço  
 A morte que a vida anda armando  
 A vida que a morte anda tendo

O olhar mais fraco anda afoito  
 O olhar mais forte, indefeso  
 Mas quando eu chego  
 Eu me enrosco  
 Nas cordas do teu cabelo

[...]

(Desenredo, Dori Caymmi e Paulo César Pinheiro)

O Senhor Marcelino ilustra a viagem associada à chegada a São Paulo, a maneira como se deu o contexto: “eu não sei como é que eu não perdi o juízo”. Tal afirmação ilustra que as possibilidades de uma perturbação mental eram grandes.

Em diálogo com o Sr. Miguel Ferreira Santos (*in memoriam*), que foi migrante do Furadinho, pertencente à região da caatinga, para a o Cedro, o mesmo trouxe casos de loucura devido ao sofrimento ter tomado proporções inusitadas. Em uma estação de trem o marido estava embarcando com a esposa e filhos e, antes que ele pudesse entrar no vagão, o trem partiu. A sua esposa percebe então o ocorrido e, na estação seguinte, desce e retorna para o encontro com seu esposo. Encontra-o tocando uma viola e totalmente fora de si, sem reconhecer mais ninguém, nem mesmo a esposa. O choque provocado foi de violência tamanha que atingiu estágio de loucura.

Na estação pego um trem  
Sigo firme na estrada  
A bagagem é minha roupa  
E a rabeca afinada  
Vem a noite e não dá sono  
Na madrugada cochilo  
Vejo a chegada do dia  
Não sei  
Qual o é o meu destino  
(Gaiola da Saudade, Maciel Salu)

A psicanálise desta neurose, causada por inúmeros complexos de frustração de um povo espoliado e oprimido, há vários séculos, deve ser levada a efeito com acuidade e com probidade. Não apenas para resolver os conflitos psicológicos que geram a própria neurose e que, desmontados, poderão curá-la, provocando, no entanto, com a cura, o esvaziamento de toda a energia criadora, indispensável à vida, tanto dos indivíduos quanto da coletividade. Não apenas para realizar esta espécie de castração, que é, em certos casos, o processo analítico redutivo, quando, em sua cura aparente, extermina também a vitalidade que dá sentido à própria vida, mas sim, para revelar tanto a natureza exata dos problemas, como os caminhos possíveis que poderão ser encontrados, para se transporem os obstáculos aparentemente intransponíveis (CASTRO, 2003, p. 159).

De casos em casos provocados por perturbações mentais advindas em circunstância daquele contexto como um todo, percebe-se que houve um temor por parte de todos eles de que viessem a enlouquecer, como relata a Sra. Vitória: “Lá eu não quero pisar nunca mais! Eu não gosto de São Paulo, nem da capital nem da roça de lá, que só fez a gente sofrer. Não deu certo mesmo! Eu cheguei aqui e fiquei tão leve, pois não sei como é que eu não endoidei”.

Subestimar a capacidade de raciocínio dessas pessoas é algo por demais ignorante: elas nunca perderam a capacidade de ver que a região tinha e tem potencial, mas que nunca houve projeto político direcionado à sua resolução. São seres conscientes de que são frutos de uma produção para que aquele quadro se instaure de maneira perpétua. Eles carregam a sua lucidez e o seu jeito de ser tão característicos, e isso os une dentro e fora de sua terra natal, servindo como ponto de reconhecimento também fora dela.

Prefeito aqui ninguém conhecia não: nós só ouvia falar. Se o governo tivesse dado ajuda pro povo sobreviver, poderia ter muita gente bem vestida por aí. O povo pobre não teria vendido tanta terra boa que eles tinha. Antigamente que podia fazer um tanquezinho nas épocas tinha, e quem não podia, não tinha tanque. Pelo menos aguada pra gente beber (Sr. Saturno).

As pessoas: reconhecê-las como seres conscientes-sensíveis-culturais, que atravessam e são atravessadas pela sua história e pela história dos que a cercam, capazes de sentir, criar, articular expressarem seus próprios modos de significar e dizer as coisas. No momento em que limitamos a expressividade das pessoas aos exercícios condicionados que, de alguma forma, induza a reprodução do que já existe sem nenhuma reflexão do fazer, barbarizamos o fio criador. Este mesmo fio que permite que as pessoas transportem o seu mundo para a sua linguagem e reedite a forma de expressá-lo. É este equívoco que contribui para o condicionamento dos homens/mulheres a uma ordem superior ou a uma eterna dependência do outro.

O espaço de aprendizagens por si só devem remeter as pessoas ao seu próprio reconhecimento, um espaço que lhes reflitam e que as façam refletir por ele (PEREIRA, 2004, p. 126).

Tamanhas situações associadas a tamanhas calamidades vão modificando a pessoa tanto por dentro quanto por fora, elaborando um novo ser que vai emergindo disso tudo. Sua fisionomia é modificada, pois há brutalidade no trato com o corpo em decorrência dos trabalhos que têm de enfrentar em todos os contextos os quais estejam inseridos. Seja no Nordeste ou em São Paulo, seja homem ou mulher, não importa, há constantemente uma degradação do corpo. No eixo comportamental da pessoa em si, são também notórias interferências provocadas pela dureza da vida, uma nova forma de ver o mundo, a sua existência.

Zanza daqui  
Zanza pra acolá  
Fim de feira, periferia afora  
A cidade não mora mais em mim  
Francisco, Serafim  
Vamos embora

Ver o capim

Ver o baobá  
 Vamos ver a campina quando flora  
 A piracema, rios contravim  
 Binho, Bel, Bia, Quim  
 Vamos embora

Quando eu morrer  
 Cansado de guerra  
 Morro de bem  
 Com a minha terra:  
 Cana, caqui  
 Inhame, abóbora  
 Onde só vento se semeava outrora  
 Amplidão, nação, sertão sem fim  
 Ó Manuel, Miguilim  
 Vamos embora  
 (Assentamento, Chico Buarque)

[...] um sonho essencialmente compulsório, fruto de uma situação radical de injustiça e de opressão. [...] degradação da personalidade do indivíduo, que de repente se encontra fora do “habitat” natural. Em decorrência disso, o próprio sistema de valores rui, deixando a pessoa inteiramente entregue às influências do meio. Também ocorre, por vezes, a desagregação da unidade familiar (PRETTO, 1996, p. 82).

O processo é excludente na sua gênese, caracterizados por estereótipos arraigados de muito preconceito, que usurpam de uma classe menos favorecida, colocando-os a uma condição de categoria minoritária, inferiorizados, e muitos passam a se sentir assim de fato, a acharem que são isso de verdade. Há a necessidade de um ajuste de base, que venha de baixo para cima, na perspectiva de que ocorrerão mudanças sim, principalmente no eixo humano, nas relações entre os homens, e não entre interesses do capital.

Temos de nos livrar dos estereótipos porque nos enganam e enganam as pessoas que queremos ajudar. Esse é o novo desafio primário. Quando pensamos no alternativo, podemos ver que a população mesma está construindo a alternativa, uma alternativa includente, não uma alternativa que aprofunde o abismo com o existente, não a recusa das contradições da sociedade atual. Uma alternativa includente provoca a necessidade de resolver, de criticar, de recusar a excludência desta nova sociedade; a recusa sobretudo da dupla sociedade, uma sociedade daqueles que só têm obrigações de trabalho e não têm absolutamente mais nada, e uma sociedade daqueles que têm em princípio absolutamente tudo e nenhuma responsabilidade pelo destino dos demais. No fundo, as grandes lutas sociais, provavelmente, daqui para a frente, vão se desenvolver em torno daquilo que Henri Lefebvre [...] chamou de *necessidades radicais*, necessidades que derivam de contradições subjetivamente insuportáveis e que não podem ser atendidas se a sociedade não sofrer mudanças fundamentais e profundas de responsabilidade de todos; se a sociedade não se modernizar revolucionando suas relações arcaicas, ajustando-as de acordo com as necessidades do homem, e não de acordo com as conveniências do capital (MARTINS, 2009, p. 37-38).

O ser humano entra agora na sua individualidade e busca as suas realizações sem a necessidade de se tornar individualista, mas sim de atender aos seus anseios, os seus quereres enquanto um ser que pensa, que é de fato humano. Mas há ainda uma atmosfera de situações a serem trabalhadas e que não se pode deixar de trabalhá-las, tanto para os que ficaram na cidade quanto aqueles que retornaram para o campo. O campo ainda perdura com suas obsolescências, mas é saudável, ao mesmo tempo em que ainda é visto como algo a ser superado no quesito “sair dele”, com a ideia de que ir para a cidade é sempre a solução. O urbano com suas mazelas que vêm se agravando progressivamente tem o seu caráter segregador<sup>47</sup> e excludente, enrustido da ideia de que tudo o que é público é ruim.

Vida privada é um modo de viver muito residual em nossa sociedade atual. Não porque milhões de brasileiros não têm onde viver o estado próprio e, sobretudo, o momento próprio de recolhimento que corresponderia à vida privada, habitando lugares impróprios para o surgimento de semelhante modo de vida, mas porque amplos setores da sociedade, relativos aos que têm as condições adequadas para assumi-lo e exercitá-lo, não o fazem necessariamente [...]. A nossa cultura urbana carnavalesca e exibicionista não favorece o desenvolvimento amplo e profundo da vida privada, a não ser como excrescência, sobretudo porque tem a rua como ponto de reparo (MARTINS, 2010, p. 85).

Há a necessidade de concluir este capítulo de forma que fique evidente que lida-se com o diverso em toda a sua plenitude, e que isso tenha ficado nítido durante a escrita, onde toda e qualquer ideia que homogeneizasse o Nordeste e o nordestino caísse por terra, ficando sim, de maneira clara que os estereótipos não passaram de uma construção. Ao mesmo tempo o respeito em meio à diversidade de maneira macro tem de ser alcançado, algo que ainda está longe de acontecer. Tem de haver a absorção de uma verdade absoluta que é ter em mente que uma sociedade só evolui se houver aceitação do outro.

Nossas características físicas e sociais nos fazem criaturas imensamente diversas. Diferimos em idade, sexo, saúde física e mental, força física, capacidades intelectuais, circunstâncias climáticas, vulnerabilidade epistemológica, ambientes sociais e em muitos outros aspectos. Tais diversidades, contudo, podem ser difíceis de serem acomodadas adequadamente na estrutura estimativa habitual da avaliação da desigualdade. Como consequência, esta questão básica é frequentemente deixada sem um tratamento substancial na literatura sobre avaliação (SEN, 2001, p. 60).

---

<sup>47</sup> “Na verdade, os nordestinos em São Paulo convivem com segregação, discriminação e o estigma, sendo abordados como estando sempre em uma condição de inferioridade. Na hierarquia simbólica são considerados inferiores, sendo depositários de preconceito generalizado, pelo fato de serem favelados, nordestinos e pobres” (BAPTISTA, 1998, p.29).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Nordestino carrega em sua essência a força do homem do campo, acostumado a intempéries e à dureza do trabalho braçal. Sua família junto com seu trabalho que gera sustento para os seus é seu mundo, o que dá sentido à sua existência. E tudo isso tem um elemento que une, integra os outros, que é a terra. Dela tira sua sobrevivência, nela descansa, sossega e nela quer morrer.

No entanto, quando a terra não corresponde por inúmeros fatores – a seca, as políticas que contribuem para a manutenção do quadro de miséria e desigualdade – ele é obrigado a partir, deixando para trás sua gente, seus costumes, tradições, levando consigo a esperança de um dia voltar trazendo boas novas.

O Nordeste sempre castigado pelas secas também o foi pelas ações de governos (ou desgovernos) que alimentam a indústria da seca. No Nordeste a seca está configurada como fonte de recursos para que se obtenha verba do governo federal e que, teoricamente, seria direcionada à resolução da problemática, mas, na prática, há um desvio para as mãos de uma minoria que vai se beneficiar via corrupção.

Chegando a São Paulo, o nordestino se deparava com um choque cultural imenso e constatava as desigualdades gritantes entre as duas regiões.

Quando Lévi-Strauss (1975) discutiu a superioridade e a inferioridade intelectual de uma raça em relação à outra, procura demonstrar que, se de fato existem raças, não se pode pensar na superioridade de uma sobre a outra. Ele vai negar que os psiquismos sejam distintos, que as raças se distingam por suas particularidades, pelas suas capacidades especiais. Além disso, ele trouxe também questões de originalidade referindo-se às circunstâncias geográficas, históricas e sociológicas, colocando que a humanidade não se desenvolve de maneira uniforme, monótona, mas sim que há uma diversificação ampla de sociedades e civilizações.

Tudo isso vem elucidar a discussão que foi elaborada e que sirva de suporte para a compreensão e também para as novas temáticas. Discussões foram aqui levantadas, pois está-se fundamentando para aquilo que aponta uma inferioridade com relação ao nordestino e também com a região como um todo. Em questões tanto práticas quanto teóricas, há uma inferioridade que foi construída e que

permeia, fazendo com que, em muitos casos, os próprios nativos da região se sintam, se vejam como algo diminuído em relação aos demais da nação como um todo, querendo vir a se tornar um outro.

O binômio superioridade X inferioridade entre São Paulo e a Região Nordeste gerou desdobramentos e cristalizou um processo de exclusão que perdura até hoje. A linguagem, que é o cartão de visitas, foi motivo de preconceito pronunciado, pois no sotaque o baiano já denuncia sua origem construída como inferior. Na tentativa de ser aceito, esse migrante muitas vezes tenta assimilar aspectos culturais da cidade grande. Um deles é a linguagem, num fenômeno denominado “prestígio emprestado”. O nordestino, no caso o baiano usa o “R” vibrante na busca de se igualar ao habitante nativo.

Não deve nunca ser esquecida nem desconsiderada a importância que os retirantes tiveram e têm para o desenvolvimento de São Paulo, que sem a grande massa de trabalhadores nordestinos a megalópole não seria construída e consolidada como foi.

Há, na verdade, uma necessidade de se dar conta da diversidade das culturas, visto que, essa diversidade da qual se fala aqui é um gerador permanente de problemas pelo fato da dificuldade de se conviver com ela e é, ao mesmo tempo, onde a riqueza se localiza. O que não pode ser dito aqui é que a questão da regionalidade não tenha problema algum, pelo contrário, há, não podendo ser negada essa diversidade até mesmo dentro da própria Região Nordeste como um todo. Tudo isso sem focar apenas nas questões de ordem cultural, mas sim geográficas também, ponto este que tem interferência notória em decorrência das propriedades particulares do meio e também questões relacionadas à ordem climática, evidenciando que não há uniformidade.

É onde se localiza a sua riqueza maior: na sua ampla produção cultural e nas suas questões de ordem geográficas tão distintas, reforçando, assim, a ideia de que a questão da diversidade se constitui no interior de cada grupo humano que se considera na sua especificidade, sendo algo que se constrói não somente na relação com outros grupos, mas que também existe internamente, o que traz a necessidade de que se conheça com profundidade cada universo cultural ali existente.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR, D. M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJN, Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_. **Preconceito contra a origem geográfica de lugar**: as fronteiras da discórdia. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **Nos destinos de fronteira**: história, espaços e identidade regional. Recife: Bagaço, 2008.

ALMEIDA, A. W.; PALMEIRA, M. G. **A invenção da migração**. Rio de Janeiro: Departamento de Antropologia; Museu Nacional; UFRJ, 1997. 74 p. (mimeo. Projeto Emprego e Mudança sócio-econômica no Nordeste. Relatórios de pesquisa).

ALVES, B. Romarias: caminheiros da fé expressam religiosidade popular. In: **Revista Nordeste Vinteum**, n. 26, p. 10, set. 2011.

ARAÚJO, A. M. **Cultura popular brasileira**. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1973.

AUED, B. W. **Questão agrária**: dilemas e paradoxos no acender das luzes do século XXI. 1990. Tese (Doutorado) - PUCSP.

AUGÉ, M. **Não-Lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Tradução Maria Lúcia Pereira. Campinas: Papirus, 1994.

AVELAR JR, O. V. de. **A política de combate à seca no Nordeste**: uma ideologia para o planejamento regional. 1994. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – História Econômica, São Paulo.

BAPTISTA, D. M. T. **Nas Terras do “Deus-Dará”**: nordestinos e suas redes sociais em São Paulo. 1998. Tese (Doutorado) – PUCSP.

BASTOS, E. R. **Gilberto Freyre e a formação as sociedade brasileira**. 1986. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - PUCSP.

BAUDRILARD, J. **Para uma crítica da economia política do signo**. Lisboa: Gallimard; Edições 70, 1972.

BERNADELLI, M. L. F. da H. Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. E.; WHITACKER, A. M. (Orgs.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BIANCHI, A. M. **Mobilidade, estratégia de sobrevivência**. 1980. Tese (Doutorado) – USP.

BIELSCHOWSKI, R. **Pensamento econômico brasileiro 1930-1964**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BORGES, P. P. **O pensamento político na obra de Celso Furtado**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - PUCSP.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 11. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BRASIL. Ministério do Interior. CODEVASF. **Dados básicos**: o vale e o polígono das secas (área e população). Brasília, CODEVASF, s/d. v. I.

BRUM, A. J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 6. ed. Ijuí: FIDENE; Petrópolis: Vozes, 1985. (Série FIDENE).

BUARQUE, C. **Assentamento**. Disponível em: <<http://letras.terra.com.br/chico-buarque/205611/>>. Acesso em: 5 mar. 2012.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. (Estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida). 2. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971.

CARVALHO, H. de. **Sociologia da vida rural brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1951.

CASTRO, J. de. **Fome**: um tema proibido – últimos escritos de Josué de Castro. Anna M. C. (Org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. **Geografia da fome**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CAYMMI, D.; PINHEIRO, P. C. **Desenredo**. Disponível em: <<http://letras.terra.com.br/dorival-caymmi/356566/>>. Acesso em: 5 mar. 2012.

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS. **Nordestinos**. 1988, v. 2. p.14. (Série: Cadernos de Migração).

CÉSAR, C. **Beradêro**. Disponível em: <<http://letras.terra.com.br/chico-cesar/128518/>>. Acesso em: 5 mar. 2012.

CHILCOTE, R. H. **Transição capitalista e classe dominante no Nordeste**. São Paulo: T. A. Queiroz; Ed. da Universidade de São Paulo, 1990.

CINTRA, A. O. A política tradicional brasileira: uma interpretação das relações entre o centro e a periferia. In: BALÁN, J. (Org.). **Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro** – Textos de Antônio Octávio Cintra, Simon Schwartzman, Jorge Balán, Fábio Wanderley Reis e Edmar Bacha. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).

CUNHA, M. J. C. Língua e identidade em vidas migrantes. In: \_\_\_\_\_. et al. **Migração e identidade**: olhares sobre o tema. São Paulo: Centauro, 2007.

DORNELAS, S. M. Migração interna e as muitas faces da urbanização no Brasil. In: SILVA, D. D. da; MARINUCCI, R.; SANTIN, T. L. (Org.). **Vidas em trânsito: mudanças no percurso migratório de migrantes urbanos**. Brasília: CSEM, 2011.

DUARTE, R. H. Os vivos e os mortos: uma alegoria sobre a história. **Revista Resgate**. Revista interdisciplinar de cultura do Centro de Memória da UNICAMP, Campinas, n. 2, 1991.

\_\_\_\_\_. Um tipo singular de desempenho massivo e episódico: o caso dos flagelados das secas do semi-árido nordestino. In: **O Nordeste à procura da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, ano III, n. 05, 2002.

DURHAN, E. R. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Nacional, 1971.

ESTRELA, E. S. **Os sampauleiros: cotidiano e representações**. São Paulo: Humanitas FFLCH /USP; Fapesp; Educ, 2003.

FONTES, P. R. R. **Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais: São Miguel Paulista (1945-1966)**. Campinas, 2002. Tese (Doutorado em História) - UNICAMP.

FREITAS, S. M de. **História oral: possibilidades e procedimentos**. São Paulo: Humanitas; FFLC; USP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FREYRE, G. **Como e porque sou e não sou sociólogo**. Brasília: Universidade de Brasília, 1968.

\_\_\_\_\_. **Nordeste**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.

FUNDAJ. **Dados**. Disponível em: <[www.fundaj.gov.br](http://www.fundaj.gov.br)>. Acesso em: 04 nov. 2011.

FURTADO, C. **A pré-revolução brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

\_\_\_\_\_. **Brasil: a construção interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. **Seca e poder: entrevista com Celso Furtado**. Entrevistadores Maria da Conceição Tavares, Manuel Correia de Andrade, Raimundo Pereira. São Paulo: Ed. da Fundação Perseu Abramo, 1998.

GARCIA, C. **O que é Nordeste brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GAUDEMAR, J. P. de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1976-1977.

GOMES, R. A. De sitiantes a irrigantes: construção identitária, conversão e projetos de vida. In: GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. A. (Org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias (Estratégias de reprodução social)**. São Paulo: Ed. da UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v. II.

GONZAGA, L. **Vida do viajante**. Disponível em: <<http://letras.terra.com.br/luiz-gonzaga/82381/>>. Acesso em: 5 mar. 2012.

IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: FIBGE, 1990. seção I. p. 385.

KOLTAI, C. A segregação, uma questão para o analista. In: KOLTAI, C. (Org.). **O estrangeiro**. São Paulo: Escuta; FAPESP, 1998.

LEFEBVRE, H. Problemas de Sociologia Rural. In: MARTINS, J. S. (Org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

\_\_\_\_\_. **A revolução urbana**. 1. reimpressão. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

LÉVI-STRAUSS, C. **Raça e história**. Lisboa: Presença, 1975.

LIMA, P. C. M. **O retirante**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1986.

MACIEL, L. M. O sentido de “melhorar de vida” na cidade. In: BAENINGER, R. (Org.). **População e cidades**: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais. Campinas: Núcleo de Estudos de População (NEPO); UNICAMP; Brasília: UNFPA, 2010.

MARTINS, D.; VANALLI, S. **Migrantes**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

MARTINS, J. de S. **A imigração e a crise agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1973.

\_\_\_\_\_. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, J. de S. **O cativo da terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

MEDEIROS FILHO, J.; SOUZA, I. de. **Os degredados filhos da seca**: uma análise sócio-política das secas do Nordeste. Petrópolis: Vozes, 1983.

MELO, E. F. de. **Canto de guerreiro Mongoió**. Disponível em: <<http://letras.terra.com.br/elomar/376556/>>. Acesso em: 5 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. **Arrumação**. Disponível em: <<http://letras.terra.com.br/elomar/173829/>>. Acesso em: 5 mar. 2012.

MENEZES, M. A. de M. (Org.). **Histórias de migrantes**. São Paulo: CEM; Loyola, 1992.

MENEZES, F. L. de. Migração: uma perspectiva psicológica, uma leitura pós-moderna ou, simplesmente, uma visão preconceituosa. In: CUNHA, M. J. C. *et al.* **Migração e identidade**: olhares sobre o tema. São Paulo: Centauro, 2007.

MENEZES, M. A. Migrações: uma experiência histórica do campesinato do Nordeste. In: GODOI, Emília Pietrafesa de; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. A. (Org.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias (Estratégias de reprodução social). São Paulo: Ed. da UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v. II.

MOLINA, A. E. **Fenômeno Getúlio Vargas**: estado, discursos e propaganda. São Paulo, SP: Moderna, 1995.

MONTEIRO, H. de M. **Crise agrária e luta de classes**: o Nordeste brasileiro entre 1850 e 1889. Brasília: Horizonte, 1980.

MOORE JR, B. **As origens sociais da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

MORIN, E. Por um reforma do pensamento. In: PENA-VEGA, A.; NASCIMENTO, E. (Org.). **O pensar complexo e a crise da modernidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

NORA, P. Ente história e memória: a problemática dos ligares. **Revista projeto história**, São Paulo, v. 10, dez. 1993.

OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma (re)ligião**: Sudene, Nordeste, planejamento e conflitos sócias. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. **Crítica à razão dualista**. O Ornitórrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

ONU / DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS. “Conceitos básicos, definições e mensuração da migração interna. Excertos do Manual VI da ONU”. In: MOURA, H. A. de (Coord.). **Migração interna**. Textos selecionados. Fortaleza, BNB / ETENE, 1980. t. 1, p. 313-353.

PAIVA, O. da C.; MOURA, S. **Hospedaria de imigrantes de São Paulo**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

PASTORE, J. Migração, mobilidade social e desenvolvimento. In: COSTA, M. A. (Ed.). **Migrações internas no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA; INPES, 1971.

PASTORE, J. **Desigualdade e mobilidade social no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz; Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

PAUGAM, S. Abordagem sociológica da exclusão. In: VÉRAS, M. P. B. (Ed.). **Por uma sociologia da exclusão social**: o debate com Serge Paugam. São Paulo: EDUC, 1999.

PEREIRA, V. A. O lugar da arte no espaço cotidiano da convivência com o Semi-Árido. In: **Educação para a convivência com o semi-árido**: reflexões teórico-práticas. Juazeiro: Secretaria Executiva da Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro, 2004.

PITTA, A. T. R. **Revista Interciências**. v. 1, n. 2, 1996.

PÓVOA NETO, H. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual: novos desafios para a análise. In: **Experimental**, n. 2, 1997.

PRADO JR, C. **História econômica do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1956.

\_\_\_\_\_. **História econômica do Brasil**. 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.

\_\_\_\_\_. **A revolução brasileira**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. **Formação do Brasil contemporâneo**. 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

PRETTO, A. T. R. **Revista Interciências**, v. 1, n. 2, 1996.

QUEIROZ, M. I. P. de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

QUEIROZ, R. de. **A longa vida que já vivemos**. 1998. (Coleção: O Dia Livros).

RAMOS, H. **Nordeste, nação espoliada**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

RAVENSTEIN, E. G. The Laws of migration. In: **Journal of the statistical Society**, n. 47, June 1885, p. 167-227. Tradução H. Moura, 1980.

REBOUÇAS, A. da C. Água na região Nordeste: desperdício e escassez. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 29, 1997.

RIBEIRO, D. **Indigenato e campesinato**. Petrópolis, 1979.

SAHLINS, M. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SANTANA, C. D'A. **Fatura e ventura camponesas**: trabalho, cotidiano e migrações – Bahia 1950-1980. São Paulo: Annablume, 1998.

SANTOS, L. F. **Conto de um camponês**: memórias. Vitória da Conquista: Brasil Artes Gráficas, 2006.

SARMENTO, W. M. **Nordeste**: a urbanização do subdesenvolvimento. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

SEN, Amartya Kamur. **Desigualdade reexaminada**. Tradução e apresentação Ricardo Mendes. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SERFHAU. **Mudanças na composição do emprego e na distribuição de renda; efeitos sobre as migrações internas.** Relatório número 01 – Apresentação e síntese. Rio de Janeiro: SERFHAU; BNH; OIT, 1974.

SILVA, J. G. da. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1978.

SILVA, J. da; SALU, M. **Gaiola da saudade.** Disponível em: <<http://letras.terra.com.br/elba-ramalho/1116795/>>. Acesso em: 5 mar. 2012.

SINGER, P. **Economia política da urbanização.** 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SOROKIN, P. A. **Social and Cultural Mobility.** Glenonce: Free Gress, 1927.

SOROKIN, P. A.; ZIMMERMAN, C. C.; GALPIN, C. J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, J. de S. **Introdução à sociologia rural.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

SOUSA, M. A. S. de. **A conquista do sertão da ressaca:** povoamento e posse da terra no interior da Bahia. Vitória da Conquista: UESB, 2001.

SOUZA, R. R. de. **A volta pelas ondas:** o rádio e o migrante nordestino em São Paulo. São Paulo: Arte & Ciência, 2004.

\_\_\_\_\_. **Nas ondas do rádio:** identidade e inclusão de nordestinos em São Paulo. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

STEVENS, C. M. T. Imagi-Nações. Literatura e Identidades Migrantes. In: CUNHA, M. J. C. et al. **Migração e identidade:** olhares sobre o tema. São Paulo: Centauro, 2007.

TRAGTENBERG, M. **Burocracia e ideologia.** São Paulo: Ática, 1977.

TRAVESSIA. **Revista do Migrante.** São Paulo, SP, ano I, n. 2, p.7, set./dez. 1988.

ULLOA, F. O estrangeiro na produção da subjetividade. In: KOLTAL, Caterina (Org.). **O estrangeiro.** São Paulo: Escuta; FAPESP, 1998.

VAINER, C. **Trabalho, espaço e estado:** questionando a questão migratória. Rio: UFRJ, 1984.

VICTORIANO, M. R. **A questão nacional do pensamento de Caio Prado Junior.** 1992. (Mestrado) - PUC-SP.

VILAÇA, M. V. R. **Em torno da sociologia do caminhão.** São Paulo: Tempo Brasileiro, 1969.

VIÑAR, M. O reconhecimento do próximo. In: KOLTAL, Caterina (Org.). **O estrangeiro.** São Paulo: Escuta; FAPESP, 1998.

VELOSO, C. **Sampa**. Disponível em: < <http://letras.terra.com.br/caetano-veloso/41670/>>. Acesso em: 5 mar. 2012.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Reimpressão. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2009.

WEFFORT, F. C. **O populismo na política brasileira**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. (Estudos Brasileiros, 25).

WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. In: WELCH, C. A.; MALAGODI, E.; CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, N. B. (Orgs.). **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v. 1.

**ANEXO**

## ANEXO A - Árvores características da região Nordeste.



**Algaroba**

Fonte: <http://ilhabonsai.com.br/images/algaroba.jpg?osCsid=5687e6ba900efba40fe9f98b62d95f3d>



**Juá**

Fonte: <http://www.plantasquecuram.com.br/Templates/jua/Thumbnails/2.jpg>



**Angico**

[http://2.bp.blogspot.com/\\_ZVIGtdO1rJk/TGsCv7B1Icl/AAAAAAAAAqM/9Xjt4WiZFco/s400/RVOREDEANGICO.jpg](http://2.bp.blogspot.com/_ZVIGtdO1rJk/TGsCv7B1Icl/AAAAAAAAAqM/9Xjt4WiZFco/s400/RVOREDEANGICO.jpg)



**Mandacaru**

Fonte: [http://www.galeria.clunly.com.br/d/29771-1/mandacaru+\\_04\\_.jpg](http://www.galeria.clunly.com.br/d/29771-1/mandacaru+_04_.jpg)



**Jurema**

[http://2.bp.blogspot.com/-8TEBUreZCms/TjiAXQ6ITHI/AAAAAAAAABQ/NuAunl9zp-l/s400/jurema\\_arvore21.jpg](http://2.bp.blogspot.com/-8TEBUreZCms/TjiAXQ6ITHI/AAAAAAAAABQ/NuAunl9zp-l/s400/jurema_arvore21.jpg)



**Macambira**

Fonte: [http://3.bp.blogspot.com/\\_nRmLM9rp1Dk/SWPEH8A-bTI/AAAAAAAAABAc/yXUidvk4Y90/s400/macambira+de+picui.jpg](http://3.bp.blogspot.com/_nRmLM9rp1Dk/SWPEH8A-bTI/AAAAAAAAABAc/yXUidvk4Y90/s400/macambira+de+picui.jpg)



**Palma**

Fonte: <http://4.bp.blogspot.com/-oG5i7Pf0LMo/TbKIHRE0zAI/AAAAAAAAAGW0/xYUFMx50Yr8/s400/palma-2.jpg>



**Umbu**

Fonte: <http://www.temmaistudo.com/wp-content/uploads/2011/03/umbuzeiro-3.jpg>



**Xique xique**

Fonte: <http://www.robsonpiresxerife.com/blog/wp-content/uploads/2010/12/xique-xique.jpg>



**Pau Ferro**

Fonte: [http://1.bp.blogspot.com/\\_BZEGwWiGwMc/TCNNic4inTI/AAAAAAAAACt8/iYm5\\_SAY2r8/s1600/pau-ferro.jpg](http://1.bp.blogspot.com/_BZEGwWiGwMc/TCNNic4inTI/AAAAAAAAACt8/iYm5_SAY2r8/s1600/pau-ferro.jpg)